

Editorial

Maria de Fatima S. J. Mendes¹

Desde a retomada da *Mosaico: Estudos em Psicologia* em 2016, cada nova formação do corpo editorial vem conseguindo avanços significativos para a revista. O ano de 2023 traz duas grandes conquistas, agora somos um periódico A4 pela última avaliação Qualis, um grande reconhecimento de todos os que por aqui passaram e se esforçaram para manter a qualidade de nosso trabalho. E, também, a realização do sonho dos editores-chefes que por aqui passaram, publicar semestralmente. Nesse momento, toda nossa equipe está trabalhando intensamente para a publicação da segunda edição de 2023.

A publicação da primeira edição de 2023 da revista *Mosaico: Estudos em Psicologia* marca a transição de gestão, onde Luciano S. Amorim e Raíssa Emmerich Santana, passam os cargos de editor-chefe e editora associada secretária para Maria de Fatima S. J. Mendes e Janaína C. de Sousa B. e Martins, respectivamente, que darão continuidade ao excelente trabalho realizado no ano de 2022. Nesta edição, ao longo dos 5 trabalhos, será abordado o diálogo entre as psicologias e o combate à LGBTQIA+fobia.

Na seção de *Estudos teóricos/Ensaio*s, temos três trabalhos. O primeiro artigo apresenta os encontros entre a história da psicologia e a comunidade LGBTQIA+, apresentando como discursos judaico-cristãos, continuado pela ciência moderna, em especial o campo da psicologia, contribuiu para o reforçamento da LGBTQIA+fobia e, num segundo momento, apresenta os posicionamentos atuais dos Conselhos Federal e Regionais de Psicologia (CFP e CRP, respectivamente) sobre o tema. O segundo artigo é uma revisão integrativa de 12 artigos publicados entre 2015 e 2020 que discute sobre a produção de sofrimento e vulnerabilidade da população bissexual. Para isso, abordam conceitos como a constituição da subjetividade, na visão da Psicologia Histórico-Cultural, para compreender como, na literatura acadêmica, se é abordado a subjetividade da pessoa bissexual e os impactos na significação da bissexualidade. O terceiro artigo reflete acerca da atuação do

¹ Universidade Federal de Minas Gerais

psicólogo na Política Nacional de Saúde Integral LGBT, levando em consideração o Código de Ética profissional, promovendo a equidade e o enfrentamento da LGBTQIA+fobia, conseqüentemente, exercendo uma prática que objetiva promover uma transformação profunda na sociedade.

A seção *Relato de Experiência Profissional* traz um relato de caso a partir de atendimentos clínicos no Laboratório de Estudos de Saúde e Sexualidade (LESSEX) e objetiva explicar a associação entre a Psicologia e os padrões cisheteronormativos, que produzem violência e questões relacionadas a saúde mental da população LGBTQIA+. O relato busca evidenciar como sintomas que por vezes são individualizados, na realidade, são um reflexo da LGBTQIA+fobia vivenciada por essa população.

A seção *Relatos de Pesquisa* conta com um artigo que expressa os resultados parciais de uma pesquisa qualitativa realizada em 2020, onde oito mulheres autodenominadas lésbicas foram entrevistadas, com o objetivo de conhecer suas representações sociais sobre a lesbianidade. A pesquisa teve como base, teóricas do lesbofeminismo e da Teoria das Representações Sociais.

Por fim, reforçamos que estamos colocando nossos esforços, para que a publicação da segunda edição de 2023 saia até dezembro deste ano, a fim de colocar em dia a periodicidade semestral que foi proposta na última edição da revista. Gostaríamos de enfatizar que estamos permanentemente abertos para submissões de artigos de graduandas/os, recém-graduandas/os, pós-graduandas/os e recém-pós-graduandas/os em Psicologia e te convidamos a acompanhar nossas publicações no instagram [@mosaico.psicologia](https://www.instagram.com/mosaico.psicologia), para ficar por dentro das nossas dicas e oportunidades.

Esperamos que a leitura desta edição lhe seja proveitosa!

CORPO EDITORIAL

Editora-chefe

Maria de Fatima dos S. J. Mendes

Editora Associada Secretária

Janaína C. de Sousa B. e Martins

Editores/as Associados/as

Ana Luisa Guimarães F. Xavier

Ana Luisa Valadares Lanza Guimarães

Anderson Moraes Pires

Gabriel Lucas Baessa Dias

Helena Oliveira Coelho

Hermógenes Abraão Paz Siqueira

João Pedro Santana Motta

Júlia Somberg Alves

Lucas Soares dos Santos

Luciano da Silva Amorim

Maycon Santos Ferreira

Natália de Oliveira Viana

EQUIPE DE REVISÃO TEXTUAL

Caio César Costa

Camila Guerra Contine

Eric Tempesta

Felipe Emanuel da Silva Costa

Julia Gomes

Vinícius Henrique Teixeira da Silva

CONSELHO CONSULTIVO

Pontifícia Universidade Católica
de Minas Gerais

Dra. Jacqueline de Oliveira Moreira

Dra. Maria Ignez Costa Moreira

Dra. Roberta Carvalho Romagnoli

Universidade Federal de Minas
Gerais

Dr. Adriano R. A. do Nascimento

Dra. Déborah Rosária Barbosa

Dra. Elizabeth do Nascimento

Dr. Gilson de Paulo Moreira Iannini

Dra. Lisandra Espíndula Moreira

Dra. Maria Luísa Magalhães Nogueira

Dr. Maycoln Leôni Martins Teodoro

Dra. Thais Porlan de Oliveira

Dr. Vitor Geraldi Haase

Universidade Federal de Viçosa

Dr. Eduardo Simonini Lopes

Universidade Federal do Rio

Grande do Norte

Dra. Ana Karenina de M. A. Amorim

Universidade Federal do Rio

Grande do Sul

Dra. Simone Mainieri Paulon

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor

Dr. Bruno Pinheiro Wanderley Reis

Vice-diretora

Dra. Thais Porlan de Oliveira

CENTRO ACADÊMICO DE PSICOLOGIA DA UFMG | GESTÃO CATARSE

Ana Cláudia Luciano

Caique Belchior

Carolina Guitzel Borghi

Cissa Canto Silva Coimbra

Geovanna Ferreira Carazza

Gustavo Dias Ribeiro

João Marcos de Sousa Teixeira

Leone Ferreira

Manuela Maria M. de Almeida

Mariana Pereira Santos

Marina Fraga Duarte

Sérgio Gustavo de Almeida

Sévio Barbalho Ramos

Victor Sidartha Mandelli Noujeimi

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Luciano da Silva Amorim

Editor Associado

CONTATO

Endereço

Universidade Federal de Minas
Gerais. Faculdade de Filosofia e
Ciência Humanas, Sala F3037. Av.
Antônio Carlos, 6627, Pampulha; CEP
31.270-901; Belo Horizonte - MG.

Site

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/mosaico>

E-mail

mosaico.epsicologia@gmail.com

A psicologia no vale: Da patologização na práxis psicológica à implicação política sobre os direitos da comunidade LGBTQIA+

Gabriel Lucas Baessa Dias¹

Paula Rita Bacellar Gonzaga²

Resumo

Este artigo tem como objetivo dimensionar alguns encontros que aconteceram entre a história da psicologia e da comunidade LGBTQIA+. Em um primeiro momento, dizemos como o discurso da LGBTQIA+fobia se fez possível através das tradições judaico-cristãs; logo em seguida, como a ciência moderna, sobretudo o campo psi, coadunou e colocou em novas fórmulas esse discurso. Por fim, mapeamos e analisamos os posicionamentos do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e dos Conselhos Regionais de Psicologia (CRP) nos últimos anos sobre o tema.

Palavras-chave: Psicologia; LGBTQIA+; Patologização; Sistema Conselho de Psicologia.

Psychology in the “valley”: From pathologization in psychological praxis to political implication on the rights of the LGBTQIA+ community

Abstract

This article aims to scale some encounters which took place between the history of psychology and the LGBTQIA + community. At first, we would like to highlight how the LGBTQIA + phobia speech was possible mostly through the Judeo-Christian traditions; but also how the modern science, especially the psychology field, embody in and replace this discourse in new fórmulas. Finally, we map and analyzed the Federal Council of Psychology (CFP) statement and the Regional Councils of Psychology (CRP) in the last few years about this matter.

Keyword: Psychology; LGBTQIA+; Pathologization; System Psychology Council.

¹ Universidade Federal de Minas Gerais

² Universidade Federal de Minas Gerais

Introdução

Ao longo de sua história, a psicologia contribuiu largamente para que a comunidade LGBTQIA+ fosse patologizada e estigmatizada. Ao colocarmos em paralelo, de um lado, a linha da história de grupos tidos como dissidentes do que é posto como natural, saudável e certo pelo sistema sexo-gênero, e de outro lado, a do campo psi (psiquiatria, psicologia e psicanálise), podemos perceber que quando essas linhas se tocaram ao longo do tempo foi em uma deliberação do campo psi em construir estranheza sobre aqueles grupos (Binkowski, 2019; Guerra, 2019; Gonzaga, 2019).

A psicologia deve reconhecer esse passado, mas não só, também precisa assumir uma postura ético-política de combate a qualquer fóssil moral em suas práticas e postulações teóricas na atualidade. Sobretudo na conjuntura política do Brasil pós golpe de 2016, em que a deposição da presidenta Dilma Rousseff agudiza os discursos misóginos e lesbohomotransfóbicos na cena pública. Nesse ínterim, o termo “ideologia de gênero” é acionado na cena pública e em espaços institucionais para contestar reivindicações do movimento LGBTQIA+, dos movimentos feministas, lutas por direitos sexuais e direitos reprodutivos. Esse cenário que estamos às voltas é um estado de pânico moral, sendo assim, como nos lembra Rubin (2012), é um momento de ataques a grupos sexuais mais vulneráveis nas relações de poder. Ter a psicologia, como a disciplina que sustenta um saber-poder sobre a subjetividade humana, somando forças do lado de cá do cabo de guerra é impreterivelmente importante.

Este artigo pretende dimensionar alguns dos encontros que aconteceram entre a história da psicologia e a comunidade LGBTQIA+. Em um primeiro momento, dizemos como o discurso da LGBTQIA+fobia se fez possível através das tradições judaico-cristãs, logo em seguida, como a ciência moderna, sobretudo o campo psi, coadunou e colocou em novas fórmulas esse discurso. Por fim, mapeamos e analisamos os posicionamentos do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e dos Conselhos Regionais de Psicologia (CRP) nos últimos anos sobre o tema. Objetivamos com esse percurso, explicitar que a história da psicologia também não é uma história única, que existe resistência, compromisso ético-político com despatologização dos sujeitos e o reconhecimento de que o saber psicológico, como ciência e profissão, pode ser uma força significativa na defesa da cidadania e dos direitos da população LGBTQIA+.

Os Contornos da LGBTQIA+fobia

O Mapa de Leis de Orientação Sexual, da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais e Intersexo (ILGA, 2020) apresenta os seguintes dados: em 157 países existem leis que versam sobre a proteção contra a discriminação por orientação sexual e o reconhecimento legal de vínculos familiares entre pessoas do mesmo sexo; 43 países não apresentam leis de proteção, nem de criminalização e 70 países criminalizam atos sexuais consensuais entre pessoas adultas do mesmo sexo. Um dado ainda mais alarmante é o que, dos 70 países que criminalizam relações homoeróticas, 11 deles colocam a pena de morte como sanção ao crime (6 como pena efetiva e 5 como possibilidade).

Embora o Brasil esteja entre os países que apresentam leis de proteção contra a discriminação por orientação sexual, o Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil (Grupo Gay da Bahia e Acontece Arte Política LGBT, 2021)³ mostra que, entre os meses de janeiro e agosto do ano de 2021, foram registradas 207 mortes de pessoas LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, *queer*, intersexo, assexuais e etc.) no Brasil. Das quais 187 casos foram assassinatos e 18 foram suicídios. Sendo esses dados obtidos somente das notícias de jornal, não abarcando um número total exato de pessoas LGBTQIA+ mortas no país, visto que muitas podem não ser noticiadas como tal. Entre os casos notificados, escolhemos destacar três que denotam às reverberações da violência lesbohomotransfóbica em caminhos que conduzem ao extermínio violento, onde manifesta o ápice do ódio, ou pelo autoextermínio, onde a destituição da dignidade e da humanidade dos indivíduos produz uma certeza sobre a impossibilidade de viver sem dor.

Entre essas histórias está o assassinato de Roberta Silva, mulher trans negra em situação de rua que teve 40% do seu corpo queimado por um adolescente enquanto ela dormia no centro de Recife/PE; soma-se a esse episódio o caso de Lindolfo Kosmaski, jovem gay branco, integrante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que foi assassinado com dois tiros e teve seu corpo carbonizado em São José do Triunfo/PR (Grupo Gay da Bahia e Acontece Arte Política LGBT, 2021). No que tange aos casos de autoextermínio destacamos a história do cirurgião-dentista Gustavo dos Santos Lima, que enfrentava a depressão e trabalhava como voluntário em uma unidade de vacinação de Campo Grande/MS, quando foi vítima de homofobia

³ Dada a metodologia usada para a coleta desses dados - a saber, um levantamento de notícias feito a partir de palavras como lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti etc. no *Google Alerts* -, sinalizamos a importância de ser considerada a possibilidade de subnotificações, colocando um quadro ainda mais grave do que o apresentado.

por parte de uma mulher que recorreu ao serviço para imunização de sua filha e se recusou a ser atendida pelo profissional de saúde utilizando de termos popularmente pejorativos sobre sua sexualidade. A família de Gustavo relata que após o episódio o quadro depressivo se agravou, ele precisou aumentar as doses de medicação até que foi encontrado sem vida em sua casa⁴.

A LGBTQIA+fobia se constrói em uma trama de várias discursividades que partem de lugares enunciativos próprios e se encontram em um ponto em comum. Um conjunto de práticas e discursos religiosos, culturais, econômicos, jurídicos, políticos e científicos criam as justificativas para a violência sistemática contra pessoas LGBTQIA+. Entender como essas discursividades forjam uma verdade sobre gênero e sexualidade se torna fundamental para propor formas de enfrentamento à manutenção das opressões que essas verdades põem em circulação.

Para Mott (2001), “[...] a intolerância anti-homossexual⁵ tem suas raízes na tradição judaico-cristã, que desde cedo percebeu o caráter ameaçador, político e revolucionário da homossexualidade, daí transformar o sexo e amor entre pessoas do mesmo gênero em crime abominável e o mais detestável de todos os pecados” (p. 42). Desde o primeiro século do cristianismo, aparece a pauta teológica de um corpo corruptível em disputa com a alma em busca de santificação. Como aponta Meeks (1997), essa ideia presente em escritos creditados ao apóstolo Paulo e em outros autores cristãos está muito ligada às influências platônicas que se divulgavam na época e que tomavam a corporeidade de forma análoga: ao lugar de um campo de apetites e imoralidades a serem regulados para que as coisas elevadas do espírito se desenvolvessem sem nenhuma perturbação.

A respeito das relações homoeróticas, segundo Meeks (1997), mesmo com o movimento feito pelos primeiros cristãos de desenhar fronteiras bem nítidas que marcassem as diferenças entre as duas religiões, eles dão continuidade a tradição judaica de supervalorização do sêmen masculino no processo de reprodução. Assim, qualquer ato sexual que não considerasse o esperma dentro de uma perspectiva reprodutiva - coito interrompido e masturbação masculina, por exemplo - era considerado pecado, eleita a maior delas as relações sexuais entre homens, pois ali o gasto do líquido potencialmente gerador era maior. Desse modo, o cristianismo antigo fundava sua pedagogia disciplinar sobre o sexo: uma guerra constante entre as paixões da carne e

⁴ Para saber mais sobre o caso, consultar:

<https://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/que-o-preconceito-pare-diz-mae-de-dentista-vitima-de-homofobia>

⁵ Luiz Mott (2001) apresenta uma noção do termo “homossexual” que flua, ora dizendo sobre relações sexuais entre pessoas do mesmo gênero, tratando estreitamente sobre orientação sexual; ora colocando a cabo desse termo também palavras como “androginia”, “transexual”, “travesti” e “transexualidade”.

o espírito; o pareamento entre sexo e reprodução e uma mistura de admiração e medo do corpo feminino, da estranheza de sua diferença sexual, o que acabou levando as instituições morais da época, através dos textos que lançavam os alicerces da fé cristã, estabelecer um modelo familiar com prescrições bem demarcadas dos papéis de quem o integra, onde a “esposa é considerada como mero receptáculo” (Meeks, 1997, p. 142).

Apresentando o problema com as cores brasileiras, Mott (2001) traz à tona nosso processo de colonização e como a imposição da fé cristã serviu ao estabelecimento de uma noção de sexo fortemente ligada à reprodução, noção herdada de uma ideologia pró-natalista, expansionista e demográfica. Aliado a isso, para dar cabo do projeto colonial, era preciso um ideal de homem colonizador:

Um homem delicado, medroso, afeminado, sensível, jamais conseguiria manter o indispensável clima de terror para conservar submissa a 'gentalha', todos os que não eram machos brancos. Daí a repressão brutal contra qualquer efeminação e inversão sexual, por representarem perigosíssimo fator de instabilidade do projeto colonizador e hegemonia dos donos do poder (Mott, 2001, p. 58)

Os “filhos da dissidência” (Mott, 20001, p. 53) representavam risco também para a organização familiar, porque “[...] minava perigosamente a autoridade patriarcal no tocante ao controle das estratégias de aproximação dos sexos e a constituição de novas unidades familiares” (Mott, 2001, p. 58). Assim, desde a empreitada colonial, a história da repressão de identidades LGBTQIA+ no Brasil é atravessada por um ideal de sexo e família que é definido e reiterado por bases morais, religiosas e jurídicas.

Na busca de procurar entender os contornos que a LGBTQIA+fobia toma, se faz necessário reconhecermos a sexualidade e o gênero como marcadores sociais da diferença que servem à segregação, à estigmatização de corpos e identidades tidos como dissidentes e longe daquilo que é expresso como sexualidade natural e boa (Scott, 1990; Brah, 2006). Como aponta Rubin (2012, p. 50): “Como o gênero, a sexualidade é política. É organizada em sistemas de poder os quais recompensam e encorajam alguns indivíduos e atividades ao passo em que punem e suprimem outros”.

A estratificação das práticas sexuais apresentada por Rubin (2012) em *Pensando o Sexo*, apresenta no topo, onde há mais aceitação e menos repressão, heterossexuais cisgênero monogâmicos e reprodutivos, abaixo deles estão os heterossexuais monogâmicos não casados, sucedidos por todos os heterossexuais restantes. Descendo os olhos vemos os casais homossexuais em relações monogâmicas, mais abaixo deles estão as lésbicas, gays e bissexuais

solteiros e não monogâmicos, tidos como promíscuos. Na base da pirâmide estão pessoas transsexuais e travestis junto com trabalhadoras do sexo, sadomasoquistas e fetichistas.

A leitura que nos traz essa autora, tendo como foco a hierarquização de sujeitos a partir de suas vivências de gênero e sexualidade ainda deixa ausente a compreensão de como essas experiências não apenas se hierarquizam entre si, mas são organizadas estruturalmente pelo racismo que estrutura as sociedades a partir do marco civilizatório colonial (Gonzaga, 2019). O que é fundamental salientar aqui é que mesmo o movimento LGBTQIA+, sendo um movimento social de uma comunidade que reivindica coletivamente gênero e orientação sexual como pressuposto de luta (Lino, 2019), internamente há relações de hierarquização que incidem de forma encruzilhada sobre alguns corpos, dependendo dos marcadores que esses trazem, desse modo, raça, territorialidade e geração são alguns desses elementos que distinguem internamente os sujeitos supostamente agregados sob a mesma bandeira (Solaterrar & Lowenkron, 2020).

Quanto mais um corpo se aproxima de uma sexualidade tida como ideal, menos opressão e rechaço vêm ao seu encontro como consequência da desobediência à norma. Àqueles que se afastam dessa linha, lhes é reservado "presunções de doença mental, má reputação, criminalidade, mobilidade social e física restrita, perda de suporte institucional e sanções econômicas". (Rubin, 2012, p.16). Resultado disso, a LGBTQIA+fobia deixa marcas na materialidade dos corpos e na subjetividade dessas pessoas: "Sendo a subjetividade reflexo do social no aspecto mais íntimo das pessoas e a LGBTfobia presente na nossa cultura uma forma de violentar as vivências de pessoas não incluídas no padrão cis heteronormativo, podemos dizer que a subjetividade de pessoas LGBT não está incólume" (Silva, 2019, p. 247). Apesar de uma permanência de leituras que individualizam o sofrimento psíquico, expurgando o caráter psicossocial deste, partimos aqui de uma leitura que compreende as porosidades entre as esferas públicas e pessoais, bem como o sofrimento como reverberação da opressão sobre a pessoa oprimida (Gonzaga, 2019; Lima, 2019).

Para pensarmos os efeitos da LGBTQIA+fobia nas subjetividades, não podemos incorrer no erro de massificar essa comunidade em um grande bloco homogêneo, pois isso faz com que se crie vários pontos cegos ao tratar de categorias como diversidade sexual e gênero atreladas às experiências individuais das pessoas que compõem o coletivo (Brah, 2006). Crenshaw (2002), ao refletir sobre a diferença intragrupo propõe como chave analítica a interseccionalidade: "uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da

interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (p. 174). Nos apropriando da perspectiva interseccional, reconhecemos aqui como os marcadores de orientação sexual, identidade de gênero e expressão de gênero devem ser articuladas a outros eixos de subordinação como raça, etnia, classe, geração, territorialidade etc. a fim de dizer como as opressões se inter cruzam. Para pôr em tela um exemplo, Guerra (2019) trata sobre a história do feminismo e lembra como “o movimento feminista apagou as mulheres de cor e lésbicas, como também negligenciou as mulheres trans no geral e, em especial, as trans de cor” (p. 103), pois a definição do que seria o feminino não comportava essas mulheres. A intenção em trazer a leitura desses processos de diferenciação não é pulverizar as lutas da comunidade, mas reconhecer como alguns grupos que têm seus sofrimentos encruzilhados com várias opressões, podem ser mal representados em termos genéricos e universalistas (Solaterrar & Lowenkron, 2020). Além disso, como nos lembra Brah (2006), enxergar opressões múltiplas em padrões de articulação faz com que os movimentos contra cada uma dessas opressões não se tornem sectário em relação aos outros.

Sob a perspectiva da diferença intragrupo e a importância de uma abordagem interseccional sobre o assunto, precisamos reconhecer como esse grupo de muitas letras e extremamente plural por vezes é tratado de forma que uma maior quantidade de luz é lançada sobre uns e outros são eclipsados. Os debates sobre diversidade sexual e de gênero por vezes se aglutinam em torno do temário homem cis gay (Lino, 2019), assim as demais experiências entram como anexo secundário e lateral. Nesse sentido, é interessante a reflexão de Brigueiro (2013), a partir de sua pesquisa etnográfica em sites de pessoas autodeclaradas assexuais, sobre ser a assexualidade um marco histórico singular nas agendas de reivindicações de políticas sexuais contemporâneas. Ainda é um desafio pensar relações afetivas que passam pelo desinteresse ou pouco interesse sexual, isso se reflete tanto no déficit de produções acadêmicas sobre o assunto, a centralização da genitalidade na ideia que se tem de sexo e a pouca presença da pauta assexual na dimensão pública (Brigueiro, 2013). A letra “I” também é escanteada, refletindo o discurso médico que parece carecer de instrumentos e saberes atualizados fora do discurso biologizante de definição e adequação anatômica para se haver com a interssexualidade, como também as bandeiras de luta de orientações sexuais e diversidade de gênero ainda não trazem grandes expressões para essas experiências, muitas vezes desconsiderando as demandas e vozes desses sujeitos (Guerra, 2019).

Posto isso, antes dessa possibilidade de reconhecer a trama das muitas identidades que compõem a comunidade LGBTQIA+, os corpos dissidentes do sistema sexo-gênero eram reduzidos

à categoria anormal dentro da relação normal e anormal - é digno de nota que isso não é um problema totalmente superado. Gonzaga (2019, p.97) analisa: “A classificação hierárquica entre normais e anormais obedece a posição de enunciação de quem pode produzir essas categorias e perpassa pela imposição moral, estética, cultural, psicológica e biológica dos sujeitos”. As tecnologias e ciências de gestão de população são um desses discursos, que na estruturação da proposta de um estado laico, moderno, desencantado e racional, se propõe como subsidiador das ações de governo (Binkowski, 2019). Se a conservação da heteronormatividade e cisgeneridade estava vertebrada em uma interpretação bíblica fomentada a partir de determinado momento histórico por interesses políticos que dizia que uma forma de exercer a sexualidade era a certa e laureada por Deus, enquanto todas as outras eram vícios da carne (Meeks, 1997), com a ascensão da modernidade e a ciência moderna, essa retórica não mais se voltará somente à religião para delimitar o que é certo ou não, pois dessa vez as disciplinas racionais, desencantadas e científicas o farão (Binkowski, 2019; Guerra, 2019; Rubin, 2012).

Foucault (1979) destaca que a continuidade da nomeação acerca da sexualidade consiste na história política de construção de verdades e de saber-poder sobre a sexualidade e a infância. Para o autor, a sociedade ocidental produz e faz circular discursos que funcionam como verdade e que autorizam determinados sujeitos a nomear e qualificar experiências não normativas. Entre libertinos, delinquentes, loucos, doentes e perversos, todos que escapavam da lógica heterossexual e reprodutiva foram alvo dos discursos de saber-poder que arvoraram como autoridade sobre a sexualidade humana. A confissão, nesse sentido, cumpre com a função de colocar o sexo em evidência, desde o modelo católico até o ambiente da clínica, de fazer o sujeito trazer à voz e ao outro, o que seria sua suposta dissidência (Foucault, 1979). A confissão, como instrumento que desvela as vísceras subjetivas do sujeito diante do outro que supostamente detém um saber sobre si, um outro a quem nada deve ser ocultado, é definida por Foucault (1988) como uma ritualização do discurso onde se estabelece a relação de poder entre ambas as partes. O que escuta a confissão o faz por possuir desejo e, teoricamente, perícia, para avaliar, analisar, julgar, punir, purificar e orientar aquele que confessa, acredita-se imbuído desse saber-poder e goza da crença do que confessa sobre isso e também sobre a necessidade da exposição de suas supostas vicissitudes para sua possível absolvição (Foucault, 1988).

A psicologia se institui como uma sociedade do discurso que administra, organiza, hierarquiza e classifica os modos de subjetivação por meio da escuta daquilo que o sujeito não confessaria em público, do que precisa ser dito ao sujeito de suposto saber. Nesse sentido, cabe

recuperar que a categoria em muitos momentos pareceu privilegiar esse próprio território de domínio do que a revisão de seus postulados patologizantes. Camino, Pinto e Ismael (2011) indicam que diante da iniciativa de entidades científicas em reverter esse histórico, a psicologia brasileira manteve-se silenciosa ao longo dos anos 1980 e início dos anos 1990, quando já tardiamente passou a pronunciar-se publicamente contra a discriminação e a patologização da homossexualidade. Entendendo que as oscilações da categoria desvelam também as disputas políticas internas e externas ao campo, a seguir descortinaremos a atuação da psicologia nesse debate.

O Campo Psi e a Construção de Estranheza

Da frondosa árvore de disciplinas que se ergue para contestar as formas de produção de si LGBTQIA+, o campo psi mostra seus grandes galhos. O uso do saber-poder psiquiátrico, psicanalítico e psicológico como forma de construir estranheza sobre modos de existir que saísse das normas hétero, cis, binária, genitalizada, monossexual, monogâmica e reprodutiva foi amplamente cultivado (Guerra, 2019). Sendo assim, ao que é colocado por Binkowski (2019), há no campo psi (em especial na psicologia) fósseis morais, produzidos em uma época e por pessoas que estavam imersas em um caldo cultural cheio dessas moralidades e que produziu patologização, exclusão e silenciamentos das sexualidades tidas como desviantes.

Ao colocar em perspectiva como o Manual Estatístico e Diagnóstico de Transtornos Mentais (DSM) lidou com a temática visualiza-se como a relação patologizante foi estabelecida no desenrolar do tempo. Em sua primeira edição, em 1952, o manual traz a homossexualidade como “transtorno de personalidade sociopática”; sem muitos avanços, a edição seguinte, de 1968, rotula como “desvios sexuais”, como algo que foge do natural (Binkowski, 2019). Tanto a sua terceira edição, publicado em 1980, e seu texto revisado, de 1987, marcam a retirada da homossexualidade enquanto patologia psiquiátrica, alinhado ao posicionamento que a Associação Americana de Psiquiatria (APA) tomou frente à crescente pressão feita por movimentos gays e lésbicos. Nessa mesma edição, enquanto a homossexualidade saía do rol de transtornos mentais, o “transexualismo” é incluído - aqui se revela um sectarismo dos movimentos homossexuais em relação às pautas trans, pois fizeram pressão para despatologização de suas experiências, mas não se sensibilizaram diante do controle diagnóstico sobre a população “T”. Pela primeira vez, a palavra gênero aparece na quarta edição do manual, em 1994, caracterizando a experiência de certas pessoas a não se reconhecerem com o sexo designado ao nascer, a partir da conceituação do

“Transtorno de Identidade de Gênero” (Guerra, 2019). Nas publicações subsequentes, em 2000, em edição revisada, é abordada sumariamente a questão da identidade de gênero, sendo somente em sua última edição, DSM-V (2013), é tratada de forma um pouco mais aprofundada as noções de sexo biológico, gênero e a possibilidade de uma pessoa não se reconhecer nem como homem, nem mulher. Considerando o último manual, a transexualidade segue sendo estigmatizada sob o signo da “disforia de gênero”, que em tese não serve à patologização, porém no campo real mostra a normatização médica sobre o corpo trans (Guerra, 2019).

Sob as lentes da psicanálise, embora hajam colocações freudianas e lacanianas nebulosas sobre o tema que podem levar a entender uma não patologização⁶, hegemonicamente, nas teorias da área, sexualidades dissidentes da heteronormatividade representavam uma má maturação no desenvolvimento psicosexual, onde a pessoa, inconscientemente, teria se fixado em um estágio que a impediria de prosseguir, não atingindo a sexualidade ideal, a saber, a orientação heterossexual (Binkowski, 2019; Camino, Pinto e Ismael, 2011). Muitas foram as práticas clínicas de condução psicanalítica que tomaram como missão “reverter a homossexualidade” ou fazer com que o comportamento estivesse supostamente alinhado com o sexo biológico (Guerra, 2019). Institucionalmente, o trabalho de Bulamah (2020) nos traz como, desde meados de 1921, a Associação Psicanalítica Internacional (IPA) e as demais instituições ligadas a ela em vários países não aceitavam pessoas não heterossexuais compondo seus espaços de formação de futuros analistas. Tal movimento ia de encontro em definir quem seria o/a portador/a ideal do saber psicanalítico, não só profissionalmente, como moralmente. Mesmo sem um documento oficial que expressasse essa diretriz, os círculos que cuidavam de preservar as contribuições de Freud imaculadas de possíveis deturpações teóricas, foram acusados por grupos militantes nos anos de 1970 até o final de 1990 de proscurem candidatos abertamente gays e lésbicas em seus quadros formativos e também desligar analistas descobertos homossexuais (Bulamah, 2020).

Não nos esqueçamos da convivência histórica da psicologia com a LGBTQIA+fobia. Estruturado em “teorias psicológicas europeias e norte americanas, que circunscrevem a formação psíquica às experiências familiares da primeira infância ou a aspectos fisiológicos que interferem no temperamento humano” (Gonzaga, 2019, p. 83), o conhecimento psicológico é convocado como subsídio de discursos preconceituosos com a finalidade de trazer uma legitimidade científica para retificar como a sexualidade e a identidade sexual normal, saudável e

⁶ Ver Carta de Freud Para Uma Mãe de um Homossexual, texto de Sigmund Freud de 1935; ver também O Seminário, Livro V: As Formações do Inconsciente, obra de Jaques Lacan produzida entre 1957 e 1958.

natural está repousando sobre a cisheteronormatividade. Tenhamos boa memória sobre as terapias de conversão, popularmente conhecidas como “cura gay”, em que supostamente autorizados pela formação em psicologia, muitas/os psicólogas/os impuseram a pessoas LGBTQIA+ condições de tortura e intenso sofrimento com o objetivo de enquadrá-las dentro de uma norma.

Passar em revista os encontros entre o campo psi e os grupos lançados à dissidência pelo sistema sexo-gênero mostra como as relações bem apertadas de saber e poder deram recurso para o surgimento de categorias, conceitos e teorias que fizeram a manutenção das posições de privilégio e segregação. Após esquadrihar nos mínimos detalhes o desvio confessado, mensurado o tamanho do déficit ou a intensidade da perversão posta em exame, o ponto de maior aglutinação de poder de quem escuta se revela: a possibilidade de nomear, a partir de um discurso científico, se aquilo que se mostra é normal ou não, ao passo que o corpo do outro posto em exame é reduzido a posição passiva de objeto dócil. Essa vontade de saber sobre a sexualidade, como dito por Foucault (1979), passou por uma série de estabelecimentos de regimes de verdade sobre o que se nomeava. Portanto, como se pode perceber ao longo da história, não se descrevia e teorizava de forma neutra, mas se afirmam estigmas, produzia-se exclusão e aprofundaram-se desigualdades por meio da patologização dentro da psiquiatria, psicanálise e psicologia.

O conhecimento estigmatizador produzido pelo campo psi sobre a comunidade LGBTQIA+ soma-se a outros fósseis morais e faz com que a opressão ganhe vulto. Principalmente quando esse saber, como ciência a ser aplicada na dinâmica social, se torna subsídio para propostas que “deveriam dar nexos a políticas públicas, à gestão política e ao próprio espaço de negociação que chamamos de moralidade” (Binkowski, 2019, p. 237). A manutenção desses fósseis morais se reproduz na formação em psicologia, que sem revisão de seus pressupostos teóricos, atualizam o contingente da categoria profissional sem atualizar as premissas sob as quais operam. Isso fica explícito nas análises que Camino, Pinto e Ismael (2011) fazem a partir de pesquisa realizada junto a estudantes de psicologia, quando classificaram os respondentes entre: 1) aqueles que manifestavam explicitamente preconceito; 2) os que não manifestavam nenhum tipo de preconceito homofóbico; 3) os que manifestavam preconceitos sutilmente, sendo que nesse terceiro grupo havia uma defesa de que a homossexualidade estava associada a causas psíquica.

Nesse sentido, o que é visto como anormal e desviante precisa ser controlado, alinhado, adequado ou, quando nenhuma das opções se faz possível, reprimido e silenciado. Logo, o corpo

já não é apenas patologizado, mas ainda, a partir da legitimidade da patologização, é cerceado de direitos:

Por que os direitos são negados e tratados de forma preconceituosa para esses casos? Algumas respostas podem ser encontradas na forma como a medicina patologiza essas identidades e, conseqüentemente, a área do Direito legítima, tendo a sexualidade dos indivíduos como algo a se regular. É nesse sentido, que a sexualidade será discutida para compreensão de como essas instituições produzem ‘verdades’ (Guerra, 2019, p. 57).

Os operadores jurídicos são muitas vezes acionados para repressão de quem cruza a linha da normatividade da sexualidade e do gênero (Rubin, 2012; Scott, 1990). Historicamente, os caminhos da comunidade LGBTQIA+ cruzou (e ainda cruza) com a criminalização, repressão policial e a falta de garantias previstas em lei - vinde e vede a Revolta de *Stonewall*⁷; Operação Tarântula⁸ e a perseguição à comunidade, taxada de desviante e perversa, durante a ditadura civil-militar brasileira. Mas para não alimentar a ilusão de que isso é um problema superado, talvez a partir dos argumentos que se justificam com as conquistas feitas a duras penas nas últimas décadas, cabe dizer que “as pressuposições de cisgeneridade e/ou de heterossexualidade são assumidas pelo Estado como norma jurídica” (Moreira et al, 2021, p. 10). Assim, com a judicialização da vida e a presença da regulação jurídica penetrando nas esferas mais íntimas da vida cotidiana, uma legislação que se estrutura tomando como ponto de partida a cisgeneridade e a heterossexualidade compulsória limita seu alcance a certas complexidades que as relações sociais exigem.

Demorando um pouco mais na questão da patologização e como ela pode conformar e informar os encaminhamentos que na luta política ocorrem quando coloca na linha do horizonte um enquadre no que é dito como normal, é importante trazer pelo menos dois pontos analisados por Colling (2011): primeiramente, a linguagem dos direitos como canalização da luta é insuficiente e, amalgamado a isso, uma atenção que deve ser tomada na forma que as

⁷ Em 1969, em Nova Iorque, uma revolta iniciou-se entre os frequentadores do bar *Stonewall Inn* (majoritariamente lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, travestis, *drag queens* etc.) e os policiais da cidade. Na época, eram presas quaisquer pessoas que estivessem vestindo duas ou mais roupas do gênero diferente, sendo assim, essa norma não era só lgbtqi+fóbica, como também arbitrária no julgamento pela parte da polícia do que seria roupa de homem ou de mulher. Na madrugada de 28 de junho de 1969, com policiais ao redor do bar *Stonewall Inn* ameaçando uma invasão violenta, a prisão de pessoas e fecharem o bar, se inicia uma revolta por parte das pessoas que estavam no estabelecimento. De lá de dentro, responderam atirando o que tinha à mão, revidaram à truculenta repressão policial que se instalara. Com a disseminação da notícia do evento, várias manifestações políticas irromperam pelos Estados Unidos e mais tarde pelo mundo. A Revolta de *Stonewall* é tida como um dos pontos de origem das Marchas do Orgulho LGBTQIA+.

⁸ Durante os anos de 1980, a epidemia de HIV/AIDS trazia mais estigma sobre a população LGBTQIA+, sendo a doença, até então pouco conhecida, nomeada como “câncer gay”. Nesse cenário, seguindo uma série de ações “anti-gay” e “anti-homossexuais” por parte de órgãos do Estado que vinham ganhando espaço, em 1987, a polícia civil de São Paulo, durante pouco menos de duas semanas prendeu cerca de 300 travestis, sob a justificativa que estas apresentavam riscos pela possibilidade de potencializar o contágio da AIDS e por serem profissionais do sexo. A operação extremamente violenta teve seu fim quando organizações LGBTQIA+ da época a denunciaram à Secretaria Estadual de Segurança Pública de São Paulo.

reivindicações na cena pública são feitas para não cair nas armadilhas da heteronormatividade. O acesso à Justiça no Brasil é desigual, assim se a mobilização política da comunidade LGBTQIA+ se resumir a pleitos por leis e garantia de direitos (não negando a importância dessas, porém não nos limitando apenas a esse nível) é servir a uma elite, ao passo que desconsidera uma perspectiva que intersecciona classe à equação. O hiperfoco nas opressões institucionais, que pode ser alcançado pela judicialização política, deixa de lado as opressões culturais que são as que, mesmo tendo leis que versam sobre, não deixam de existir. Nesse sentido, Gonzaga (2019) aponta que ainda que haja um movimento de despatologização das experiências ditas dissidentes, ainda há uma circulação social de significantes que associam gays, lésbicas, bissexuais e transsexuais a posições de promiscuidade, desvalor, adoecimento e, em muitos casos, invisibilização social. Entre as interlocutoras da sua pesquisa de doutorado foi recorrente o reconhecimento de que ‘lésbica’ era uma palavra inaudível ao longo de suas vidas, quando era dita, aparecia de modo pejorativo, depreciativo, dificultando que estas pudessem nomear suas experiências afetivo-sexuais sem associar-se a essas imagens de desqualificação (Gonzaga, 2019). Por isso, a forma de minar essas construções seria, por exemplo, a partir da mudança no avanço da discussão sobre sexualidade e gênero na educação com o fim de mudar representações e romper com estereótipos.

Porém, ambas as formas de agência podem tropeçar no ponto de sustentar um discurso de querer “normalizar” a não-heterocisgeneridade ao tomar o modelo hétero de casal monogâmico e reprodutivo como no exemplo da máxima: “Queremos poder nos casar, viver uma vida monogâmica e ter filhos”. Não é um problema ter tal desejo, porém colocá-lo como ponto de chegada em nível político impede que se questione como a organização sexo-gênero foi se estruturando (Mott, 2001), a ponto de colocar certas formas de existência e relações em destaque e outras em rechaço. Entre essas formas empurradas às margens está o próprio movimento LGBTQIA+ presumido como promíscuo, escandaloso, apelativo e outros desqualificadores (Rubin, 2012). Miskolci (2011) alerta para os riscos de uma normalização por assimilação, isso é, do esforço de sujeitos historicamente considerados dissidentes em se enquadrar nos parâmetros heteronormativos de afetividade e conjugalidade, o que se desvela, por exemplo, na centralidade da pauta do casamento e da adoção em descompasso com os índices alarmantes de transfeminicídio. Coadunamos com a reflexão proposta por Colling (2011, p. 14): “Para conquistar determinados direitos, temos que criar uma determinada imagem para que a comunidade LGBT

seja aceita?”.

A Psicologia no vale: Normas do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e pronunciamentos dos Conselhos Regionais de Psicologia (CRP) sobre a temática LGBTQIA+

A crise na psicologia social, na década de 1970, o movimento de revisão e crítica ético-epistemológica da psicologia brasileira e o surgimento da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), marcaram um interesse da psicologia enquanto ciência e profissão em tratar de assuntos da realidade brasileira sob uma perspectiva emancipadora, politicamente situada e comprometida com a diminuição das desigualdades sociais. Desde lá, a psicologia de forma posicionada começa a voltar seu olhar para os movimentos sociais que irrompiam no Brasil, dentre eles os movimentos LGBTQIA+ (Lino, 2019). Isso se reflete na atuação do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que nos últimos anos tem construído um posicionamento político-científico de despatologização e respeito às experiências de diversidade sexual e de gênero (Lima, 2019).

A Resolução nº 001/1999 é um marco incontornável no que tange à proibição de discursos estigmatizantes e patologizantes sobre a homossexualidade por parte de profissionais da psicologia, como fica explícito em seu segundo artigo: “Os psicólogos deverão contribuir, com seu conhecimento, para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas” (Conselho Federal de Psicologia, 1999). Ao longo do tempo, essa deliberação foi questionada por ser um dos principais instrumentos que estabelecem a proibição de práticas de conversão de orientação sexual por parte da categoria. Camino, Pinto e Ismael (2011), ao recuperarem pesquisas realizadas com professores de psicologia, constataram que uma significativa parte dos profissionais era contrária à Resolução 01/1999, alegando a necessidade de intervenção psicológica junto à comunidade LGBTQIA+. Destacam ainda que esse posicionamento foi majoritário entre os que atuavam na docência de disciplinas de prática clínica, o que desvela a produção de continuidade dessas perspectivas a partir do próprio ambiente formativo. Ainda mais recentemente, em 2018, foi movida a Ação Popular nº 1011189-79.2017.4.01.3400 contra o CFP por grupos que aderiam às terapias de conversão, alegando perda cultural e científica, já que a Resolução 001/1999, segundo o argumento utilizado, não permitia que profissionais da psicologia pesquisassem ou atendessem pacientes em busca de reorientação sexual. A ação não teve sucesso.

Na mesma esteira, o Código de Ética Profissional do Psicólogo (2005) também deixa sua marca quando veta aos/às profissionais da psicologia a reprodução de preconceitos sobre orientação sexual em suas práticas. Sustentado pelos pressupostos dos direitos humanos, o código coloca:

Art. 2º – Ao psicólogo é vedado: a) Praticar ou ser conivente com quaisquer atos que caracterizem negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão;
b) Induzir a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, quando do exercício de suas funções profissionais;
c) Utilizar ou favorecer o uso de conhecimento e a utilização de práticas psicológicas como instrumentos de castigo, tortura ou qualquer forma de violência (Conselho Federal de Psicologia, 2005)

Em 2013, a Nota Técnica Sobre Processo Transexualizador e Demais Formas de Assistência às Pessoas Trans (2013) estabelece como deverá ser a atuação da psicologia no âmbito da equipe multiprofissional que assiste a pessoa que passa pelo processo transexualizador. Nela é estabelecido que a/o profissional não deverá tratar a transexualidade como desordem psíquica, nem coadunar com a exposição dessa pessoa a qualquer situação discriminatória e estigmatizante. O CFP, por meio da *Resolução 01/2018* diz que as/os psicólogas/os não deverão reproduzir transfobia em suas práticas, nem usar de nenhuma técnica psicológica que implique em violências contra pessoas trans ou ser conivente, omissa e contribuinte para qualquer preconceito contra à comunidade. Se soma a isso a Resolução nº 8 de 07 Julho de 2020, documento que normatiza que a categoria deve se comportar de forma ética frente à violência de gênero, sobretudo contra mulher, sendo ela cisgênero, trans, travesti ou pessoa de expressão não-binária.

Essas produções anunciam uma implicação em reparar os anos em que a psicologia, usando do seu saber-poder, perpetrou e compactuou com práticas segregacionistas e patologizantes. No entanto, ainda que sejam normativas de extremo valor, inclusive por vetar a atuação antiética e discriminatória, ainda são parcamente reconhecidas pela categoria profissional, desvelando uma distância entre a práxis que está sendo construída e a que ainda opera desde às práticas formativas até ao exercício profissional nos mais diversos setores.

Ao pesquisar as categorias “lgbt” e “diversidade” nos sites dos CRPs, durante o período de 20 de novembro a 09 de dezembro de 2021, selecionamos aquelas que apresentavam um conteúdo que tinha como centralidade a diversidade sexual e de gênero, a fim de mapear os posicionamentos sobre a temática. As publicações foram sistematizadas nas categorias: datas

comemorativas; notas de repúdio, notas de posicionamento e declarações públicas; produções: livros e cartilhas; eventos; referências do CREPOP e normativas e resoluções. Três sites não possuíam campos de busca (CRP 10-PA e AP, CRP15-AL e CRP 24-AC e RO) e o site do CRP 13-PB estava fora do ar. Por essas dificuldades operacionais e por considerarmos que nosso interesse foi o de obter mapear essas informações enquanto produções de acesso público, não foi possível incluir esses CRPs nas análises desta pesquisa.

Os dados identificados resultaram em 888 publicações, a maior parte na categoria “eventos”, somando o número de 373. Encontramos 148 conteúdos sobre “datas comemorativas”. Sobre “notas de repúdio, notas de posicionamento e declarações públicas” foram achados 69 posts. Tivemos 9 materiais em “produções: livros e cartilhas”: um material do CRP 01-DF (Meneses, Reis & Duarte, 2020), um do CRP 03-BA (Alves, Azevedo & Silva, 2018), um do CRP 04-MG (Ferrão, Carvalho & Coacci, 2019), um do CRP 05-RJ (França, 2019), dois do CRP 06-SP (Rozas, Tegani, Silva, Fontes, Oliveira, Martuchi & Assunção, 2021; Conselho Regional da 6ª Região, 2011), um do CRP 07-RS (Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, 2021), um do CRP 08-PR (Conselho Regional de Psicologia do Paraná, 2021), um do CRP 12-SC (Conselho Regional de Santa Catarina, 2021). Sobre “referências do CREPOP” não foram identificados resultados. Não encontramos nenhuma publicação que se enquadrasse em “normativas e resoluções”. Nem todas as publicações que foram acionadas pelas palavras de busca e que tinham relação com o tema se encaixavam em nossas categorias; essas totalizam 287, e tratavam, de modo geral, sobre réplicas de notícias e conteúdos do CFP, divulgação de eventos que não são do CRP e textos gerais dizendo sobre a comunidade LGBTQIA+.

Um dado importante a se destacar que apareceu ao longo da pesquisa foi a presença ou a ausência de comissões sobre diversidade sexual e de gênero nos CRPs e como isso impactava as ações da regional em direção ao tema. Procuramos saber sobre essas comissões a partir da descrição dos grupos que compunham o conselho e das informações disponíveis nas publicações. Dentre os vinte CRPs analisados, cinco possuem comissões especiais que tratam de questões que perpassam a comunidade LGBTQIA+, são eles: CRP 01-DF, CRP 02-PE, CRP 03-BA, CRP 04-MG e CRP 16-ES. Essas comissões mostraram atividade intensa: traziam indicações de leitura, organização de eventos gratuitos e abertos à população, assim como mobilização do conselho para participar de eventos fora das dependências da regional. Verificamos que os demais conselhos regionais que não têm comissões específicas no tema, obtinham suas publicações vindas na maioria das vezes de comissões permanentes de direitos humanos, às vezes por grupos de trabalho e eixos

temáticos dessas comissões.

O CRP 04-MG, o CRP 05-RJ e o CRP 07-RS foram os três que mais apresentaram conteúdos, sendo respectivamente catalogadas 155, 146 e 124 publicações. Nos três conselhos há pólos especializados que tratam sobre gênero e sexualidade e estão por trás da produção profícua de publicações em seus canais de comunicação: no CRP 04-MG há a Comissão de Psicologia, Gênero e Diversidade Sexual; o CRP 05-RJ possui um Eixo de Gênero e Diversidade Sexual e no CRP 07-RS, dentro da Comissão de Direitos Humanos, há o Núcleo de Gênero, Raça e Sexualidade. Em contrapartida, o CRP 21-PI (0 publicações), o CRP 22-AM (0 publicações) e CRP 20-AM e RR (10 publicações) foram os que apresentaram menor produção discursiva sobre a temática. Sendo especialmente significativo a ausência de quaisquer publicações sobre o assunto nos conselhos do Piauí e do Maranhão. Nenhuma dessas regionais possuem comissões, eixos ou grupos que tratam sobre o tema.

Um analisador relevante é o fato de que, em alguns momentos, o tema foi priorizado, como, por exemplo, a publicação “CRP-02 promove formação interna sobre Nome Social para pessoas Trans”⁹ do CRP 02-PE; bem como transversalizado em outros, como o exemplo, “Conferência de Direitos Humanos marca as atividades do mês de maio no CRP 14/MS”¹⁰, do CRP 14-MS. Uma abordagem desse caráter se faz necessária para que o tema não se torne fechado em si mesmo e as pessoas da comunidade permaneçam fragmentadas em alguns elementos que compõem suas identidades. Destacamos também a iniciativa de produzir espaços formativos para a categoria, como os exemplos mencionados, o que contribui para a superação de possíveis lacunas na graduação a partir do diálogo com especialistas e ativistas sobre a temática. Um elemento que chama a atenção positivamente é a existência de eventos regulares que tratam de diversidade sexual e de gênero, como o Cine Diversidade no CRP 04-MG que, desde 2017, busca promover encontros e exibição de filmes temáticos em datas comemorativas relacionadas à comunidade LGBTQIA+.

Considerações Finais

*Um novo tempo há de vencer
Pra que a gente possa florescer
E, baby, amar, amar sem temer*

...

⁹ Para consultar a publicação, acesse:

http://www.crppe.org.br/noticias/crp-02_promove_formacao_interna_sobre_nome_social_para_pessoas_trans

¹⁰ Para consultar a publicação, acesse:

<http://www.crpms.org.br/conferencia-de-direitos-humanos-marca-as-atividades-do-mes-de-maio-no-crp14-ms/>

*Como amar, como amar
Ninguém vai poder querer nos dizer como amar
Composição: Johnny Hooker.*

Nos meandros da política nacional nos anos que sucedem o golpe midiático-parlamentar de 2016 a qual implicaram em retrocessos no campo dos Direitos Humanos e na tácita autorização de discursos de ódio que se avultam de cercadinhos estreitos para todo o Brasil, concluimos a partir das análises que a psicologia brasileira tem caminhado por um vale de implicação e comprometimento com os direitos da comunidade LGBTQIA+. Diante do cenário político que estamos em que publicamente as pautas, direitos e políticas de minorias sexuais são atacadas, ter o Sistema Conselhos de Psicologia somando forças a favor da comunidade LGBTQIA+ é muito importante e indica avanços que funcionam em duas vias: produzem defesa de direitos humanos a essa comunidade e também produz uma reconfiguração da nossa própria categoria profissional e das premissas por tanto tempo cristalizadas como verdade na ciência psicológica.

Entretanto, de modo a mostrar uma certa ambiguidade, como abordamos ao longo do artigo, permanecem certas ambiguidades demarcadas pela presença de fosséis morais no campo psi, o que se reflete não só em abordagens por vezes superficiais sobre o assunto, mas também na insurgência de profissionais da categoria contra o que vem sendo construído a favor da diversidade e da inclusão. Tal posição delibera que a psicologia se coloque frente ao espelho, se posicione criticamente e não veja a questão do lado de fora, mas efetivamente se implique com a eliminação da lesbohomotransfobia que habita a sociedade e a própria categoria da psicologia. Uma proposição válida é estreitar cada vez mais o laço entre postulações teóricas, práticas profissionais e ações políticas, em diálogo contínuo com os movimentos sociais que tanto proporcionam provocações e ensinamentos. O ideal por tanto tempo defendido de um saber psicológico neutro e não posicionado, além de irreal, oculta que sua práxis e suas postulações têm posição, sejam elas a de destituir ou a de defender o sujeito em sua singularidade, em sua plenitude, em seu direito de existir e brilhar, seja em qual cor do arco-íris for.

Referências

- Alves, A. A., Azevedo, B. G., Silva, D. S. (org.). (2018). *Psicologia, Sexualidades e Identidade de Gênero: Guia de referências técnicas e teóricas*. CRP 03. <https://www.crp03.org.br/wp-content/uploads/2019/01/CRP03-Cartilha-Psicologia-Sexualidades-e-Identidades-de-G%C3%AAnero-1.pdf>
- Binkowski, G. (2019). Fósseis do campo psi: Sobre conversão de orientação sexual e gênero. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003228542>
- Brah, A. (2006). Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu* [online], 26, 329-376. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332006000100014>
- Brigeiro, M. (2013). A emergência da assexualidade: notas sobre política sexual, ethos científico e o desinteresse pelo sexo. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, 14, 253-283. <https://doi.org/10.1590/S1984-64872013000200012>
- Bulamah, L. C. (2020). *História de uma regra não escrita: a proscrição da homossexualidade masculina no movimento psicanalítico*. Zagodoní.
- Camino, L., Pinto, R. M., & Ismael, E. (2011). A psicologia social e seu papel nos processos de libertação social. In: R. S. L. Guzzo & F. Lacerda Jr. (Orgs.). *Psicologia social para América Latina: O resgate da psicologia da libertação* (pp. 277-294). Editora Alínea.
- Colling, L. (2011). Políticas para um Brasil além de Stonewall. In: L. Colling (Org.). *Stonewall 40 + o que no Brasil?* (pp. 7-21). EDUFBA.
- Conselho Federal de Psicologia. (2005). *Código de Ética Profissional do Psicólogo*. CFP.
- Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. (2011). *Psicologia e Diversidade Sexual: Cadernos Temáticos CRP SP*. CRP 06. http://www.crp03.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/11/frames/caderno_tematic_o_11.pdf
- Conselho Regional de Psicologia do Paraná. (2021). *Revista Contato: Psicologias de Todas as Cores*. https://crp03.org.br/wp-content/uploads/2021/07/Revista-Contato_136_Online.pdf
- Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul. (2021). *Temas em Psicologia Organizacional e do Trabalho*. CRP 07. https://www.crp03.org.br/conteudo/publicacoes/cartilha_cp07.pdf
- Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina. (2021). *Caderno de Orientação: Interface Entre Psicologia e Violência de Gênero*. CRP 12. https://crp03.org.br/ckfinder/userfiles/files/CRP12_Caderno%20de%20orienta%C3%A7%C3%A3o_Interface_2021_04_30_FINAL.pdf
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Diminuição Racial Relativos ao Gênero. *Revista Estudos Feministas*, 10, 1, 171-188. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>
- Ferrão, D., Carvalho, L. H., Coacci, T. (2019). *Psicologia, Gênero e Diversidade Sexual: Saberes em Diálogo*. CRP 04. https://drive.google.com/file/d/1HB5RjU4v1yW4djf_wZaTUakgUPZ2OUxd/view
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Graal.
- Foucault, Michel. (1988). *História Da Sexualidade I: A Vontade De Saber*. Graal.
- França, A. N. (org.) (2019). *Psicologia & diversidade sexual: assim se passaram vinte anos*. CRP 05. http://www.crp03.org.br/site/wp-content/uploads/2019/09/diversidade_web.pdf
- Gonzaga, P. R. B. (2019). "A gente é muito maior, a gente é um corpo coletivo": produções de si e de mundo a partir da ancestralidade, afetividade e intelectualidade de mulheres negras lésbicas e bissexuais. [Tese de Doutorado] Universidade Federal de Minas Gerais. <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/32730>
- Grupo Gay da Bahia & Acontece-Arte e Política. (2021). *Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil - Relatório Parcial 2021*. <https://img1.wsimg.com/blobby/go/b0a35170-26bd-4092-82af-6a9e6302d848/Relat%C3%B3rio%20Parcial%2001-2021-%20Setembro%20-%20Observat.pdf>
-

- Guerra, S. B. F. (2019). *“Transtorno do Instinto Sexual?”: A Medicina Legal Define a Homossexualidade, Lesbianidade, Transgêneridade e Intersexualidade.* [Tese de Doutorado] Universidade Federal da Bahia. <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/28834>
- International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association. (2020). *Leis Sobre Orientação Sexual no Mundo.* https://ilga.org/sites/default/files/downloads/SPA_ILGA_World_map_sexual_orientation_la_ws_dec2020.png
- Lima, A. M. (2019). Gênero, diversidade sexual e psicologia: Reflexões sobre a formação das(os) psicólogas(os). In: D. Ferrão, L. H. Carvalho, T. Coacci (Orgs.). *Psicologia, gênero, e diversidade sexual: saberes em diálogo.* (pp. 16-34). CRP 04.
- Lino, T. R. (2019). Nas fissuras da história: O movimento lésbico no Brasil. *Revista Movimentação*, 10-22. <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/movimentacao/article/view/10547/6033>
- Meneses, S., Reis, Sílvia, Duarte, S. (2020). *Acolhimento às Pessoas LGBTQI+ nos Serviços de Saúde Orientações Voltadas Para Profissionais da Psicologia e Demais Áreas da Saúde.* Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal. <https://url.gratis/1eMU4O>
- Meeks, W. A. (1997). *As Origens da Moralidade Cristã: Os Dois Primeiros Séculos.* Paulus.
- Miskolci, R. (2011). Não somos, queremos – reflexões queer sobre a política sexual brasileira contemporânea. In: L. Colling (Org.). *Stonewall 40 + o que no Brasil?.* (pp. 37-56). EDUFBA.
- Moreira, L. E., Santos, M. M., Marinho, M. I. C., Silva, M. M., Pimenta, V. H. S. (2021). “Confusão, indecisão e incerteza”: enunciados de bissexualidade na jurisprudência. *Revista Estudos Feministas*, 29, 2. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n255739>.
- Mott, L. (2001). *A Revolução Homossexual: O Poder de um Mito.* *Revista USP*, 49, 40-59. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i49p40-59>
- Nota Técnica Sobre Processo Transexualizador e Demais Formas de Assistência às Pessoas Trans*, de 8 de outubro de 2013. <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Nota-t%C3%A9cnica-processo-Trans.pdf>
- Resolução CFP Nº 001/1999, de 22 de março de 1999.* Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf.
- Resolução CFP Nº 001/2018, de 29 de janeiro de 2018.* Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01-2018.pdf>.
- Resolução nº8 de 7 de julho de 2020 do Conselho Federal de Psicologia.* Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-n%C2%BA-082020.pdf>
- Rozas, A. M., Tegani, A. A., Silva, G. R. A., Fontes, K. O., Oliveira, N. A. F., Martuchi, R. R. (2021). *Documento de Orientação CRP 06: A atuação profissional das psicólogas, psicólogues e psicólogos no atendimento à população bissexual.* https://www.crsp.org/uploads/impresso/151354/FH2IUzL22TKes3u1VuYhpEsWHY4VM_vpB.pdf
- Rubin, G. (2012). *Pensando O Sexo: Notas Para Uma Radical das Práticas Sexualidade.* https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1229/rubin_pensando_osexo.pdf
- Silva, S. (2019). *LGBTfobia: recortes subjetivos.* IN: Ferrão, D, Carvalho, L. H. d, Coacci, T.(orgs.). *Psicologia, gênero, e diversidade sexual: saberes em diálogo.* (Cap. 10, pp. 242-259). Belo Horizonte, MG: CRP 04.
- Scott, Joan Wallach. (1990). Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica. *Educação e Realidade*, 16(2), 5-22.
- Solaterrar, U & Lowenkron, L. (2020). *Sofrimento Encruzilhado: sobre transformar a dor e botar a cara no sol.* In Reunião Brasileira de Antropologia (Org.), trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia. RBA. <https://url.gratis/88AwFL>

Sobre os autores

¹ **Gabriel Lucas Baessa Dias.** Graduando em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais, campus Pampulha. Integrante do Laboratório de Estudos Sobre Trabalho Cárcere e Direitos Humanos (LABTRAB-UFMG) e do Grupo de Pesquisa Desafios Para a Psicanálise e o Direito à Luz do Pensamento Social Brasileiro no Núcleo PSILACS-UFMG (Psicanálise e Laço Social no Contemporâneo). Extensionista do programa de extensão CULTHIS: Espaço de atenção psicossocial à pessoa presa, ao sobrevivente do cárcere e familiares. <https://orcid.org/0000-0001-7095-5345>. gabrielbaessa@ufmg.br

² **Paula Rita Bacellar Gonzaga.** Professora do departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Graduada em Psicologia (UFBA). Mestrado realizado no Programa de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos (PPGNEIM/UFBA); Doutorado em Psicologia Social (UFMG). Membro do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão - Conexões de Saberes (UFMG). <https://orcid.org/0000-0002-0446-8394>. paribago@ufmg.br

Recebido em: 19/12/2021

Aceito em: 11/08/2022

Publicado em: 15/04/2023

**Revisão integrativa da literatura sobre bissexualidade:
representações, invisibilidade e subjetividade**

Kadu Ulisses da Silva¹

Jacqueline Meireles²

Resumo

O presente artigo parte da discussão sobre como os preconceitos e incompreensões relacionados à bissexualidade articulam-se com os processos de sofrimento e vulnerabilidade da população bissexual. Considerando as contribuições da Psicologia Histórico-Cultural sobre a constituição da subjetividade, a pesquisa tem por objetivo analisar como a literatura acadêmica discute a subjetividade da pessoa bissexual. Para tanto, foi realizada revisão integrativa de 12 artigos publicados entre 2015 e 2020. A análise do conteúdo possibilitou a construção de 3 categorias. Por fim, discute-se que as formas de significação da bissexualidade em uma sociedade que a invalida a vivência de dramas específicos para a população bissexual e aponta-se a necessidade da construção de políticas de acolhimento e fortalecimento desta população, bem como a formação crítica de profissionais de saúde para o trabalho com pessoas bissexuais.

Palavras-chave: Bissexualidade, Subjetividade, Invisibilidade, Heteronormatividade, Monossexualidade

Integrative literature review on bisexuality: representations, invisibility and subjectivity

Abstract

The present paper starts from the discussion about how the prejudices and misunderstandings related to bisexuality are articulated with the processes of suffering and vulnerability of the bisexual population. Considering the contributions of Cultural-Historical Psychology on the constitution of subjectivity, the research aims to analyze how the academic literature discusses the subjectivity of the bisexual person. Therefore, it was carried out an integrative review of 12 articles published between 2015 and 2020. The analysis of the content of these articles allowed the construction of 3 categories. Finally, it is discussed that the forms of meaning of bisexuality in a society that invalidates the experience of specific dramas for bisexual people and points out the need to build policies to welcome and strengthen this population, as well as the formation of critical health professionals to work with them.

Keyword: Bisexuality, Subjectivity, Invisibility, Heteronormativity, Monosexuality

¹ Faculdade Municipal Professor Franco Montoro

² Centro Universitário UNIFIEO

Introdução

O presente artigo objetiva analisar como a literatura acadêmica discute a subjetividade da pessoa bissexual, refletindo sobre as representações da bissexualidade e seu processo de invisibilização. Tal análise justifica-se por um contexto sociocultural em que a bissexualidade é marcada por inúmeros preconceitos, tendo seu reconhecimento e legitimação sistematicamente dificultados. De acordo com DeCapua (2017) o conceito de sexualidade foi forjado entre 1890 e 1920, mas a bissexualidade só foi reconhecida nos Estados Unidos da América (EUA) por volta da década de 1970. Ainda hoje, a bissexualidade é tratada como sinônimo de homossexualidade (van Lisdonk & Keuzenkamp, 2017), o que evidencia a necessidade de discutir e ampliar o debate sobre vivências bissexuais.

Davila et al (2019) e Arena e Jones (2017) apontam que pessoas bissexuais têm sido caracterizadas pela infidelidade nas relações amorosas, confusão sobre a própria orientação sexual, egoísmo, promiscuidade, etc. Como consequência, a população bissexual tem sido alvo de violência, discriminação e assédio com maior frequência que outras “minorias sexuais”, como gays e lésbicas. (Davila *et al.*, 2019; McClelland et al., 2016).

Johnson (2016) descreve a tendência de hiper sexualização da bissexualidade, principalmente no que se refere às mulheres bissexuais. Sua aceitação condiciona-se ao contexto das mídias voltadas ao desejo de homens heterossexuais, onde é possível observar a codificação do corpo feminino pelo olhar masculino (Mulvey, 1975). Johnson (2016) aponta, ainda, que a maior parte dos cargos importantes da indústria audiovisual é ocupada por homens, o que reduz a possibilidade de nuance ou verossimilhança na representação de vivências que fujam do padrão cis heteronormativo.

Ainda sobre a bissexualidade feminina, Guimarães Alves *et al* (2020) apontam que as políticas e a academia nacional reproduzem a heteronormatividade, o que minimiza a identidade bissexual, e torna estes indivíduos abjetos. Os autores destacam que, quando a bissexualidade relaciona-se às questões de gênero, performance e raça é possível identificar uma hierarquia: mesmo no interior de um grupo marginalizado, alguns indivíduos são mais invisíveis que outros. A interseccionalidade destes diferentes fatores leva a um apagamento destes grupos em políticas afirmativas e dificulta o acesso à saúde básica, dentre outros direitos.

A própria definição de bissexualidade é marcada por dissensos. Enquanto alguns autores a conceituam em comparação com orientações sexuais monossexuais (Hertlein et al., 2016; Lahti, 2015; Wandrey *et al.*, 2015), outros a compreendem de forma naturalizada, como parte da experiência humana (Corey, 2017; DeCapua, 2017). A bissexualidade como orientação sexual apresenta características únicas, mas há um esforço em explicá-la pelo prisma da norma heterossexual.

Buscando explicitar estas características, Lahti (2015) diferencia a bissexualidade de outras orientações monossexuais pelo desejo: não é a prática que valida a orientação sexual, mas o desejo. Estas formas de identificação e diferenciação compõem o que Todd *et al.* (2016) compreendem como “espectro bissexual” (p. 144, tradução livre). Essa expressão faz alusão às práticas e experiências relacionadas à bissexualidade que se diferem do que foi normalizado pelas relações e práticas monossexuais, como por exemplo, a orientação validada pelo desejo e não pela prática. Assim, presume-se maior fluidez e possibilidade de investimentos afetivos e sexuais de formas específicas de cada gênero e para cada indivíduo.

Diante do exposto, o presente artigo relata os resultados uma pesquisa de revisão integrativa da literatura científica que caracteriza as representações e práticas culturais em que a subjetividade bissexual se constrói. Para tanto, partimos das contribuições da Psicologia Histórico-Cultural a respeito da subjetividade. Nesta perspectiva, superam-se compreensões dualistas sobre sujeito/objeto, nas quais a subjetividade refere-se ao mundo interno, privado, e busca-se discuti-la a partir da relação indivíduo-sociedade. Ao pesquisar o tema da subjetividade nos escritos de Vigotski, Molon (2011) destaca alguns pontos de dificuldade, tais como o uso de conceitos com sentidos diferentes e a qualidade das traduções dos textos à época. No entanto, afirma que apesar de o conceito de subjetividade não aparecer em sua obra de forma sistemática, é possível elaborar uma compreensão a partir desta trama conceitual.

Para Vigotski (2000), o desenvolvimento humano se dá a partir das relações interpsicológicas, que pela mediação semiótica configuram-se como funções psicológicas superiores no âmbito intrapsicológico. Nas relações sociais há o choque de sistemas, o que faz com que o desenvolvimento ocorra de forma dramática. Ao destacar a noção de drama na produção da subjetividade, Vigotski caracteriza a personalidade humana como repleta de luta interna e exemplifica com o choque entre dever e sentimento. De acordo com Molon (2011), o drama é

constituído pela mediação dos signos culturais e compõe-se tanto dos significados das palavras quanto dos sentidos. Enquanto os significados são formas mais estáveis de significação, os sentidos são instáveis e constituem-se pela soma dos fatos psicológicos que determinada palavra desperta em nossa consciência. Em suma, compreende-se que a subjetividade humana só é possível a partir da apropriação dos signos culturais por meio das relações sociais, num processo dramático.

Partindo desta compreensão, é possível inferir que os significados e sentidos culturais atribuídos à bissexualidade permeiam o processo de subjetivação das pessoas bissexuais. Apresentamos, a seguir, a metodologia utilizada para a revisão integrativa e discutimos os resultados a partir de 3 categorias identificadas: os retratos da bissexualidade, a invisibilidade e a subjetividade da pessoa bissexual.

Método

O presente artigo relata uma pesquisa de revisão integrativa da literatura, que para Souza et al. (2010) é o método que fornece ampla revisão da literatura, subsidia interpretações e articulações de áreas diversas do saber e fornece um panorama consistente após a análise de grandes amostras e conceitos sobre o tema proposto. Foram consultadas as bases de dados do Periódicos CAPES e Scopus em virtude do grande volume de periódicos agregados por estas. A pesquisa foi realizada individualmente em cada uma das bases com os mesmos protocolos, descritores e itens de inclusão e exclusão. Considerando que a base Periódicos Capes agrega a Scopus em seus resultados, a Scopus foi excluída dos resultados do Periódicos Capes, a fim de evitar resultados duplicados, conforme **Tabela 1**.

Tabela 1.

Fases da Pesquisa

Procedimento	Artigos Obtidos
Levantamento de dados	3992
Seleção dos estudos e leitura dos resumos	181
Remoção de artigos duplicados e/ou indisponíveis	156
Leitura na íntegra	12

Para realizar a pesquisa foram combinados os seguintes termos de busca nas línguas portuguesa e inglesa: Bissexualidade E Subjetividade; Bissexualidade E Apagamento;

Bissexualidade E Visibilidade; Bissexualidade E Heteronormatividade. Além disso, foi utilizado o descritor “Bifobia” para completar a pesquisa, nos mesmos idiomas.

Foram incluídos no protocolo artigos teóricos e relatos de pesquisa publicados em periódicos revisados por pares da Psicologia, Ciências Humanas e Sociais, tanto nacionais quanto internacionais e que tinham como objeto a discussão da subjetividade bissexual. Foram excluídos os artigos de revisão de literatura, produzidos por outras áreas do conhecimento, e que representassem a bissexualidade sob o viés psicopatológico. Os dados obtidos na fase 3 e as respectivas bases de dados constam na **Tabela 2**.

Tabela 2.

Resultados e bases de dados da Fase 3

Base de dados	Número de artigos
Periódicos Capes	56
Scopus	100
Total	156

Os elementos apresentados foram investigados por meio de Análise de Conteúdo, que para Campos (2004) é uma forma que busca os sentidos dos dados a serem analisados. As etapas da Análise seguiram o caminho proposto por Bardin et al. (2000): “pré-análise; exploração do material; e tratamento dos resultados, inferência e interpretação” (p. 95). O recorte temporal utilizado foi o de 2015 a 2020 em razão do volume de dados obtidos nas buscas. A **Tabela 3** apresenta o número de artigos selecionados para análise.

Tabela 3.

Artigos selecionados para leitura na íntegra e periodicidade

Ano	Número de artigos	Ano	Número de artigos
2020	0	2017	3
2019	1	2016	3
2018	2	2015	3

12 pesquisas foram selecionadas para leitura na íntegra e os trechos com discussões referentes aos objetivos propostos nesta pesquisa foram separados para análise. Os trechos foram

categorizados em seções de discussões denominadas: 1) Retratos da Bissexualidade; 2) Invisibilidade; e 3) Subjetividade, e em cada seção foram construídas categorias para discussão crítica e teórica sobre os elementos comuns na conceituação ou interpretação dos fatos apresentados, conforme consta na **Tabela 4**.

Tabela 4.

Artigos selecionados

Código	Autor(es) e ano	Título
1	Carrillo e Hoffman (2018)	'Straight with a pinch of bi': The construction of heterosexuality as an elastic category among adult US men
2	Corey (2017)	All Bi Myself: Analyzing Television's Presentation of Female Bisexuality
3	Hertlein et al. (2016)	Attitudes Toward Bisexuality According to Sexual Orientation and Gender
4	Roberts et al. (2015)	Between a Gay and a Straight Place: Bisexual Individuals' Experiences with Monosexism
5	Todd et al. (2016)	Biphobia in the Family Context: Experiences and Perceptions of Bisexual Individuals
6	DeCapua (2017)	Bisexual Women's Experiences with Binegativity in Romantic Relationships
7	Johnson (2016)	Bisexuality, Mental Health, and Media Representation Coming Out to Family and Friends as Bisexually Identified
8	Wandrey et al. (2015)	Young Adult Women: A Discussion of Homophobia, Biphobia, and Heteronormativity
9	Dyar e London (2018)	Longitudinal Examination of a Bisexual-Specific Minority Stress Process Among Bisexual Cisgender Women
10	Doan Van et al. (2019)	Perceived Discrimination, Coping Mechanisms, and Effects on Health in Bisexual and Other Non-Monosexual Adults
11	Lahti (2015)	Similar and equal relationships? Negotiating bisexuality in an enduring relationship
12	van Lisdonk e Keuzenkamp (2017)	Towards Bi-Inclusive Policies: Suggestions Based on Research on Dutch Same-Sex Attracted Young People

Resultados e Discussão

A discussão dos dados obtidos na revisão da literatura foi organizada em três seções: 1) Retratos da Bissexualidade; 2) Invisibilidade; e 3) Subjetividade. Na primeira seção foram discutidas as compreensões sobre a bissexualidade na literatura científica e de indivíduos bissexuais; na segunda seção analisou-se os fatores envolvidos na invisibilização da bissexualidade e

encontrou-se indícios de um processo sistemático e sintomático dela; e na terceira e última seção debateu-se os aspectos relacionados à subjetividade bissexual. Tendo em vista a compreensão dialética da subjetividade na perspectiva Histórico-Cultural (Molon, 2011), a discussão da subjetividade do indivíduo bissexual foi discutida a partir de sua interação com processos sociais.

1 Retratos da Bissexualidade

Esta seção investiga como as produções acadêmicas retratam, classificam, compreendem e descrevem a bissexualidade. Os 12 trabalhos selecionados apresentaram ao menos uma forma de explicar ou compreender a bissexualidade. Este material foi categorizado como: 1) Monossexualidade; 2) Naturalidade; e 3) Objetificação.

1.1 Monossexualidade

A compreensão da bissexualidade a partir das lentes da monossexualidade foi encontrada em sete pesquisas (Carrillo & Hoffman, 2018; Corey, 2017; DeCapua, 2017; Hertlein *et al.*, 2016; Lahti, 2015; van Lisdonk & Keuzenkamp, 2017; e Wandrey *et al.*, 2015). Estas pesquisas trazem aspectos sintomáticos na representação da bissexualidade que são ancorados na perspectiva heteronormativa das interações afetivas e/ou sexuais dos indivíduos. Isso resulta na representação da bissexualidade como indecisão, uma fase passageira até a verdadeira orientação sexual, ou uma mistura de elementos hétero e homossexuais.

A absolutização da monossexualidade ocorre como um sintoma do sistema ideológico que considera a heterossexualidade e homossexualidade como opções primárias. Apesar de terem objetos afetivos opostos, sendo a primeira válida e aceita socialmente e a segunda ainda alvo de preconceitos, ambas são considerados norma (van Lisdonk & Keuzenkamp, 2017). DeCapua (2017) e van Lisdonk e Keuzenkamp (2017) apresentam a tendência acadêmica, política e social de amalgamar a bissexualidade com a homossexualidade sem reconhecer a diferença e especificidade de cada grupo, além de destacarem a ausência de políticas públicas ou programas para indivíduos bissexuais por serem considerados um grupo homogêneo junto aos homossexuais.

Para Hertlein *et al.* (2016) este movimento ocorre em razão da compreensão dicotômica de gênero e sexualidade da cultura ocidental, na qual a orientação sexual de um indivíduo é presumida de acordo com o seu respectivo parceiro. Uma das consequências deste processo é o de estabelecer algumas práticas como aceitáveis e outras como inaceitáveis, movimento este que

cria um apagamento sistemático da bissexualidade (Corey, 2017). Estes processos fazem com que a bissexualidade deva ser provada, negociada, desafiada, e explicitada continuamente, para que, assim, o indivíduo seja “apto” a declarar-se bissexual. Caso contrário, é considerado meio hétero e meio *gay*, indeciso, falso etc.

Uma das consequências deste processo de (in)validação da bissexualidade é a marginalização do indivíduo e da orientação sexual, visto o não reconhecimento ou negação da bissexualidade como orientação sexual válida. Para Lahti (2015) a bissexualidade é algo que emerge de forma tímida e que permanece subliminar, enquanto para van Lisdonk e Keuzenkamp (2017) o fato de haver indícios da bissexualidade ser marginalizada não a torna irrelevante para indivíduos que se identificam como bissexuais. Este fato é reforçado nos participantes das pesquisas de Carrillo e Hoffman (2018) e Wandrey *et al.* (2015) que se identificam como bissexuais, mas são seletivos no manejo e apresentação desta orientação sexual, em razão das pessoas os considerarem *gays* ou lésbicas.

1.2 Naturalidade

Naturalidade é a categoria que reuniu definições da bissexualidade como parte natural da experiência humana de afetos, desejo, práticas etc. É uma forma ampla e contrária à da monossexualidade de discutir e compreender as relações e expressões da bissexualidade. Seis pesquisas foram identificadas nesta categoria (Corey, 2017; DeCapua, 2017; Doan Van *et al.*, 2019; E. Todd *et al.*, 2016; Hertlein *et al.*, 2016; e van Lisdonk & Keuzenkamp, 2017).

De acordo com DeCapua (2017, p.452, tradução livre) a bissexualidade é “comumente identificada como a atração sexual e romântica em homens e mulheres”. Tal fato pode ser verificado a partir da representação majoritária de relações casuais ou afetivas de forma romântica e/ou heteronormativa, seja em produtos audiovisuais ou de uma forma generalista de representar as relações. Corey (2017) e van Lisdonk e Keuzenkamp (2017) argumentam que a bissexualidade não é ilegítima com relação à proporção e manifestação de afeto ou ocorrência de um ato de natureza emocional ou sexual em cada gênero, ou seja, independente da frequência e da expressão do afeto, o indivíduo é bissexual quando assim se auto identifica. Considerando a compreensão da sexualidade advinda da absolutização da monossexualidade, os afetos de indivíduos bissexuais são questionados e testados por pessoas que não são bissexuais, a fim de procurar (in)validar esta orientação sexual.

Estas definições são apresentadas como formas de compreender a bissexualidade e seus contornos, porém são passíveis de crítica, como a de Corey (2017) que considera a bissexualidade contestável, ou Carrillo e Hoffman (2018) que a consideram controversa. Tais conflitos podem ocorrer ao tentar compreender a bissexualidade de forma reducionista, excludente, explicá-la de forma dissociada do indivíduo bissexual e interpretá-la por instrumentos e concepções da monossexualidade, na qual a prática deve ser validada pelo ato, seja sexual, romântico ou afetivo para um único gênero, ou até mesmo através do julgamento moral de tais práticas.

Doan Van *et al.* (2019) apresentam dimensões da bissexualidade para além de um objeto abstrato, mas como experiência concreta, em que todas estas vivências podem ter significado ou não a partir da identificação do indivíduo sobre suas experiências e desejos como bissexual. As pesquisas de Hertlein *et al.* (2016) e van Lisdonk e Keuzenkamp (2017) incorporam em suas definições a experiência do sujeito bissexual como aquela que dá sentido à bissexualidade, complementam com a superação do pensamento monossexualista e presumem uma fluidez nos afetos, aceitando a direção e manifestação de forma específica de e para cada indivíduo, na qual há continuidade na bissexualidade durante a vida, ao invés de uma fase de experimentação.

Para E. Todd *et al.* (2016) esta multiplicidade de afetos, práticas, experiências e desejos superam o conflito terminológico ao ser incorporado à subjetividade, que assume um caráter de “espectro bissexual” (p.144, tradução livre), sendo este o sentido amplo da experiência concreta de cada indivíduo e suas especificidades como sujeitos que se identificam como bissexuais.

1.3 Objetificação

A última categoria construída foi a objetificação, que apresenta a caracterização da bissexualidade e dos indivíduos bissexuais de formas estereotipadas, reduzindo seus afetos a uma fonte de prazer alheia, desumanizada. Esta categoria foi encontrada em seis pesquisas (DeCapua, 2017; Dyar & London, 2018; Hertlein *et al.*, 2016; Johnson, 2016; e Wandrey *et al.*, 2015).

Em Carrillo e Hoffman (2018) esta forma está presente nos relatos dos participantes masculinos de sua pesquisa, que percebem a bissexualidade como uma categoria que valoriza o envolvimento sexual, e os indivíduos bissexuais como emocionalmente incapazes de envolvimento afetivo comparados à heterossexuais e *gays*. Na mesma pesquisa os participantes procuram argumentar sobre formas flexíveis de identificarem-se como heterossexuais enquanto se envolvem

com pessoas do mesmo gênero, ou seja, fazem o que julgam ser uma forma promíscua de explorar a sexualidade, mas com outro nome para não perderem o privilégio heterossexual.

Parte da objetificação apresentada ocorre pelo julgamento que acompanha a identidade bissexual, seja por falta de representatividade, desconhecimento, ou formas estereotipadas de representar os indivíduos bissexuais. Geralmente o grupo mais afetado é o de mulheres bissexuais, como consequência da estrutura social sexista e machista. Wandrey *et al.* (2015) destacam isto na expressão de uma participante: “uma vez que você se assume bissexual, de repente você se torna a garota vadia que sai com todos no bar. De repente você se torna ‘bar sexual’” (p.211, tradução livre). Para Hertlein *et al.* (2016, p.341, tradução livre) este processo é chamado de “bissexualidade performativa, na qual o comportamento sexual feminino com o mesmo gênero é encorajado por e direcionado para a audiência masculina”.

Johnson (2016) compreende este processo de objetificação como sexualização da mulher para satisfação do homem, e distingue que não se trata de a bissexualidade feminina ser aceita, mas de ser sexualizada de forma que sua aprovação está meramente condicionada à satisfação masculina dos desejos e fantasias. Esta representação performativa da bissexualidade trata indivíduo e orientação sexual como instâncias distintas, quando na realidade são expressões da subjetividade, e, conseqüentemente, a afetam, deslegitimando a identidade bissexual e retratando como algo que pode ser “fingido com o propósito da sedução heterossexual” (Johnson, 2016, p.383, tradução livre).

Os estereótipos da bissexualidade perpassam desde a ideia de que indivíduos bissexuais são irresponsáveis sexualmente, ninfomaníacos, responsáveis pela transmissão de ISTs, e não confiáveis, até a ideia de que são pessoas que ficam experimentando homens e mulheres enquanto não definem o que gostam (Dyar & London, 2018). Em DeCapua (2017) este fenômeno está presente na cooptação da bissexualidade feminina pelo desejo masculino, em práticas invasivas e invalidadoras da bissexualidade, tais como o encorajamento de encontros sexuais para prazer do parceiro, ou da presunção da bissexualidade como um “estado” ao invés de uma forma de ser, como algo que pode ser transformado, convertido ou revertido.

Estas formas irresponsáveis de caracterizar ou representar a bissexualidade para Johnson (2016) são prejudiciais porque reverberam na perpetuação de estereótipos irrealis e que causam

consequências concretas para indivíduos bissexuais, visto a hiper sexualização da bissexualidade feminina e a invisibilização da bissexualidade masculina.

2 Invisibilidade

Procurou-se nesta seção destacar indicadores da invisibilidade da bissexualidade. Os resultados foram selecionados de acordo com as ações direcionadas à bissexualidade ou indivíduos bissexuais, sejam formas deliberadas ou não conscientes de atacar, excluir, invalidar, bem como os aspectos sociais que se manifestam neste processo de apagamento da bissexualidade. Esta seção foi construída com dados encontrados em oito pesquisas (Corey, 2017; DeCapua, 2017; Doan Van *et al.*, 2019; E. Todd *et al.*, 2016; Hertlein *et al.*, 2016; Johnson, 2016; Roberts *et al.*, 2015; e van Lisdonk & Keuzenkamp, 2017). Foram construídas 3 categorias: 1) Exclusão; 2) Invalidação; e 3) Personificação.

2.1 Exclusão

Exclusão foi a categoria construída para analisar atitudes contra a bissexualidade ou indivíduos bissexuais que agem como sintomas estruturais da heteronormatividade e monossexualidade. Esta categoria foi discutida a partir dos resultados de seis pesquisas (Corey, 2017; DeCapua, 2017; Doan Van *et al.*, 2019; Hertlein *et al.*, 2016; Johnson, 2016; e van Lisdonk & Keuzenkamp, 2017).

Para van Lisdonk e Keuzenkamp (2017) uma das formas da bissexualidade ser excluída ocorre através da compreensão das relações afetivas e/ou sexuais baseadas na monossexualidade, uma vez que a orientação sexual de alguém é presumida pelo seu respectivo parceiro, dando espaço para a interpretação da sexualidade alheia apenas como gay/lésbica ou heterossexual.

Corey (2017) e Johnson (2016) discutem o processo de exclusão que ocorre dentro da comunidade LGBTQIA+, que causa o sentimento de isolamento pelos bissexuais, e mostra-se presente nas esferas sociais, culturais, públicas etc. Corey (2017) também sugere um “contrato epistêmico do apagamento bissexual” (p.192, tradução livre), que seria a forma que héteros e homossexuais encontram de manter o controle de suas orientações sexuais enquanto excluem a bissexualidade do debate ou da realidade, o que reitera a monossexualidade como única possibilidade

Este fato pode ser corroborado com algumas participantes bissexuais femininas da pesquisa de DeCapua (2017) que alegaram ter passado por situações nas quais lésbicas se recusaram a encontrá-las por acharem repulsivo o fato de elas terem saído com homens. Hertlein *et al.* (2016) compreendem que a bifobia motiva estas atitudes, mas para DeCapua (2017) esta compreensão é limitante, uma vez que foca nos prejuízos pessoais e desconsidera as interferências culturais e sociais que impactam diretamente indivíduos bissexuais e que motivam formas negativas de afetos destinadas à bissexualidade.

Conforme discutido na seção de introdução, a bissexualidade foi reconhecida como orientação sexual apenas nos anos 1970 (DeCapua, 2017). Entretanto, até hoje essa exclusão mostra-se presente, conforme relato de uma participante da pesquisa de Doan Van *et al.* (2019, p. 165, tradução livre) “talvez o motivo pelo qual eu raramente experiencie discriminação é porque as pessoas não percebem que eu existo”.

Parte da exclusão apresentada ocorre por compreensão monossexualista das interações humanas, pela bissexualidade pôr à prova a própria orientação sexual de héteros e homossexuais, e o apagamento que eles causam nos indivíduos bissexuais e na bissexualidade. Porém para Corey (2017) um dos maiores problemas que causam e perpetuam o ciclo de invisibilidade é a falha na nomeação da bissexualidade. Este fenômeno faz com que personagens, indivíduos, experiências e vivências não sejam explicitamente creditados ou identificados como bissexuais, o que gera a discussão destas experiências não terem sentido ou validade, ou como algo que não merece reconhecimento o suficiente para ser nomeado, e assim, ou a bissexualidade não é mostrada ou é debatida de forma pobre e livre de sentido e profundidade.

2.2 Invalidação

A categoria invalidação foi construída a partir da discussão dos resultados de cinco pesquisas (DeCapua, 2017; Todd *et al.*, 2016; Hertlein *et al.*, 2016; Johnson, 2016; e Roberts *et al.*, 2015), e tem a mesma estrutura da categoria exclusão, no entanto, nesta ocorre a invisibilidade por atitudes deliberadas, e não apenas como sintoma estrutural.

As pesquisas apresentadas mostram a invisibilidade da bissexualidade sob a matriz monossexual como uma presunção hétero ou homossexual da sexualidade alheia tendo como parâmetro o respectivo parceiro, e o produto deste pensamento é o de que a bissexualidade não existe (Roberts *et al.*, 2015). Este questionamento retorna à premissa de que algumas orientações

sexuais são verdadeiras e outras falsas, e faz com que muitos bissexuais utilizem nomenclaturas diversas e/ou monossexuais para fugir destas tentativas de apagamento ou questionamento sobre formas válidas ou não de ser e existir (DeCapua, 2017; Johnson, 2016).

Hertlein et al. (2016), entretanto, discutem sobre as participantes femininas que tinham parceiros heterossexuais, que sabiam da orientação sexual de sua parceira, e mesmo assim, consideram a bissexualidade delas como algo invisível ou irrelevante. DeCapua (2017) apresenta o esforço das participantes femininas de sua pesquisa em negociar a bissexualidade para ser válida e reconhecida enquanto os parceiros se apropriavam da orientação sexual de suas parceiras sob a pretensão de tê-las convertido em heterossexuais ou como se a bissexualidade fosse uma piada. Hertlein et al. (2016) apresentam as falas de participantes adolescentes e heterossexuais de suas pesquisas, que afirmam que as pessoas não nascem bissexuais, e este é um período de transição. Estes relatos reforçam a compreensão da bissexualidade como descontínua e um período de experimentação.

Estas atitudes deliberadas de negar a bissexualidade fazem com que indivíduos que não são bissexuais sintam-se confortáveis para questionar a (bi)sexualidade alheia, restando aos indivíduos que são bissexuais a tentativa de provar-se para terem sua orientação sexual validada (ou não). Em Todd et al. (2016) isto mostra-se consistente quando os familiares dos participantes utilizam o histórico de relacionamentos, ou os atuais parceiros, como forma de “provar” a instabilidade da bissexualidade.

3.3 Personificação

A categoria personificação foi construída considerando a discussão de dois autores (DeCapua, 2017; Johnson, 2016), os aspectos encontrados nesta categoria surgiram como reflexão sobre as formas de representar a bissexualidade ou os indivíduos bissexuais. Apesar de isso não ter sido abordado diretamente pelos autores, o tema emergiu como indicador de invisibilidade na presente pesquisa.

De acordo com Johnson (2016, p.382, tradução livre) “a bissexualidade é geralmente utilizada para representar nada além de si mesma”, tal fato pode ser reforçado ao observar que em obras do meio audiovisual, como filmes ou séries, indivíduos bissexuais geralmente são retratados não como personagens complexos ou com nuances, mas de formas extremamente estereotipadas

e suas orientações sexuais são ferramentas para propósitos devassos ou egoístas, e assim são representados como o produto de suas motivações e ações, ou seja, a bissexualidade é uma arma utilizada por pessoas imorais e que merecem ser questionadas.

DeCapua (2017) afirma que bissexuais são caracterizados como egoístas, que não conseguem renunciar a seu privilégio heterossexual, merecem ser questionados se são pessoas leais e merecedoras de confiança, são confusos, fracos etc. Dyar e London (2018) destacam a responsabilização de homens bissexuais pela transmissão de ITSs para heterossexuais, mesmo sem comprovação científica, e Wandrey *et al.* (2015), apresentam a sexualização e objetificação da bissexualidade feminina para entretenimento masculino.

Estas representações estereotipadas expõem os preconceitos escondidos (às vezes escancarados) sob uma fachada, e mostram a necessidade de debater vivências e práticas bissexuais, para que possam ser retratadas com nuances e verossimilhança, e assim diminuir estas atitudes negativas que bissexuais sofrem (Johnson, 2016).

3 Subjetividade

Esta seção foi desenvolvida tendo em vista os conjuntos de sentimentos, relações, práticas, afetos e experiências vividas por indivíduos bissexuais em seu processo de descobrimento e aceitação da orientação sexual bissexual. Partindo da compreensão da Psicologia Histórico-Cultural, a subjetividade bissexual foi analisada em situações diversas, como na rede de suporte e ciclo social, na exclusão presente tanto nas comunidades hétero ou LGBTQIA+, nos resultados negativos em saúde física e mental comparados à héteros ou seus pares *gays* e *lésbicas*, entre outros. Os temas identificados em onze pesquisas (Carrillo & Hoffman, 2018; Corey, 2017; DeCapua, 2017; Doan Van *et al.*, 2019; Dyar & London, 2018; E. Todd *et al.*, 2016; Johnson, 2016; Hertlein *et al.*, 2016; Roberts *et al.*, 2015; van Lisdonk & Keuzenkamp, 2017; e Wandrey *et al.*, 2015) foram organizados e codificados em 3 categorias: 1) *Disclosure*; 2) Processos Individuais e Coletivos; e 3) Estratégias de Enfrentamento.

3.1 Disclosure

A categoria *disclosure* foi construída a partir de dados encontrados em seis pesquisas (Carrillo & Hoffman, 2018; DeCapua, 2017; E. Todd *et al.*, 2016; Roberts *et al.*, 2015; van Lisdonk & Keuzenkamp, 2017; Wandrey *et al.*, 2015). O termo da língua inglesa *disclosure* refere-se à

divulgação ou ato de se assumir em determinada orientação sexual. Optou-se pela não tradução do termo para não perder o sentido e essência do conteúdo, mas é equivalente em português à expressão “sair do armário”.

Disclosure surge como sintoma da sociedade heteronormativa, é um ato de identificação que age principalmente como diferenciação da norma aceita de afetos e sexualidade, a heterossexualidade, considerando que este processo é exclusivo para indivíduos que não se identificam com a orientação sexual heterossexual (Wandrey *et al.*, 2015). Para Roberts *et al.* (2015) este processo é conflituoso para indivíduos bissexuais pois podem optar por esconder a orientação sexual por medo dos resultados, ou podem escolher se assumir publicamente e, possivelmente, sofrer exposição ou discriminação.

De acordo com Pew Research Center, 2013 (citado por E. Todd *et al.*, 2016) apenas 28% das pessoas que fazem parte do ciclo social e familiar de indivíduos bissexuais sabem de sua orientação sexual. Parte deste problema está em algumas orientações sexuais serem mais “valorizadas” do que outras, como exemplo a homossexualidade. Wandrey *et al.* (2015) discutem que se assumir bissexual não é tão significativo em comparação a se assumir *gay* ou *lésbica*. Para van Lisdonk e Keuzenkamp (2017) indivíduos bissexuais encontram formas específicas de expressarem sua orientação sexual, seja escondendo ou se assumindo, mesmo que para poucas pessoas próximas.

Wandrey *et al.* (2015) argumentam que o processo de *disclosure* pode ocorrer de forma casual, em que o assunto aparece e é debatido tranquilamente, ou pode ocorrer como um ato formal, direto e didático. Independente da forma escolhida, o processo deve ocorrer voluntariamente e de acordo com a vontade do indivíduo, pois mesmo que muitos indivíduos se sintam confortáveis com a própria orientação sexual, eles podem apresentar seletividade para assumir, ou não se sentirem confortáveis para fazê-lo (E. Todd *et al.*, 2016; van Lisdonk & Keuzenkamp, 2017).

Na pesquisa de Carrillo e Hoffman (2018, p.97, tradução livre) um participante relata: “Eu sou bi mas isso não é algo que todo mundo saiba. Eu não tenho vergonha, mas a maioria das pessoas são ignorantes e tem mente fechada”. O trecho reforça dados já apresentados de que bissexuais são menos propensos a terem uma visão positiva de sua orientação sexual, de dizerem que a bissexualidade possui um papel importante em sua identidade, de se assumirem e

comunicarem para pessoas importantes sobre sua orientação sexual, ou de se identificarem como bissexuais (DeCapua, 2017).

3.2 Processos Individuais e Coletivos

Esta categoria discute os processos relacionados às relações sociais, autoestima e bem-estar. A discussão é uma reflexão sobre dados de oito pesquisas (Corey, 2017; Doan Van *et al.*, 2019; Dyar & London, 2018; E. Todd *et al.*, 2016; Johnson, 2016; Hertlein *et al.*, 2016; Roberts *et al.*, 2015; e van Lisdonk & Keuzenkamp, 2017).

Nesta categoria o sofrimento psicológico mostra-se em formas variadas e uma delas está relacionada aos prejuízos consequentes da negociação da identidade como bissexual. De acordo com Corey (2017), as representações negativas da bissexualidade em produtos de mídia fazem com que bissexuais introjetem e desenvolvam a identidade em isolamento. Roberts *et al.* (2015) apresentam o sentimento de isolamento dos bissexuais tanto dentro da comunidade LGBTQIA+ como com pessoas heterossexuais, que não os consideram nem hétero e nem *gays* o suficiente.

Estas formas vãs e constantes de representar a bissexualidade desumanizam indivíduos bissexuais que optam por esconder a importância de suas sexualidades como tentativa de diminuir o sofrimento e buscar aceitação (Dyar & London, 2018; Johnson, 2016). Pesquisas apontam que quase 70% dos indivíduos bissexuais são diagnosticados com pelo menos um transtorno mental (Johnson, 2016). Comparados com *gays* e lésbicas, bissexuais apresentam maiores níveis de ansiedade, depressão, tentativa ou ideação suicida, transtorno de estresse pós-traumático e depressão (Johnson, 2016; Roberts *et al.*, 2015).

Dyar e London (2018) constatam que bissexuais se sentem mais ansiosos quando passam por situações negativas relacionadas à suas orientações sexuais ao longo do dia, e outras pesquisas apontam que estes sofrem mais discriminação no ambiente de trabalho, comportamentos violentos, resultados de saúde negativos como dores ou agravamento de condições crônicas, náusea etc. (Doan Van *et al.*, 2019; Roberts *et al.*, 2015). Além disso, mulheres cis bissexuais são mais acometidas por condições de saúde e uso de substâncias do que homens cis bissexuais (Dyar & London, 2018).

Conforme apresentado em Doan Van *et al.* (2019) mulheres bissexuais relatam se sentirem alvos de assédio sexual e estupro por serem bissexuais, como se tais práticas fossem um ato de

correção para essa orientação sexual desviante, o que também pode ser aplicado a homens bissexuais. Estes crimes sexuais são relacionados à hiper sexualização e objetificação dos bissexuais, como se tais atitudes fossem justificáveis.

Este processo de internalização de ideias negativas por indivíduos bissexuais é uma forma de auto estigmatização e conexão entre mal-estar físico e mental (Hertlein *et al.*, 2016), é um acordo não intencional entre o indivíduo que introjeta as formas negativas de representação da bissexualidade e as estruturas de afeto e sexualidade, por ela não ser considerada uma orientação sexual válida ou legítima (Dyar & London, 2018; Doan Van *et al.*, 2019). Para evitar sofrimento próprio ou desconforto alheio estes indivíduos utilizam formas monossexuais de se identificarem enquanto reduzem a importância da identidade bissexual, o que gera mais desconforto consigo mesmo (Dyar & London, 2018; Roberts *et al.*, 2015).

Estes conflitos com a identidade e orientação sexual causam um processo único para indivíduos bissexuais que é o de incerteza da identidade sexual, na qual de acordo com a receptividade com a bissexualidade no ambiente que este se encontra, são desenvolvidas formas de afirmar ou esconder esta orientação sexual, ou seja, caso seja aceita pode gerar o sentimento de acolhimento, enquanto caso seja rejeitada pode gerar sofrimento psicológico nos indivíduos que se identificam como bissexuais (Dyar & London, 2018).

Estes processos de representação e identificação bem como os de ataque e discriminação têm forte apelo simbólico, conforme já apresentados nesta pesquisa. Além das violências físicas e sexuais, indivíduos bissexuais são vítimas de microagressões por meio de comportamentos verbais ou não verbais em ambientes de trabalho e familiares, que os excluem e oprimem (Doan Van *et al.*, 2019), o que faz com que comparados com *gays* e *lésbicas*, bissexuais sejam menos abertos sobre suas orientações sexuais com pessoas de seu ciclo social (van Lisdonk & Keuzenkamp, 2017). E. Todd *et al.* (2016) apresentam que a aceitação familiar e social de bissexuais na infância e adolescência causa menos sofrimento psicológico com a aceitação da orientação sexual e menor presença de transtornos psicológicos.

São apresentadas por Hertlein *et al.* (2016) formas positivas de compreender a bissexualidade e os indivíduos bissexuais para o enfrentamento de preconceitos e rompimento com estruturas rígidas, tais como a indicação de que indivíduos bissexuais apresentam compreensões das relações sociais e interpessoais de forma multidimensional; possuem mais nuances no entendimento da

identidade da bissexualidade; utilizam menos estereótipos, e são mais acolhedores com seus pares. Todavia, também é apresentado como consequência da negação da bissexualidade como orientação sexual válida ou de estereótipos desumanizadores, que estes possuem dificuldade em estabelecer relações duradouras e saudáveis sejam românticas ou de amizades (Hertlein *et al.*, 2016).

3.3 Estratégias de Enfrentamento

A categoria estratégias de enfrentamento foi construída considerando os aspectos encontrados em seis pesquisas (DeCapua, 2017; Doan Van *et al.*, 2019; Dyar & London, 2018; Hertlein *et al.*, 2016; Roberts *et al.*, 2015; e Wandrey *et al.*, 2015) para defesa ou ataque de atitudes direcionadas direta ou indiretamente contra indivíduos bissexuais.

De acordo com Wandrey *et al.* (2015) as estratégias são ferramentas utilizadas por indivíduos bissexuais para lidarem com a orientação sexual, principalmente no começo de aceitação e exploração da sexualidade. Algumas têm caráter de ataque e outras de defesa, mas são formas encontradas para lidar com as situações, discriminações e aceitação da bissexualidade.

Considerando que a bissexualidade é frequentemente apagada do debate ou dialogada de forma irresponsável, indivíduos bissexuais assumem a responsabilidade de educar os outros sobre o que é a bissexualidade (Hertlein *et al.*, 2016), isto é presente desde o momento de se assumir até mesmo em relacionamentos de longa data, nos quais a bissexualidade deixa de ser considerada válida. Para exemplificar, destaca-se o relato de uma participante feminina da pesquisa de DeCapua (2017) sobre uma discussão com o namorado: “apesar de eu estar namorando com você, eu ainda sou bissexual e ainda me considero parte da comunidade LGBT” (p.461, tradução livre).

Para Dyar e London (2018) uma forma de reduzir as consequências de comportamentos anteriores e prevenir novas atitudes contra a bissexualidade, é a vigilância para perceber atitudes sutis contra a bissexualidade que causaram sofrimento anteriormente. Entretanto, esta atitude poderia gerar mais ansiedade, o que torna a ação inviável considerando o histórico de sofrimento mental já apresentado (Dyar & London, 2018).

Uma forma que apresentou retornos positivos é o conhecimento e conseqüentemente a apropriação da bissexualidade, Doan Van *et al.* (2019) afirmam que o contato com material literário, acadêmico ou audiovisual dos participantes de sua pesquisa foi uma forma de lidar com a

discriminação sofrida, bem como um ato de se sentir acolhido e reconhecido. Apesar deste sentimento de orgulho e força na identidade, isto não os torna imunes às discriminações e preconceitos (Doan Van *et al.*, 2019).

Indivíduos que têm pouco conhecimento sobre a bissexualidade apresentam maior chance de desvalorizar a orientação sexual do que indivíduos que têm mais informações, o que faz com que o conhecimento desempenhe um papel afirmativo na identidade (Dyar & London, 2018). Outro fator importante é o ambiente e ciclo social, que quanto mais acolhedores, mais os indivíduos bissexuais encontram força na identidade bissexual (Hertlein *et al.*, 2016).

De acordo com Roberts *et al.* (2015) o suporte e acolhimento por parte dos amigos traz benefícios no *disclosure*, enquanto o suporte familiar desempenha papel no desenvolvimento da aceitação e identidade bissexual. O conhecimento e a identidade são formas não somente de lidar com o preconceito, mas também de ter condições de refletir sobre os conteúdos já internalizados e atitudes cotidianas negativas.

Considerações Finais

A análise realizada evidencia que a bissexualidade é alvo de inúmeras incompreensões que fomentam e mantêm preconceitos a seu respeito, posicionando-a como irrelevante e invisível. Outro apontamento possível a partir desta pesquisa é que a invisibilização da bissexualidade é um processo complexo e multifacetado, que ocorre simbólica e materialmente, e de forma deliberada ou sintomática. Dependendo do nível de conhecimento sobre as especificidades desta orientação, o indivíduo pode se apropriar dos elementos e assumir uma identidade bissexual, ou rejeitar e adotar uma orientação monossexual.

Acerca da discussão acadêmica sobre a bissexualidade, os procedimentos utilizados nesta pesquisa não encontraram literatura nacional, o que evidencia a tendência política, cultural, social e acadêmica de aglutinar a bissexualidade à homossexualidade. Nota-se, ainda, a constante relação feita entre a bissexualidade e o consumo de substâncias químicas ou de entre ISTs e a bissexualidade, salientando a necessidade de construir debates que fujam da criminalização de vivências de grupos específicos.

Ao considerarmos as contribuições da Psicologia Histórico-Cultural a respeito da subjetividade, pode-se compreender a importância dos processos de significação social na

constituição do sujeito. Se a personalidade humana se constitui como drama, a presente pesquisa destaca diversos elementos culturais que nos possibilitam caracterizar os dramas específicos vivenciados pelas pessoas bissexuais. O choque entre seus afetos e as significações que lhes são dadas, as dificuldades de construção de uma autoimagem positiva ou da aceitação de seus desejos. Nesta perspectiva, compreende-se que a trama da constituição dos sujeitos bissexuais em uma sociedade que os significa de forma pejorativa perpassa pela vivência de inúmeros sofrimentos e dificuldades. Essas não apenas relacionam-se à vulnerabilidade de seus corpos à violência, mas também às formas de se perceber e atribuir sentidos às suas vivências.

Ao discutir com as produções recentes formas amplas de compreender a bissexualidade, esta pesquisa destaca a necessidade de se aprofundar o debate que envolve as contradições que a própria bissexualidade apresenta, sem anacronismo ou julgamento moral, para assim construir novas possibilidades ou saberes. Por fim, destaca-se a necessidade de que este debate fomente a construção de políticas públicas capazes de acolher e fortalecer a comunidade bissexual, bem como a formação crítica de profissionais de psicologia e saúde, em geral, para o trabalho junto a essa população.

Referências

- Arena, D. F., & Jones, K. P. (2017). To “B” or not to “B”: Assessing the disclosure dilemma of bisexual individuals at work. *Journal of Vocational Behavior, 103*, 86–98. <https://doi.org/10.1016/j.jvb.2017.08.009>
- Bardin, L., Reto, L. A., & Pinheiro, A. (2000). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Campos, C. J. G. (2004). Método de análise de conteúdo: Ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. *Revista Brasileira de Enfermagem, 57*(5), 611–614. <https://doi.org/10.1590/S0034-71672004000500019>
- Carrillo, H., & Hoffman, A. (2018). ‘Straight with a pinch of bi’: The construction of heterosexuality as an elastic category among adult US men. *Sexualities, 21*(1–2), 90–108. <https://doi.org/10.1177/1363460716678561>
- Corey, S. (2017). All Bi Myself: Analyzing Television’s Presentation of Female Bisexuality. *Journal of Bisexuality, 1*–16. <https://doi.org/10.1080/15299716.2017.1305940>
- Davila, J., Jabbour, J., Dyar, C., & Feinstein, B. A. (2019). Bi+ Visibility: Characteristics of Those Who Attempt to Make Their Bisexual+ Identity Visible and the Strategies They Use. *Archives of Sexual Behavior, 48*(1), 199–211. <https://doi.org/10.1007/s10508-018-1284-6>
- DeCapua, S. R. (2017). Bisexual Women’s Experiences with Binegativity in Romantic Relationships. *Journal of Bisexuality, 17*(4), 451–472. <https://doi.org/10.1080/15299716.2017.1382424>
- Doan Van, E. E., Mereish, E. H., Woulfe, J. M., & Katz-Wise, S. L. (2019). Perceived Discrimination, Coping Mechanisms, and Effects on Health in Bisexual and Other Non-Monosexual Adults. *Archives of Sexual Behavior, 48*(1), 159–174. <https://doi.org/10.1007/s10508-018-1254-z>
- Dyar, C., & London, B. (2018). Longitudinal Examination of a Bisexual-Specific Minority Stress Process Among Bisexual Cisgender Women. *Psychology of Women Quarterly, 42*(3), 342–360. <https://doi.org/10.1177/0361684318768233>
- E. Todd, M., Oravec, L., & Vejar, C. (2016). Biphobia in the Family Context: Experiences and Perceptions of Bisexual Individuals. *Journal of Bisexuality, 16*(2), 144–162. <https://doi.org/10.1080/15299716.2016.1165781>
- Guimarães Alves, I., Espíndula Moreira, L., & Máximo Prado, M. A. (2020). Saúde de Mulheres Lésbicas e Bissexuais: Política, Movimento e Heteronormatividade. *Revista Psicologia E Saúde, 12*(3), 145-161. <https://doi.org/10.20435/pssa.vi.1072>
- Hertlein, K. M., Hartwell, E. E., & Munns, M. E. (2016). Attitudes Toward Bisexuality According to Sexual Orientation and Gender. *Journal of Bisexuality, 16*(3), 339–360. <https://doi.org/10.1080/15299716.2016.1200510>
- Johnson, H. J. (2016). Bisexuality, Mental Health, and Media Representation. *Journal of Bisexuality, 16*(3), 378–396. <https://doi.org/10.1080/15299716.2016.1168335>
- Johnson, N. L., & Grove, M. (2017). Why Us? Toward an Understanding of Bisexual Women’s Vulnerability for and Negative Consequences of Sexual Violence. *Journal of Bisexuality, 17*(4), 435–450. <https://doi.org/10.1080/15299716.2017.1364201>

-
- Lahti, A. (2015). Similar and equal relationships? Negotiating bisexuality in an enduring relationship. *Feminism & Psychology*, 25(4), 431–448. <https://doi.org/10.1177/0959353515574786>
- McClelland, S. I., Rubin, J. D., & Bauermeister, J. A. (2016). Adapting to Injustice: Young Bisexual Women's Interpretations of Microaggressions. *Psychology of Women Quarterly*, 40(4), 532–550. <https://doi.org/10.1177/0361684316664514>
- Molon, S. I. (2011). Notas sobre constituição do sujeito, subjetividade e linguagem. *Psicol. estud*, 16(4), p. 613–622.
- Mulvey, L. (1975). Visual Pleasure and Narrative Cinema. *Screen*, 16(3), 6–18. <https://doi.org/10.1093/screen/16.3.6>
- Roberts, T. S., Horne, S. G., & Hoyt, W. T. (2015). Between a Gay and a Straight Place: Bisexual Individuals' Experiences with Monosexism. *Journal of Bisexuality*, 15(4), 554–569. <https://doi.org/10.1080/15299716.2015.1111183>
- Souza, M. T. de, Silva, M. D. da, & Carvalho, R. de. (2010). Integrative review: What is it? How to do it? *Einstein (São Paulo)*, 8(1), 102–106. <https://doi.org/10.1590/s1679-45082010rw1134>
- van Lisdonk, J., & Keuzenkamp, S. (2017). Towards Bi-Inclusive Policies: Suggestions Based on Research on Dutch Same-Sex Attracted Young People. *Sexuality Research and Social Policy*, 14(2), 206–222. <https://doi.org/10.1007/s13178-016-0241-1>
- Vigotski, L. S. (2000). Manuscrito de 1929. *Educação & Sociedade*, 21(71), 21–44. doi: 10.1590/S0101-73302000000200002
- Wandrey, R. L., Mosack, K. E., & Moore, E. M. (2015). Coming Out to Family and Friends as Bisexually Identified Young Adult Women: A Discussion of Homophobia, Biphobia, and Heteronormativity. *Journal of Bisexuality*, 15(2), 204–229. <https://doi.org/10.1080/15299716.2015.1018657>

Sobre os autores

¹ **Kadu Ulisses da Silva**. Graduando em Psicologia pela Faculdade Municipal Professor Franco Montoro, Mogi Guaçu, SP. <https://orcid.org/0000-0003-3387-935X>. ulisses.kadu@hotmail.com

² **Jacqueline Meireles**. Doutora em Psicologia pela PUC Campinas, professora no Centro Universitário UNIFIEO, Osasco, SP. <https://orcid.org/0000-0002-0570-0407>. meirelesipsi@gmail.com

Recebido em: 19/12/2021

Aceito em: 09/05/2022

Publicado em: 15/04/2023

**Produzindo saúde e combatendo a violência:
A psicologia frente à política de saúde integral LGBT**

Fernando Junio Cardoso Duarte¹

David de Oliveira Castro²

Resumo

O presente artigo tem como objetivo pensar a atuação e as possibilidades da Psicologia diante da Política Nacional de Saúde Integral LGBT, tendo em vista que essa política compõe o Sistema Único de Saúde que norteia a prática dos profissionais desse sistema, com o objetivo de promover a equidade e combater as iniquidades em âmbito federal, estadual e municipal. Ao longo do artigo, refletimos acerca da Psicologia e, concomitante, os psicólogos frente a essa população, considerando o Código de Ética profissional, bem como a transversalização de outras políticas que podem complementar as ações dos psicólogos no SUS. Como conclusão, consideramos que a atuação da Psicologia no enfrentamento da LGBTfobia, se compromete com o seu tempo ao considerar os determinantes sociais, combatendo as iniquidades e promovendo a saúde e subjetividades engajadas com a emancipação social, aliada aos princípios dos Direitos Humanos, a fim de promover uma transformação profunda na relação entre o Estado e a sociedade.

Palavras-chave: Produção de Saúde; LGBTI+; Psicologia; SUS; LGBTfobia.

**Producing health and fighting violence:
Psychology facing national policy for the comprehensive healthcare of LGBT**

Abstract

This paper aims to think about the role and possibilities of Psychology in the face of the National Policy for the Comprehensive Healthcare of Lesbians, Gays, Bisexuals, Transvestites and Transsexuals, considering that this policy is part of the Health Unic System that guides the practice of professionals, with the aim of promoting equity and fight inequities at the federal, state and municipal levels. Throughout the article, we consider on Psychology in front of this population, considering the professional Code of Ethics, as well as the transversalization of other policies that can complement the actions of Psychology in the Health Unic System. As conclusion, we consider that the practices of Psychology in confronting LGBTphobia, is committed to its time when considering social determinants, fighting inequities and promoting health and subjectivities engaged with social emancipation, allied to the principles of Human Rights, in order to promote a profound transformation in the relationship between the State and society.

Keyword: Health Production; LGBTI+; Psychology; Health Unic System; LGBTphobia.

¹ Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

² Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Introdução

A atuação da Psicologia se particulariza pela possibilidade multifacetada de promover a saúde em seus diversos campos de atuação, tais como os serviços de saúde, assistência social, escolas, organizações, ONGs e outras áreas que demandam ações desses profissionais. Como documento indispensável para a reflexão de sua prática, o código de ética profissional do psicólogo instrumentaliza esses profissionais para agir de forma ética, buscando refletir sobre sua atuação. De acordo com esse código produzido pelo Conselho Federal de Psicologia (2005), um dos princípios fundamentais é promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (p. 7).

O código de ética do psicólogo estabelece que o profissional deve promover a saúde e eliminar as formas de violência que surgem em seu campo de atuação. Acerca disso, é importante adentrar a temática do presente artigo, sendo ela a saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, intersexuais e outras identidades (LGBTI+), em articulação com outros documentos que embasam a atuação da Psicologia no âmbito da saúde.

O fomento das discussões e ações em torno da saúde LGBTI+ ocorreu na década de 80, a partir de estratégias utilizadas pelo Ministério da Saúde conjuntamente com movimentos sociais que defendiam os direitos dos gays, no combate à epidemia de HIV/Aids (Brasil, 2013). Vale ressaltar que a homossexualidade foi vinculada de forma pejorativa ao vírus do HIV, fazendo com que houvesse um emparelhamento dessa identidade com a propagação da doença, que ficou conhecida como a “peste gay” ou o “vírus gay”. Desde então, muito se avançou na garantia do acesso à saúde da população LGBTI+, entretanto, práticas que patologizam e emparelham as sexualidades e gêneros dissidentes à doenças ainda são comuns.

Em uma perspectiva biomédica, muita das vezes a saúde é entendida enquanto a ausência de doença, e vista de forma totalmente alheia às complexidades que envolvem esse conceito. De acordo com Costa e Bernardes (2012)

As práticas em saúde, quando operam em uma racionalidade biomédica, acabam por produzir o sujeito sobre o qual investem, desse modo, trata-se de um eu sobre o qual a política recai com uma estratégia de inscrição da doença nesse eu. Esse sujeito é aquele das marcas identitárias da saúde: sujeito hipertenso, sujeito diabético, sujeito idoso, sujeito mulher etc. (p. 833)

Visto a problemática da inscrição da doença em certos corpos, apostamos em uma concepção da saúde enquanto produção e afirmação da vida, isto é: “[...] a diferença que gera diferença pode ser pensada como alteridade. As condições estratégicas para a produção de vida e saúde só podem ser pensadas do âmbito da alteridade” (Costa & Bernardes, 2012, p. 832). Quando passamos a entender a saúde enquanto alteridade e, por isso, entendendo como pura produção e não meramente à falta de doença, consideramos e atuamos em consonância com o que diz a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), que entende a Produção de Saúde como

[...] indissociável da produção de subjetividades mais ativas, críticas, envolvidas e solidárias e, simultaneamente, exige a mobilização de recursos políticos, humanos e financeiros que extrapolam o âmbito da saúde. Assim, coloca-se ao setor Saúde o desafio de construir a intersetorialidade (Brasil, 2010, p. 13).

Escapar dos discursos biomédicos se torna uma obrigação ética da Psicologia, que deve fundamentar sua atuação na promoção da saúde e na afirmação da vida, entendendo a diversidade sexual e de gênero, atuando de forma intra e intersetorial. Dessa forma, no presente artigo temos como objetivo pensar a Psicologia diante da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSILGBT), entendendo as possibilidades de produzir saúde e combater as violências.

A quem serve as políticas de saúde?

O Sistema Único de Saúde (SUS), criado a partir da Lei nº 8.080, de 19 de Setembro de 1990, é um marco para o acesso à saúde no território brasileiro. Tendo como eixos norteadores a Universalidade, Integralidade e a Equidade, o SUS parte de uma concepção de saúde em que é levado em consideração fatores como os determinantes sociais, agravos, iniquidades no acesso aos serviços e outros fenômenos que contribuem para as discussões que perpassam o saber biomédico.

Entende-se universalidade como um princípio básico que norteia os serviços de saúde para garantir o acesso de forma universal sem diferenciações, considerando as necessidades dos usuários. Quanto à integralidade, entende-se como um conjunto de serviços e ações que consideram as especificidades no que diz respeito ao cuidado, a promoção e manutenção da saúde, bem como a prevenção de doenças e agravos, considerando os aspectos biológicos, psicológicos e seu meio ambiente (Brasil, 2017).

Ao contrário do conceito de igualdade em que objetiva-se tratar todas as pessoas da mesma forma, independente da sua necessidade, garantindo acesso às mesmas oportunidades, a equidade reconhece que não somos iguais e que, portanto, frente à história do desenvolvimento de exclusão e segregação da sociedade, os seres humanos não partem sempre do mesmo lugar, ou seja, cada indivíduo, cultura e povo têm o seu processo de inserção social de maneiras distintas e, com isso, gerando necessidades em saúde de acordo com suas especificidades. Neste sentido, faz-se necessário que a integralidade e a universalidade estejam alinhadas com a equidade, a fim de não criar estruturas que massificam as/os usuárias/os a um só perfil, inserindo todas/os em um único modelo assistencial, não combatendo dispositivos preconceituosos e discriminatórios. Destarte, o conceito de equidade se propõe a dar às pessoas o que elas realmente precisam a partir das suas necessidades, através de ações afirmativas com o objetivo de prevenir e corrigir a exclusão social. (Castro & Silveira, 2021).

No que se refere aos seus eixos norteadores, o Ministério da Saúde produziu políticas nacionais de saúde integral, com o objetivo de reconhecer e legitimar as especificidades de certas populações. Essas políticas são relevantes no combate à iniquidade, uma vez que institui obrigações aos serviços de saúde em âmbito nacional, estadual e municipal. A Política de Promoção da Equidade em Saúde é um dos marcos que buscam reduzir as iniquidades no SUS, tendo em seu escopo a população negra, LGBT, do Campo e da Floresta, em situação de rua, Cigana, Privados de Liberdade e Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Dessa forma, direcionando suas ações para populações que possuem dificuldades históricas no acesso à saúde.

Além da política supracitada, o Ministério da Saúde elabora documentos específicos para cada população de seu escopo, como é o caso da PNSILGBT, instituída em 1º de Dezembro de 2011. Essa política revela um importante marco para a saúde das pessoas LGBTI+ em território brasileiro, objetivando promover a saúde integral dessa população, visando eliminar o preconceito institucional e a redução das iniquidades (Brasil, 2013). O que marca a urgência dessa política é a compreensão que,

A discriminação por orientação sexual e por identidade de gênero incide na determinação social da saúde, no processo de sofrimento e adoecimento decorrente do preconceito e do estigma social reservado às populações de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. (Brasil, 2013, p. 18)

Portanto, apresentaremos os dados de violência cometidos a essa população para elucidar a importância de levar em consideração os determinantes sociais de saúde (DSS) e a forma como estes influenciam os processos de produção de saúde e doença.

A saúde lgbt e os determinantes sociais

No Brasil, a saúde é um direito garantido na constituição federal, sendo de responsabilidade do estado garantir o efetivo acesso à saúde para a população. No texto constitucional e nas portarias que instituem e regulamentam o SUS no Brasil, a saúde é entendida de maneira ampliada e não apenas como assistência médica sanitária, mas como um fenômeno complexo, conforme evidenciado no texto da Lei 8080/90

Art. 3º A saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País. (Brasil, 1990).

À luz do conceito de saúde instituído pela Organização Mundial de Saúde (OMS), trata-se de um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doenças. Nessa perspectiva, o processo de saúde e doença é decorrente dos fatores sociais e, conseqüentemente, do acesso aos serviços que são oferecidos pelas políticas públicas. Essa concepção possui uma estreita relação com o conceito de determinantes sociais da saúde, que são compreendidos como as condições de vida e trabalho das populações a partir de aspectos como “os fatores sociais, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população”. (Buss & Filho, 2007).

A equidade e a garantia de acesso à saúde ocorrem através da compreensão dos determinantes sociais, pois pressupõe compreender que as iniquidades no Brasil são marcadas por uma série de realidades que compõe a história do país, por meio do seu desenvolvimento colonialista e capitalista. As diferentes características como identidade de gênero, sexualidade, raça/etnia, formas de vida, trabalho e especificidades territoriais e culturais que não correspondem a um ideal eurocêntrico e capitalista foram colocadas nos limites das formas de inserção social, impactando diretamente o acesso aos direitos e às políticas públicas diversas, produzindo vulnerabilidades distintas.

No que tange à população LGBTI+, a discriminação motivada pela dissidência da cisheteronormatividade coloca em prática o que o filósofo Achille Mbembe (2018) define como

altericídio, isto é, o aniquilamento do que não é semelhante, o outro. Os relatórios “Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil” realizados conjuntamente pelo Acontece – Arte e Política LGBTI+ e pelo Grupo Gay da Bahia através do Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil, denunciam os dados registrados que revelam as mortes com requintes de crueldade sofridas pela população LGBTI+. De acordo com o Relatório Parcial - Nº 001/2021 do Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil (2021), foram notificadas 207 mortes violentas cometidas à população LGBTI+ até o mês de agosto de 2021, sendo 187 assassinatos e 18 suicídios. Em comparação, os dados completos do ano de 2020, notificaram 237 casos e o de 2017, 445 casos.

Os dados acima se configuram como um alerta para o nível de adoecimento físico e psicológico da população LGBTI+, principalmente no que diz respeito às mulheres travestis e pessoas transexuais em decorrência da invisibilidade de sua identidade de gênero, agravando-se ainda mais quando são negras e moradoras de periferias. Essa população está mais exposta às violências por suas maiores dificuldades de inserção na educação e no mercado formal de trabalho, pela autoadministração de hormônios e aplicação sem os devidos cuidados de silicone industrial. Diante do cenário em que o próprio *cis-tema* que deveria acolher e melhor instruir a população não oferece a assistência necessária às mulheres travestis e transexuais, assim como os homens transexuais, que recorrem a informações disponíveis na internet, redes sociais e na troca de experiência com outras pessoas que iniciaram sua transição há mais tempo, em vez de procurarem auxílio nos serviços do SUS.

O assassinato de travestis e pessoas transexuais é, em sua grande maioria, realizado com requinte de crueldade. De acordo com o boletim nº 002-2021 realizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), no primeiro semestre de 2021, das 89 pessoas trans que foram mortas no Brasil, 80 foram assassinadas, 9 suicídios, 33 tentativas de assassinato e 27 tentativas de infligência de direitos humanos (Benevides & Nogueira, 2020). Além desses dados, o documento elaborado pela ANTRA sinaliza sobre a subnotificação dos casos de mortes de pessoas travestis e transexuais devido à falta de garantia ao respeito do nome social e respeito à identidade de gênero dessas pessoas nos serviços de saúde. É ressaltado também que, os números supracitados correspondem apenas ao primeiro semestre de 2021.

É notório que essas dificuldades ou a falta de acesso aos serviços de saúde de maneira integral e equânime às pessoas LGBTI+ está diretamente relacionada à discriminação baseada na identidade de gênero e orientação sexual, representada pelo não reconhecimento ao nome social

de pessoas travestis e transexuais, protocolos ancorados no pressuposto da cisheteronormatividade, desconhecimento das especificidades de saúde dessa população pelos profissionais e carência de serviços especializados para essa população.

Estamos vivendo um momento na história do país que revela a profunda desigualdade social que marca a vida de muitos cidadãos brasileiros há muito tempo. Considerando os determinantes sociais em saúde, a intersecção de seus fatores e os agravos da pandemia, apontamos para a necessidade de estudos que busquem o aprofundamento em populações vulnerabilizadas, como por exemplo as pessoas LGBTI+ negras, sobretudo as que vivem nos aglomerados e favelas do país, e/ou que possuem sua forma de sustento ligado ao mercado informal de trabalho.

É necessário compreender que o vírus, apesar de não ser capaz de escolher a quem ele mais contamina, atinge significativamente no processo de saúde e doença àqueles que se encontram mais expostos à precarização da vida, por isso, cria estruturas universalizantes e que massificam a população como se possuíssem as mesmas dificuldades e vulnerabilidades, gerando dispositivos que impedem o acesso e, além disso, que negligenciam a saúde dos que mais necessitam.

Estado, participação social e políticas públicas

O campo das práticas e das elaborações de políticas públicas de saúde do SUS possui uma história marcada por lutas e enfrentamentos, desde o seu surgimento e implantação com a reforma sanitária em 1970. A partir da Constituição Federal de 1988, ficou estabelecido que

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (Brasil, 1988).

Nesse sentido, podemos compreender a importância e o dever do Estado na garantia do direito à saúde para toda a população a partir do princípio da universalidade, ou seja, todos possuem os mesmos direitos. Contudo, a partir da história de desigualdade no país e seus efeitos de adoecimento e violências das mais diversas que afetam a população, compreende-se que a promoção e a garantia à saúde da população ocorrerá a partir de políticas públicas intersetoriais que busquem reduzir e combater as iniquidades encontradas no sistema. No entanto, qual o modelo de Estado é necessário para garantir a universalidade com equidade na saúde, sendo o próprio Estado um agente ativo na produção de violências e segregação?

John Restakis (2014) propõe um modelo de Estado que não promova o capital privado a partir das práticas neoliberais, nem controle tudo a partir de uma planificação centralizada. O autor sugere um Estado facilitador, em que “o objetivo principal seja maximizar as capacidades da sociedade civil para criar valor social e atuar como um sócio igual na formação e aplicação de políticas públicas para o bem comum” (Restakis, 2014). Assim, entende-se que nesse modelo é a sociedade civil organizada que está no centro do processo de transformação e o Estado ao seu serviço.

Vladimir Lenin (2010) entende que o Estado não é uma “coisa”, mas sim fruto de uma relação social e, portanto, produto do antagonismo inconciliável entre as classes sociais, marcando uma incompatibilidade com a racionalidade burguesa,

O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classes são inconciliáveis. (Lenin, 2010, p. 27).

Entende-se, portanto, que o Estado se constitui a partir de relações de poder e não é um agente neutro na atuação e resolução dos problemas. Neste sentido, embora tenhamos avançado com algumas políticas públicas, ainda é possível identificar um cenário em que a função principal do Estado capitalista – patriarcal, racista e colonial – tem se dado a partir de um controle a fim de manter a ordem da classe dominante, ou seja, a burguesia e, conseqüentemente, a sua cisheteronormatividade.

Desde o Movimento da Reforma Sanitária Brasileira, a participação social tem um papel imprescindível na tentativa de assegurar um sistema de saúde que chegue a toda população, como os mecanismos de controle social, as conferências de saúde, os conselhos de saúde, os foros de negociação e pactuação entre gestores, como as comissões intergestores bipartites (CIB) que reúnem os secretários municipais e estaduais de saúde, comissões intergestores tripartite (CIT), que reúnem a União, estados e municípios e, além disso, os comitês técnicos previstos na Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS - ParticipaSUS.

Neste cenário de gestão participativa ancorada na democracia participativa, criaram-se os comitês de promoção de políticas de equidade compostos por representantes governamentais e representantes da sociedade civil, com o objetivo principal de auxiliar e monitorar a implementação das ações de saúde para as populações em situação de vulnerabilidade social, configurando-se como um espaço consultivo de gestão e de fortalecimento do controle social. Para

que ocorra uma mudança profunda e emancipatória na sociedade, faz-se necessário que cada vez mais a população participe ativamente na construção, elaboração e implementação de políticas públicas que colocam em evidência a equidade e, portanto, as desigualdades sociais vividas por quem realmente sofre as consequências das iniquidades em saúde.

A psicologia frente à política de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais

O contexto do surgimento da Psicologia no Brasil ocorreu de maneira complexa e atravessada por saberes da filosofia, educação e medicina desde o período colonial. Contudo, o seu reconhecimento enquanto ciência e profissão aconteceu em 1962 por meio da Lei 4.119, a qual reconhece a profissão e ensino no Brasil.

Nesse período, ocorria um profundo processo de modernização e industrialização do país desenvolvido pela elite brasileira, fruto do capitalismo liberal vigente. A psicologia possuía um vínculo forte com a sociedade burguesa da época, uma vez que seus profissionais também faziam parte da elite, pois quem possuía acesso aos estudos em uma universidade, era quem tinha capital econômico, ou seja, pessoas que também faziam parte dessa classe. Sua ciência positivista, fundada nos preceitos liberais da sociedade, centrada no individualismo e na máxima da liberdade, do desenvolvimento e da ordem e progresso, servia a um modelo de adaptação e ajustamento dos indivíduos, no âmbito da saúde, educação e trabalho.

A definição de saúde expressa visões adaptativas, trazendo capacidades que os homens devem possuir para estar bem; visões naturalizantes, trazendo um desenvolvimento previsto, esperado, natural do homem; visões médicas, trazendo estados ideais para o homem sentir-se bem e visões abstratas, que trazem condições adequadas para se ter saúde. Em nenhuma dessas concepções se faz a relação com as condições de vida a que os homens estão submetidos pelo contrário, a maioria delas carrega a noção de que a saúde depende de esforço próprio do homem. O meio, quando aparece relacionado, surge como terreno “onde cai a sementinha de homem” e que pode ser um terreno fértil ou não. (Bock, 1997. p. 3-4.)

O neoliberalismo não é um apenas um sistema econômico de organização social, mas uma forma de vida articulada entre “moral e psicologia, economia e direito, política e educação, religião e teologia, propondo um tipo de individualização baseado no modelo da empresa” (Safatle et al., 2021). Ou seja, trata-se de um sistema que busca produzir um sujeito com valores morais e institucionais de sociabilidade a partir da perspectiva que

O individualismo, valor central da ideologia liberal, expressa um pensamento sobre o homem, onde este não é concebido como ser social, mas sim como possuidor de direitos naturais e de propriedades universais. Os indivíduos possuem características e atributos que se configuram de

modo particular, determinando seu lugar social, seu sucesso ou fracasso na sociedade. (Bock, 1997, p. 4)

Neste sentido, atribuindo aos indivíduos a inteira responsabilidade pelo seu 'desenvolvimento' psicossocial, separando-o do seu contexto social, territorial, assim como suas questões de gênero, raça e sexualidade. Essa divisão entre indivíduo e sociedade criou a ideia de um sujeito autônomo, empreendedor de si sendo o único responsável pelas condições em que se encontra, e àqueles que não correspondiam ao ideal de produção eurocentrada e cisheteronormativo ficava reservado aos hospitais psiquiátricos, cadeias, as ruas, a escravidão e a morte.

A Psicologia trabalhou sob a orientação liberal e positivista, produzindo uma naturalização do homem, isto é, o concebeu a partir da noção de natureza humana; um homem apriorístico, que tem seu desenvolvimento previsto pela sua própria condição de homem. Este desenvolvimento pode ser facilitado ou dificultado pelo meio externo, social e cultural. Um homem livre, dotado de potencialidades, responsável pelo seu processo pessoal. O homem foi afastado da realidade social e o fenômeno psicológico tornou-se uma entidade abstrata. (Bock, 1997, p.4)

A Psicologia enquanto ciência e profissão sempre teve um papel fundamental na sociedade, capaz de promover mudanças concretas em vários setores da humanidade. Por isso é cada vez mais necessário que a Psicologia esteja disposta a rever e, sempre que necessário, atualizar seus currículos no âmbito acadêmico, mantendo-se próxima dos principais problemas humanitários da sociedade. Ainda encontramos leituras, abordagens e profissionais com visões estigmatizantes que contribuem com a manutenção de violências contra as pessoas mais vulnerabilizadas, contudo, com o avançar dos tempos, as reivindicações da sociedade civil e, acompanhando o processo de redemocratização do país, algumas abordagens da Psicologia têm passado a questionar esse olhar deslocado da realidade e a quem ela estava a serviço, como o desenvolvimento de estudos em psicologia sócio-histórica que reconhece o indivíduo a partir da sua inserção na sociedade, ou seja, a partir da sua realidade histórica e material, compreendendo-o em sua singularidade.

Esse processo de redemocratização fez com que o Estado fosse obrigado a elaborar, implantar e executar políticas que reduzissem o cenário de desigualdade social ainda que de maneira antagônica, pois como dito anteriormente, o mesmo ainda é um agente na manutenção de desigualdades sociais. Segundo Yamamoto, 2004; Gonçalves, 2010; Spink, 2011,

Diversos acontecimentos influenciaram as transformações que ocorreram na Psicologia ao longo do tempo. Dentre esses, vale ressaltar as profundas mudanças políticas que o processo de redemocratização do Brasil possibilitou: como a criação de espaços públicos que permitiu a

ampliação da participação da sociedade civil nas discussões e na elaboração das políticas públicas (2011, p.4 apud Brigagão; Nascimento & Spink (2011).

Deste modo, várias categorias profissionais passaram a participar e se envolver no âmbito das políticas públicas, seja para defender interesses da categoria, bem como contribuir também na elaboração, implementação e avaliação de programas e de políticas a partir de contribuições acadêmicas e científicas.

A PNSILGBT (Brasil, 2013), é uma estratégia importante para a promoção da saúde das pessoas dissidentes da cisheteronormatividade e um documento que legitima o combate à violência dessas pessoas nos serviços de saúde. É importante ressaltar o teor combativo desse documento, pois a atitude discriminatória de algum profissional da saúde com uma pessoa LGBTI+ passa a estar em dissonância com um documento oficial que garante o direito dos usuários a partir de suas diretrizes. Dessa forma, o documento se aproxima de uma ferramenta que propõe um debate ético de cuidado do outro, em detrimento de práticas moralistas, muitas vezes decorrentes de atravessamentos religiosos e conservadores.

Os objetivos e diretrizes da PNSILGBT consideram a necessidade de mudanças nas determinações sociais de saúde, visando reduzir as desigualdades, uma vez que a política também é marcada pelo reconhecimento de que os atos de discriminação e exclusão afetam diretamente o processo de saúde-doença das pessoas pertencentes a este grupo. Notabiliza-se a importância dessa política ao considerarmos que seu funcionamento ocorre em âmbito nacional, reforçando a universalidade do SUS, que se capilariza em cada município brasileiro, garantindo o acesso à saúde de todos.

Além do objetivo de ampliar o acesso da população LGBTI+ aos serviços de saúde, a PNSILGBT pode nortear a prática do profissional da Psicologia no combate às violências enfrentadas por essa população, tendo em vista que estes profissionais podem utilizar de práticas, julgamentos morais e estigmatizantes aos usuários dos serviços, tendo um olhar patologizante sobre esses corpos, como não reconhecimento de sua identidade de gênero e orientação sexual. A exemplo disso, temos a resolução 01/99 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que: “Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual” (Conselho Federal De Psicologia, 1999), uma forma de prevenção e combate à práticas LGBTfóbicas, como a Ação Popular nº 1011189-79.2017.4.01.3400 (Seção Judiciária Do Distrito Federal, 2017), movida por um grupo de profissionais da Psicologia a fim de defender a terapia de reversão/reorientação

sexual que posteriormente foi revogada pela medida cautelar na reclamação 31.818 pelo Supremo Tribunal Federal (Supremo Tribunal Federal, 2020).

O profissional da Psicologia ao identificar situações de violência cometida à população LGBT, pode utilizar alguns protocolos como forma de sustentar sua ética profissional. No que diz respeito aos protocolos disponíveis para denunciar violências cometidas à população LGBTI+, bem como outras populações, destacamos a ouvidoria OuvidorSus, que serve como uma plataforma online de denúncias, reclamações, elogios, perguntas e sugestões. Além dessa plataforma, há também os meios de denúncias do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Psicologia, que podem ser realizados de forma virtual por meio do Fale Conosco do site oficial do CFP, bem como o preenchimento de requerimento para representação ética. Tendo em vista esses protocolos que podem ser seguidos para casos de violência, destacamos também a possibilidade de ações no campo da Psicologia que combatem as violências direcionadas ao público LGBTI+ como, por exemplo, a realização de Educação Permanente em Saúde, buscando capacitar os profissionais para a atuação junto a essa população, visando prevenir o acontecimento dessa violência.

Os psicólogos inseridos no SUS são agentes de produção de subjetividade, que tem sua prática norteadas tanto por seus conhecimentos técnico-científicos, como também os documentos elaborados pelas gestões federais, estaduais e municipais de saúde. Acerca dos psicólogos atuando em planejamento de ações nas políticas públicas, Saadallah (2007, conforme citado por Machado, 2004) indica que,

[...] a atuação da psicologia nestes espaços pode ser realizada a partir de duas visões: aquela mais tradicional, que trata o indivíduo de maneira descontextualizada, como se houvessem apenas processos universais envolvidos nas análises, e outra que busca a gênese dos fenômenos a serem modificados na realidade sócio histórica que os construiu. (p. 9).

Este trecho nos auxilia a refletir a necessidade de pensar as diversidades de gênero e sexualidades nas ações da Psicologia inserida nas políticas de saúde integral da população LGBTI+. Isto é, formular, planejar, intervir ou atuar neste contexto, deve-se levar em consideração atravessamentos que compõe a subjetividade desses sujeitos e fenômenos que estruturam a realidade brasileira, bem como a região em que o profissional está inserido. Sendo um dos objetivos específicos da PNSILGBT: “instituir mecanismos de gestão para atingir maior equidade no SUS, com especial atenção às demandas e necessidades em saúde da população LGBT, incluídas as especificidades de raça, cor, etnia, territorial e outras congêneres” (Brasil, 2013, p. 20), é possível constatar que a própria política objetiva que os profissionais reconheçam as complexidades dos

determinantes sociais. A Psicologia que reconhece as complexidades dos determinantes sociais e suas interseções dentro do SUS, promove a equidade, uma vez que sai de uma leitura tradicional e universalizante, para pensar e intervir na realidade de um país que é marcado por racismo estrutural, machismo, heterossexismo, classismo, xenofobia, etarismo etc.

Outro trecho da política que explicita a consonância com uma postura profissional que reconheça as complexidades da realidade brasileira, é uma das diretrizes que preconiza a: “inclusão da diversidade populacional nos processos de formulação, implementação de outras políticas e programas voltados para grupos específicos no SUS, envolvendo orientação sexual, identidade de gênero, ciclos de vida, raça-etnia e território” (Brasil, 2013, p. 22). A consideração da diversidade na atuação da Psicologia nessas políticas é importante para que sua prática não se configure como um retrocesso às discussões e avanços dos movimentos que combatem a LGBTifobia, o machismo, o racismo etc. A partir de uma perspectiva relacional de gênero, Butler (2015, p. 32-33), expõe que: “como fenômeno inconstante e contextual, o gênero não denota um ser substantivo, mas um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes”, o que se aproxima para a argumentação de Kilomba (2019) acerca de raça e gênero, que são fenômenos caracterizados pela impossibilidade de se pensar de forma separada, uma vez que funcionam articulados, em que a raça afeta a construção de gênero, bem como o inverso.

Sendo assim, a PNSILGBT funciona para o combate das violências contra essa população e a promoção da equidade, mas apontamos também para a necessidade da implementação de políticas estaduais e municipais, a fim de considerar as especificidades locais acerca das construções e interseções dos determinantes sociais, como no caso da Política Estadual de Saúde Integral da População de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transsexuais de Minas Gerais, aprovada pela deliberação CIB-SUS/MG Nº 3.202, de 14 de Agosto de 2020 pela Secretaria de Estado de Saúde (Minas Gerais).

À guisa de conclusão, articularemos algumas linhas de ação propostas por Saadallah (2007), para pensar a atuação da Psicologia promovendo a saúde integral da população LGBTI+ no SUS, sendo essas linhas: intervenção, capacitação, articulação, informação e comunicação. Acerca da intervenção, apontamos para a necessidade da Psicologia em produzir subjetividades mais engajadas, assim como aponta a conceituação da produção de saúde da PNPS. Acerca das intervenções, Saadallah (2007) aponta para a necessidade de priorizar ações coletivas e também,

[...] trabalhar na perspectiva da aquisição de competências e habilidades pessoais, sociais, políticas e técnicas para uma inserção positiva na sociedade. Neste trabalho, o protagonismo social e a construção da autonomia dos sujeitos atendidos devem ser valorizadas (p. 13).

Nesta perspectiva, apostar em intervenções coletivas/grupais, é agenciar indivíduos para um co-funcionamento a partir da simpatia, que não se caracteriza por um simples sentimento, mas sim por ódio ou amor de corpos físicos, biológicos, psíquicos, sociais que se misturam estando entre um mundo interior e exterior, operando pela heterogeneidade (Deleuze & Parnet, 1998). As intervenções grupais extrapolam o âmbito individual, permitindo a potencialização do coletivo a partir de uma política dos “anormais” ou multidões *queer*, o que nos parece uma ferramenta importante para romper com o sistema de representações políticas que instaura uma normalidade de corpos cisheterossexuais (Preciado, 2011). Portanto, a Psicologia pode funcionar como um agente de produção de subjetividade que intervenha coletivamente com a multidão de corpos, a fim de potencializar as singularidades a partir da diferença, objetivando desestabilizar as normativas cisheterossexuais.

Acerca da capacitação, pensamos na transversalização das políticas como um ganho significativo para o aperfeiçoamento dos processos de trabalho, dessa forma, articular por exemplo, a PNSILGBT como a Política de Educação Permanente se mostra como uma possibilidade de trabalhar não só a formação dos/as psicólogos/as no SUS, mas também, toda a equipe, uma vez que essa política proporciona a aprendizagem na própria rotina de trabalho, fazendo com que as práticas profissionais sejam transformadas e problematizadas a partir das necessidades específicas de saúde de cada pessoa e população (Brasil, 2009). As ações de educação permanente em saúde podem funcionar como uma estratégia de formação que busque capacitar os profissionais para considerar as especificidades do público LGBTI+, visando combater estereótipos que são direcionados a essa população. O combate à violência contra a população LGBTI+ nesta perspectiva de capacitação, funciona de forma preventiva, antecedente ao ato de violência que pode ocorrer caso o profissional possua algum posicionamento moralizante.

Saadallah (2007), aponta para a articulação como uma maneira de trabalhar em rede, com atores heterogêneos, de forma complementar e intersetorial. Acerca da articulação, a atuação da Psicologia na PNSILGBT deve funcionar de forma intersetorial, de acordo com os eixos norteadores do SUS, levando em consideração os indivíduos em sua integralidade. Dessa forma, é necessário o agenciamento da Psicologia com outros setores como a assistência social, a educação, os equipamentos de referência à população LGBTI+ e outros serviços que possibilitam promover o

bem-estar. A intersetorialidade no SUS, possibilita o combate à LGBTfobia ao trabalhar com diversas instâncias a fim de promover diversas formas de entrada dessa população aos serviços da rede, promovendo a universalidade, bem como a integralidade e a equidade, ao considerar que a saúde também pode ser produzida em equipamentos como os Centros de Referência de Assistência Social e em escolas, dentre outros.

A respeito da linha de informação e comunicação, é necessária a realização de pesquisas, questionários, levantamentos e outros tipos de documentação que tenham como objetivo se aproximar da realidade social da comunidade LGBTI+ (Saadallah, 2007). Nesta linha em específico, a atuação do profissional da Psicologia deve levar em consideração o que é preconizado pela PNSILGBT, garantindo a inclusão do uso do nome social dos usuários, bem como o respeito pela identidade de gênero. Além disso, pensando na melhoria da coleta de informações acerca da população LGBTI+, é importante o levantamento de dados como raça/cor, pertencimento a comunidades tradicionais e outros campos utilizados em pesquisas epidemiológicas, bem como na ficha de cadastro individual do e-SUS. Além das ações de levantamento de dados e informações, apontamos também para a necessidade de fomentar as questões de saúde da população LGBTI+ durante a formação em Psicologia e nas diversas áreas da saúde, a fim de ampliar o conhecimento sobre as particularidades dessa população, proporcionando uma formação de profissionais engajados com o combate à LGBTfobia.

Conclusão

A afirmação da vida passa pelo reconhecimento e respeito a todas as formas de expressão da singularidade, na afirmação de si e toda a potencialidade de invenção e criação que cada indivíduo constrói para si mesmo. A produção de saúde como afirmação da vida se estabelece pela consideração da complexidade do conceito de saúde, se distinguindo da noção de saúde na perspectiva biomédica. A PNSILGBT afirma a vida ao considerar os determinantes sociais ao estabelecer suas diretrizes e objetivos que buscam combater as iniquidades, promovendo a saúde e subjetividades engajadas com a transformação social, uma vez que a noção de saúde que norteia as políticas do SUS em conjunto com seus princípios basilares são estratégias importantes para a prevenção à LGBTfobia, sendo que transversalizadas, possibilitam que os profissionais da Psicologia e da saúde, trabalhem de forma intersetorial, ampliando a comunicação entre diversas instâncias, a fim de promover a saúde e o bem-estar da população LGBTI+. A partir disso, entende-se que o combate às violências contra a população LGBTI+ dentro do SUS, pode funcionar

de forma preventiva, isto é, com a implementação de ações como educação permanente em saúde com os profissionais, capacitando-os para melhor atender este público, considerando suas especificidades, antes mesmo do acontecimento de alguma violência.

Apesar de as políticas públicas buscarem suprir todas as necessidades dos indivíduos, entendemos que elas possuem limites, pelo próprio caráter orgânico da vida com sua transitoriedade, mudanças e transformações, contudo, cabe ao profissional inserido no âmbito das políticas, a responsabilidade e a implicação na execução das mesmas, pressupondo o respeito à diversidade sexual e de gênero, étnico-racial, cultural e territorial, rompendo com as barreiras que dificultam o acesso à saúde de maneira integral e equânime. Além da atuação dos profissionais nos equipamentos de saúde, é necessário que o Estado garanta subsídios para que essas políticas públicas realmente funcionem e sejam implementadas em todos os níveis, garantindo a universalidade do SUS.

Conclui-se, portanto, a importância de construir uma Psicologia comprometida com o seu tempo e com a realidade social, aliada aos princípios dos Direitos Humanos e com a promoção da saúde dos indivíduos na sociedade, a fim de promover uma transformação profunda na relação entre o Estado e a sociedade.

Referências

- Benevides, B. G. & Nogueira, B. N.S (2020). Boletim No02/2020 Assassinatos contra travestis e transexuais em 2020. ANTRA, IBTE. <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/05/boletim-2-2020-assassinatos-antra.pdf>.
- Bock, A. M. B. (1997). Formação do psicólogo: um debate a partir do significado do fenômeno psicológico. *Psicologia: ciência e profissão*, 17(2), 37-42. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931997000200006&lng=pt&tlng=pt.
- Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.
- Brasil. (1990). Lei 8080, de 19 de Setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm.
- Brasil. (2009). Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde. <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/educacao-e-pesquisa/publicacoes-sobre-educacao-e-pesquisa/politica-nacional-de-educacao-permanente-em-saude.pdf/view>.
- Brasil. (2010). Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde.
- Brasil. (2013). Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Brasília: Ministério da Saúde. https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf.
- Brasil. (2017). Ministério da Saúde. PORTARIA Nº 2.436, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). https://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau delegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html.
- Brasil. Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Publicada em 05 de setembro de 1962. Diário Oficial da União. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4119.htm.
- Brigagão, J & Nascimento, V.L ; SPINK, P.K (2011). As interfaces entre psicologia e políticas públicas e a configuração de novos espaços de atuação. *Reu*, 37(1), 4. https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/peter_spink_as_interfaces_entre_psicologia_e_politicas_publicas_e_a_configuracao.pdf.
- Buss, M. P., & Filho P.A. (2007). A saúde e seus determinantes sociais. *Physis*. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312007000100006>.
- Butler, J. (2015). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Civilização Brasileira.
- Castro, D. O. & Silveira, L. A. (2021). As políticas de promoção da equidade em saúde na atenção primária à saúde. In Maia, M. A. C. (Org.), *Entrelaços: Teoria e Prática na atenção primária à saúde*. Editora Brazilian Journals. DOI: 10.35587/brj.ed.0000623
- Conselho Federal de Psicologia. (1999). RESOLUÇÃO CFP Nº 001/99 DE 22 DE MARÇO DE 1999. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf.
- Conselho Federal de Psicologia. (2005). Código de Ética Profissional do Psicólogo. <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>.
- Costa, M. L. & Bernardes, A. G. (2012). Produção de saúde como afirmação de vida. *Saúde e Sociedade* [online]. v. 21, n. 4 [Acessado 14 Dezembro 2021] , pp. 822-835. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902012000400003>.
- Deleuze, G., & Parnet, C. (1998). *Diálogos*. Trad. de Eloísa Araújo Ribeiro. Escuta.
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Cobogó.

- Lenin, V. (2010). O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. Expressão Popular.
- Machado, M.N.M. (2004). Práticas psicossociais: Pesquisando e intervindo. 1. ed. Edições do Campo Social.
- Mbembe, A. (2018). Crítica da Razão Negra. Tradução de Sebastião Nascimento. n-1 edições.
- Observatório de mortes violentas de lgbti+ no brasil. (2021). Relatório Parcial - Nº 001/2021.
- Preciado, B. (2011). Multidões queer: notas para uma política dos "anormais". Revista Estudos Feministas [online]. v. 19, n. 1 [Acessado 18 Dezembro 2021] , pp. 11-20. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000100002>.
- Restakis, J. (2014). Políticas públicas para un Partner state. Quito: Flok Society. Acesso em 15 de dez. 2021. <https://flokociety.org/docs/Espanol/3/3.4.pdf>.
- Saadallah, M. M. (2007). A psicologia frente às políticas públicas. In: Mayorga, C. & Prado, M. A. M. (orgs) Psicologia Social: articulando saberes e fazeres. Autêntica Editora.
- Safatle, V. ; Silva J. N. & Dunker, C. (2021.). Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico. Autêntica.
- Seção Judiciária Do Distrito Federal. (2017). Ação Popular nº 1011189- 79.2017.4.01.3400. <https://www.conjur.com.br/dl/sentenca-cura-gay.pdf>.
- Secretaria de estado de saúde (Minas Gerais). Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.202, de 14 de Agosto de 2020. Aprova, no âmbito do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais, a Política Estadual de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT.
- Supremo Tribunal Federal. (2020). Medida Cautelar na Reclamação 31.818 Distrito Federal. <https://www.conjur.com.br/dl/carmen-lucia-revoga-decisao-autorizou.pdf>.

Sobre os autores

¹ **Fernando Junio Cardoso Duarte.** Graduando em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, campus Coração Eucarístico. Estagiário na Coordenação de Saúde Indígena e Políticas de Promoção da Equidade em Saúde de Minas Gerais. <https://orcid.org/0000-0001-5104-2962>. fernando.junio.c.d@gmail.com

² **David de Oliveira Castro.** Graduando em Psicologia e graduado em Letras pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, campus Coração Eucarístico. Estagiário na Coordenação de Saúde Indígena e Políticas de Promoção da Equidade em Saúde de Minas Gerais (2017-2019). <https://orcid.org/0000-0003-2760-2661>. davidsilfos@yahoo.com.br

Recebido em: 19/12/2021

Aceito em: 16/04/2022

Publicado em: 15/04/2023

**Ansiedade ou cisheteronormatividade?
Um estudo de caso na clínica em psicologia sócio-histórica**

Luisa Brandão Costa¹

Júlia Pagano Costa²

Edna M. S. Peters Kahhale³

Beatriz Borges Brambilla⁴

Resumo

O presente artigo pode ser classificado como um estudo de caso, sendo feito a partir de atendimentos clínicos na clínica do Laboratório de Estudos de Saúde e Sexualidade (LESSEX). O cliente foi atendido primeiramente por uma psicoterapeuta, e, depois, por uma dupla composta por uma psicoterapeuta e uma estudante de psicologia. O estudo foi feito a partir dos prontuários e relatórios construídos por elas. O artigo busca explicar como os padrões cisheteronormativos estão associados à psicologia, que muitas vezes corrobora com tais violências, produzindo ansiedade e outras questões consideradas de “saúde mental” na população LGBTQIA+. O objetivo é demonstrar, através do estudo de caso, como os sintomas de ansiedade, que por muitas vezes são individualizados, são, na verdade, expressões da violência LGBTQIA+fóbica vivida por essa população.

Palavras-chave: ansiedade; cisheteronormatividade; psicologia sócio histórica; manejo clínico.

**Anxiety or cisheteronormativity?
A clinical case study in sociohistorical psychology**

Abstract

This article can be classified as a case study, being made from clinical care in the LESSEX Clinic. The client was first attended by a psychotherapist, and then by a pair composed of a psychotherapist and a psychology student. The study done here is from the medical records and reports built by them. In the article we seek to explain how cisheteronormative patterns are associated with psychology, which often corroborates such violence, producing anxiety and other issues considered "mental health" in the LGBTQIA+ population. Our goal here is to demonstrate, through the case study, how anxiety symptoms, that are often individualized, are actually expressions of LGBTQIA+phobic violence experienced by this population.

Keyword: anxiety; cisheteronormativity; Socio-historical psychology; clinical management.

¹ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

² Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

³ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

⁴ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Introdução

Este artigo propõe como hipótese de manejo e raciocínio clínico, a partir de um estudo de caso, que a ansiedade vivenciada pela população LGBTQIA+ está associada a vivências específicas que esse grupo está mais vulnerável para viver, como a falta de suporte, o estigma da sociedade, família e amigos, a vergonha e o medo por não seguir padrões heteronormativos. Ou seja, a ansiedade que aparece como queixa pessoal no processo psicoterapêutico pode indicar processos históricos, sociais e culturais que estão camuflados e naturalizados na sociedade capitalista globalizada como problemas pessoais e singulares. Para isso argumenta-se sobre cisheterossexismo, cisheteronormatividade; as articulações entre Psicologia, patologização, cisheteronormatividade e Ansiedade.

Para iniciar, se faz necessário contextualizar algumas noções abordadas ao longo do artigo, e para tanto nos embasamos no texto da psicóloga Jaqueline Gomes de Jesus, intitulado “Orientações Sobre a Identidade de Gênero: Conceitos e Termos” de 2017. A autora, em consonância com a Psicologia Sócio-Histórica, desnaturaliza a questão de gênero e desassocia a biologia do comportamento, explicando que ser homem ou mulher está relacionado a papéis sociais culturalmente construídos. Assim, Jesus (2017) diferencia cisgênero e transgênero pontuando que o primeiro se identifica com o gênero que lhe foi designado ao nascer, enquanto o segundo, não. Ela ressalta que na literatura não há consenso sobre os termos, e divide a vivência trans entre identidade (que são pessoas transsexuais ou travestis) e funcionalidade (como drag queens, drag kings, transformistas).

Da mesma forma, a autora desnaturaliza o conceito de heterossexualidade, ao dizer que “gênero se refere à formas de se identificar e ser identificada como homem ou como mulher; orientação sexual se refere à atração afetivossexual por alguém de algum/ns gênero/s.” (Jesus, 2017, p.12) e que um é independente do outro. Ou seja, nem todo homem se sente atraído por mulheres, nem toda mulher se sente atraída por homens, e há ainda pessoas que se sentem atraídas por mais de um gênero. Para fins da pesquisa, vamos seguir com as demais categorias, mas recomendamos a leitura completa do material citado que está online, gratuito, com linguagem acessível, portanto uma maneira de se familiarizar com os termos.

Cisheterossexismo, cisheteronormatividade e heteronormatividade

O cisheterossexismo é um sistema de opressão e preconceito institucional, ou seja, o conjunto de acordos e prescrições sociais que constituem uma política de controle e regulam a manifestação da sexualidade, de modo que todas as pessoas pautem suas vidas conforme o modelo da heterossexualidade e da cisgeneridade. O cisheterossexismo necessita de diversos instrumentos para se manter, como a heterossexualidade compulsória e a cisheteronormatividade.

A cisheteronormatividade é a naturalização e normatização de uma forma específica de se relacionar afetivo-sexualmente: um homem cisgênero se relacionando com uma mulher cisgênero, supondo uma linearidade entre corpo somático, prática sexual e identidade de gênero, linearidade que mantém o binarismo masculino-feminino. Ela “é naturalizada de tal modo que suas regras se tornam culturalmente impostas visando produzir, desde a infância, corpos e subjetividades para que estes sejam cisgêneros e heterossexuais, infligindo punições contra aqueles/as que a subvertem” (Rosa, 2020, p.100). Tal processo está instituído culturalmente, sendo apropriado pelo capitalismo globalizado como base estrutural para sua reprodução e para constituição das subjetividades. Isso implica que antes mesmo de nascer, os corpos e a apropriação pelos sujeitos desses padrões e valores vão configurando a singularidade de cada existência humana. As consequências desse Cistema - como Nascimento (2021) denomina a forma violenta na qual a sociedade se organiza, impondo a cisgeneridade em os corpos e desejos - são a humilhação social, a violência, a exclusão e os assassinatos como projeto social hegemônico.

Importante ressaltar que a cisheteronormatividade não se limita aos relacionamentos de forma individualizada e isolada; ela é uma ferramenta estatal para controle, como exemplifica Correia e Pereira (2015):

Supõe-se, segundo essa lógica, que todas as pessoas sejam (ou devam ser) heterossexuais – daí que os sistemas de saúde ou de educação, o jurídico ou o midiático sejam construídos à imagem e à semelhança desses sujeitos. São eles que estão plenamente qualificados para usufruir desses sistemas ou de seus serviços e para receber os benefícios do Estado. Os outros, que fogem à norma, poderão na melhor das hipóteses ser reeducados, reformados (se for adotada uma ótica de tolerância e complacência); ou serão relegados a um segundo plano (tendo de se contentar com recursos alternativos, restritivos, inferiores); quando não forem simplesmente excluídos, ignorados ou mesmo punidos. (Correia & Pereira, 2015, s.p.)

O processo de construção social do cisheterossexismo e da cisheteronormatividade se pauta também na heteronormatividade, que são tanto aquelas práticas localizadas, quanto aquelas instituições centralizadas que legitimam e privilegiam a heterossexualidade e as relações

heterossexuais como fundamentais e “naturais” dentro da sociedade (Cohen, 1997); a heteronormatividade se dá na

marginalização, perseguição, repressão e conformação por práticas sociais, crenças ou políticas que se referem especificamente à sexualidade e ao gênero dos indivíduos, tratando a heterossexualidade como uma prática intrínseca e natural ao ser humano e qualquer desvio como antinatural e passível de perseguição, correção e destruição. (Rosa, 2020, p. 63)

Da mesma forma que o cisheterossexismo necessita da cisheteronormatividade, a heteronormatividade presume a cisnormatividade, pois pressupõem a inexistência da transgeneridade; “todo o sistema de relações de poder baseadas na heterossexualidade dos corpos pressupõe, antes, que esses corpos são cisgêneros.” (Grimm, 2017). “Assim, o corpo feminino sempre coincidirá com um corpo portador de uma *biovagina* e o corpo masculino sempre coincidirá com um corpo portador de um *biopênis*, e esses corpos diferentes sempre se atrairão mutuamente por ser essa a ordem naturalizada pela heteronormatividade.” (Rosa, 2020, p. 68).

Ou seja, a heteronormatividade, para além das trocas afetivas e práticas sexuais do sujeito, normatiza, também, seu gênero, e por isso, a opressão e controle é sempre cisheteronormativo. Evidencia-se então que a cisheteronormatividade fundamenta os pensamentos e significações tanto dos relacionamentos tidos como *normais*, como das relações que são consideradas desviantes, criando padrões de comportamentos em todas as possibilidades de construções amorosa. Isso se evidencia quando casais LGBTQIA⁺ são questionados “quem é o homem ou a mulher da relação?”, por exemplo; ou seja, mesmo em relacionamentos não-heteros, a cisheteronormatividade exige que a representação e performance do homem cis e da mulher cis estejam presente no relacionamento, aniquilando a criação e o surgimento de novas possibilidades de identidade e de práticas sexuais mais igualitárias e menos assimétricas.

O relatório anual de 2017 do Grupo Gay da Bahia (GGB) constatou que a cada 19 horas uma pessoa LGBTQIA⁺ morreu de forma violenta vítima da LGBTQIA⁺fobia, colocando o Brasil como campeão mundial de crimes contra a população LGBTQIA⁺; das 445 vítimas, 387 foram assassinados/as e 58 cometeram suicídios. Para além desses dados, Braga et al (2018) explicita relatos de jovens que sofreram agressões, nos convidando à reflexão de como a norma ainda é extremamente efetiva. Vejamos o relato colhido por Braga et al (2018, p. 58) a respeito da violência sofrida por Duda

já sofri violência, duas vezes e era da família da minha ex-namorada. A mãe dela [...] pegou raiva, o padrasto dela também, aí a mãe dela veio e me bateu a primeira vez. Eu fiquei quieta, não quis tomar nenhuma providência, aí a gente continuou junto, eu não quis me separar dela. Aí ela falava

que queria ficar comigo, ela também apanhou por ser lésbica e, aí, na segunda vez, eles foram até o apartamento onde eu moro, foram cinco mulheres lá e me bateram, e aí foi quando eu chamei a polícia e fiz o boletim de ocorrência. “eu vou te matar, você que está corrompendo minha filha”, a mãe dela dizia. (p. 58)

Falas como a de Duda e de outra/os tanta/os que trilham a diversidade, evidenciam que orientações sexuais não-héhetro são vistas como algo que corrompe, antinatural e que “contamina”, e, por isso, quem expressa essas sexualidades deve ser morta, controlada e dominada, mostrando a efetividade social que a cisheteronormatividade tem e como o cisheterossexismo vai violentar aqueles que vivem fora do marco estrito da heterossexualidade.

Os dados e o relato explicitam que a cisheteronormatividade é, como vimos, política e ideológica para a manutenção e reprodução das formas sociais de nosso tempo. E a sexualidade, o gênero e o corpo são o resultado de valores modernos e contemporâneos, de condutas éticas, morais e sociais, que se interseccionam com todas as outras formas de opressão, tais como classe social e raça, entre outras. São, então, construídas historicamente a partir de diversos significados simbólicos, sociais, culturais, emocionais entre outros; por isso, devem ser estudados e compreendidos de forma histórica, cultural e crítica (Silva, 2013) para que as práticas combatentes e de cuidado não sejam pautadas em uma ideologia sobre sexualidade e gênero.

Psicologia, patologização e cisheteronormatividade

Com o liberalismo, a ideia de um mundo interno, individual, singular, pessoal e privado dos sujeitos vai se fortalecendo, permitindo o desenvolvimento de um sentimento de Eu. Então, a Psicologia, ciência que tradicionalmente estuda este sentimento e este fenômeno, vai se tornando necessária, sendo resultado deste processo histórico. Assim, a Psicologia, enquanto ciência, estrutura-se na ascensão da classe burguesa, por volta de 1875, em que a ênfase era na razão humana e na liberdade individual do sujeito, buscando, assim, desvendar as leis da natureza. A partir disso, surge a ciência moderna: experimental, empírica, quantitativa, positivista, racionalista, mecanicista, associacionista, atomista e determinista (Bock, 2015).

Nesse processo, as idéias “naturalizadoras” do liberalismo moldaram a concepção de fenômeno psicológico, sofrimento psíquico e estruturação humana, tornando a Psicologia uma ciência hegemônica. Alicerçado nisso, a institucionalização da psicologia como profissão no Brasil, em 1962 (1962, 27 de agosto), carrega tais tradições, estando a serviço da igreja, dos colonizadores e da industrialização, para o controle social.

Somando-se ao exposto, tal lógica é sustentada, também, pela dicotomia normal X patológico, presente desde o princípio da constituição da Psicologia. Canguilhem (2009) teoriza que o normal só é desvelado quando ocorrem infrações às normas e constructos sociais, a partir do julgamento social, moral e de valor. Assim, o normal seria uma noção-limite que define o padrão que uma pessoa tem que seguir, e quem não performar o que lhe foi imposto *estará doente* e será patologizado. Na mesma linha, Zanello e Andrade (2014), discutem como o diagnóstico médico na saúde mental é pautado por julgamentos morais, que naturalizam questões simbólicas e sociais, e patologizam a vida mas não a todos de maneira igual, e sim com forte teor sexista. De acordo com as autoras, mulheres são enormemente mais representadas em propagandas de remédios psiquiátricos, embasado e embasando a ideologia machista de que mulheres são loucas.

Pensamos, assim, como dinâmicas similares afetam a população LGBTQIA+. Ao construir a noção de que essa população é doente, e que sua sexualidade é patológica, ela se torna nociva ao CISTema (Nascimento, 2021), se caracterizando como um perigo para a norma; assim, legitima-se a exclusão, segregação e violência à esse grupo, além de ser necessário controlá-lo. A partir dessa breve contextualização, pode-se inferir que a cisheteronormatividade encontrou terreno fértil na psicologia, estruturando a produção de “descrições universalizantes dos processos tidos como naturais e a patologização da diferença, ao tratá-la como casos desviantes da norma.” (Mattos & Cidade, 2016, p.134).

A psicologia se dispõe a abordar as temáticas da identidade de gênero e da sexualidade, mas, na maioria das vezes, naturaliza a heterossexualidade e a cisgeneriedade, reproduzindo-os como modelos opressores de dominação, como normativas sociais e como ideais de regulação de produção da subjetividade dos sujeitos. Questionamos então: que psicologia é essa que aniquila a subjetividade e a experiência dos sujeitos? Adotamos a defesa da possibilidade de criação e de novas expressões de subjetividade e de sujeitos, que nada tem de patológicos, mas são novas existências possíveis. E, portanto, não devem estar classificados como transtornos mentais em nenhum manual de diagnóstico.

Ansiedade?

Segundo Dalgarrondo (2018), o transtorno de ansiedade generalizada (TAG) é a apreensão e preocupação excessivas na maioria dos dias, por muitos meses (no DSM-V, pelo menos seis meses), em diferentes atividades e eventos da vida, e a pessoa tem dificuldade em

controlar esses sentimentos. Para se dar o diagnóstico, é necessário apresentar três desses sintomas: 1) inquietação ou sensação de estar “com os nervos à flor da pele”; 2) cansaço fácil, fadigabilidade; 3) dificuldade de concentrar-se; 4) irritabilidade 5) tensão muscular, dificuldade de relaxar; 6) alteração do sono (dificuldade de pegar no sono ou mantê-lo). Percebe-se assim que a pessoa vive uma constante angústia e em estado de alerta.

Amarante (2007) aponta que o modelo biomédico de cuidado, lógica dominante até os dias atuais, estabelece uma relação com a doença enquanto um objeto abstrato e natural, negligenciando a dimensão de como e porque o sujeito experiencia essa doença. Assim, o tratamento é a partir da medicalização excessiva, legitimada pela patologização, já citada acima, para eliminar o sintoma. A partir dessa perspectiva, a ansiedade expressa uma questão particular e interna. Entretanto, os dados possibilitam questionamentos.

Francisco et al (2020) analisou dados de pesquisas realizadas no Ceará, nos Estados Unidos, na China, na Suécia e em Taiwan, e apesar de existirem diversas particularidades, importantes semelhanças foram levantadas: a população LGBTQIA+ apresentou sintomas ansiosos em níveis mais elevados, quando comparada aos heterossexuais e cisgêneros. No Ceará essa população tem o risco de desenvolver ansiedade duas a três vezes maior que nos heterossexuais; nos EUA as narrativas evidenciaram que a ansiedade está relacionada a episódios de LGBTQIA+fobia; em Taiwan, pessoas que sofreram qualquer tipo de bullying homofóbico na infância tiveram depressão, ansiedade e dor física mais severas na idade adulta em comparação às vítimas cisgênero e heterossexuais.

Podemos inferir, então, que a ansiedade vivenciada pela população LGBTQIA+ está associada a vivências específicas que esse grupo está mais vulnerável para viver, como a falta de suporte, o estigma da sociedade, família e amigos, a vergonha e o medo por não seguir padrões heteronormativos, ou seja, a impossibilidade de viver quem se é. Posto isso, é necessário

repensar o desenvolvimento das psicopatologias, tirando-as exclusivamente de visões naturalizantes sobre o processo saúde-doença e buscando explicar sua gênese e sua relação com a vida social da contemporaneidade, na intensificação da exploração capitalista dos trabalhadores, e, conseqüentemente, no aumento dos processos de sofrimento a partir das relações sociais pautadas em um individualismo excessivo. (Kahhale. Montrezol, 2019, p.186)

A ansiedade que aparece como queixa pessoal no processo psicoterapêutico pode indicar processos históricos, sociais e culturais (cisheteronormatividade) que estão camuflados e naturalizados na sociedade capitalista globalizada como problemas pessoais e singulares.

Método

“Como descrever uma relação?” é um dos objetivos da pesquisa⁵ que originou este artigo. Trata-se de uma pesquisa de estudo de caso⁶ em Psicologia, fundamentada numa perspectiva Sócio-Histórica, e sustentada num modelo qualitativo de produção de conhecimento, em que buscaremos refletir sobre as significações da ansiedade em uma população cotidianamente atingida pela cisheteronormatividade.

Kahhale (2019) pondera que estudos de caso necessitam de um alinhamento metodológico que permita desvendar, para além da aparência superficial, o fenômeno tal qual realmente é, suas contradições e o que o determina a apresentar-se da maneira com que o faz. Assim, partindo de uma concepção dialética, não se busca diferenciar a representação e o conceito da coisa em si, pois são duas dimensões de conhecimento da realidade, atravessadas pelas relações sociais. Entretanto, para alcançar a compreensão do real, é necessário que se avance no caminho de ser capaz de levantar as contradições do fenômeno, pois só assim conseguiremos entender as multideterminações e a totalidade que uma narrativa expressa. Esse processo demanda um esforço em fazer uma análise das constatações sócio-históricas que não estão postas explicitamente, tendo no horizonte as questões de raça, classe, gênero e sexualidade.

Isso, que não se manifesta de forma direta, necessita de um método crítico-científico da realidade para ser desvelado; assim, a função do pensamento dialético é mostrar de onde vêm os fenômenos, como esses se constituem e quais suas (inter)dependências, podendo então, alcançar a realidade. Por tudo isto, o método materialista histórico-dialético, aplicado à pesquisa clínica em Psicologia, oportuniza o processo de encontro/cuidado, uma relação horizontal, ser um caminho metodológico original, que pode contemplar tanto a singularidade/diversidade quanto a totalidade do fenômeno, demonstrando que qualidade-quantidade e objetividade-subjetividade são duas faces de uma mesma moeda, uma relação dialética (Kahhale, 2019). Nesse sentido, a Psicologia Sócio-Histórica também é interação social que incorpora a subjetividade do sujeito, onde o psicoterapeuta não é detentor de um poder supremo, mas facilitador de um processo que se dá,

⁵ Estudo inserido no projeto guarda-chuva: “A clínica da sexualidade na Psicologia Sócio Histórica: raciocínio e manejo” do Laboratório de Estudos sobre Saúde e Sexualidade (LESSEX), vinculado ao Grupo de Pesquisa “Psicossomática e Psicologia Hospitalar” do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica e da Faculdade de Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da PUCSP. O projeto foi aprovado pela Comissão de Ética em Pesquisa PUCSP sob número CAE 18783019.0.0000.5482.

⁶ O atendimento psicoterapêutico foi conduzido por Marina Santanna juntamente com as autoras desse artigo, Luisa Brandão Costa, Júlia Pagano Costa, Edna M. S. Peters Kahhale e Beatriz Borges Brambilla.

não somente pela escuta, mas por meio de um encontro e diálogo de qualidade, onde a explicitação das contradições podem conduzir a novas sínteses.

O caso: Sebastião é ansioso ou alvo de opressões homofóbicas?

Sebastião⁷ é um homem branco, cisgênero, com práticas homoafetivas, de 19 anos, morador na zona norte de São Paulo, procurou o serviço do Aprimoramento Clínico em Gênero e Sexualidade na perspectiva sócio histórica pois vinha apresentando crises de ansiedade e complicações no seu relacionamento homoafetivo da época, que contribuía para a ocorrência da mesma. Durante o processo, a primeira psicoterapeuta⁸ conseguiu entender a configuração subjetiva construída através dos sentidos e significações que foram, e continuam sendo, atribuídos por Sebastião às suas relações e vivências, diminuindo a ocorrência das crises de ansiedade. Por conta da falta de compatibilidade de horários entre a primeira psicoterapeuta e o cliente para continuidade dos atendimentos, Sebastião foi encaminhado para o Laboratório de Estudos de Saúde e Sexualidade (LESSEX), onde está sendo atendido por uma dupla de psicoterapeutas e produzido este artigo. Sebastião é muito organizado e perfeccionista, corroborando para que ele se cobre excessivamente. Sua relação com os dois irmãos e a mãe é boa e não há conflitos familiares em relação à sua sexualidade.

Até então, foram realizados 25 atendimentos (18 no Aprimoramento Clínico em Gênero e Sexualidade na perspectiva Sócio Histórica, de abril a setembro de 2021 e 7 no LESSEX, a partir de outubro), por conta da pandemia do COVID -19, os atendimentos ocorreram on line pela plataforma Google Meet. Sebastião encontra-se solteiro, e suas principais questões envolvem sua sexualidade, suas práticas sexuais, o constante sentimento de exposição e a ansiedade.

Resultados e Discussão

Em uma perspectiva materialista histórico-dialética, a sexualidade deve ser apreendida a partir de suas contradições internas, em sua totalidade e no processo de complexificação. Montrezol (2019) evidencia que o ser humano é representado pela binariedade homem-mulher, que, para além de uma diferenciação biológico corporal, existe uma divisão explícita acerca do modo de ser, dos comportamentos e funções sociais. Isso ocasiona normas explícitas ou implícitas

⁷ Nome fictício.

⁸ A primeira psicoterapeuta foi Marina Santana e as atuais são Julia Pagano Costa e Luisa Brandão Costa.

que regulam suas existências. Assim, a compreensão do masculino/ser homem e feminino/ser mulher se constitui em fatores socioculturais e varia de sociedade para sociedade.

Em concordância, Zanello et al (2015) coloca que o gênero não é algo estável como a ideologia dominante e a cisheteronormatividade pressupõe; ele é uma categoria histórica inventada, que, ao se cristalizar, institui uma idéia de substancialismo, em que x coisa é de homem e y coisa é de mulher. Assim, o tornar-se mulher ou o tornar-se homem, em uma sociedade ainda binária, seria moldar o corpo e obrigá-lo a atender uma padrão historicamente construído de mulher ou de homem.

Tendo isto em vista, a identidade sexual e a sexualidade devem ser olhadas e cuidada a partir dos papéis que são exigidos para o sujeito desempenhar na sociedade, está atrelada à função exigida por um sistema social em um determinado momento histórico para cada sujeito, em suas interações com outros sujeitos e grupos sociais (Montreozol & Kahhale, 2017). O gênero e a sexualidade, a partir da dimensão histórica e dialética, é uma condição sociológica e antropológica, que se constitui socialmente a partir da contradição entre condições subjetivas e sociais. Ou seja, a sexualidade é mais que uma vivência corporal individual, é uma política de organização social que serve para criar os vários parâmetros que transcendem uma prática sexual específica. Esses parâmetros são criados para “garantir o privilégio da heterossexualidade, seu status de normalidade e, o que ainda é mais forte, seu caráter de naturalidade” (Louro, 2009, p. 89).

Desde os primeiros encontros Sebastião evidencia que gostaria de experimentar um estilo diferente de roupas e cabelo, e nessa direção , pintou as unhas, fez um piercing e passou maquiagem nos olhos em um evento, sentindo-se bem e ficando muito feliz com essas novas formas de se expressar. Ao mesmo tempo, traz à tona a angústia de, segundo ele, “ter que ser uma coisa ou não ser nada”, sentindo uma pressão para “se definir como algo”. Nesse momento, conta que a rotulação de homem cis gay já o incomoda e traz medo, pois “se eu quiser ficar com pessoas trans, não binárias, como que eu vou me explicar depois?”.

Esses questionamentos vêm à tona pois, ao se relacionar com homens trans, Sebastião é desvalorizado e deslegitimado pelos seus colegas. Com o desenrolar dos atendimentos aponta que para ele o órgão genital não é determinante para seus desejos e trocas afetivas, e que ainda está tentando se entender, compreendendo que a personalidade e a identidade é algo fluido e mutável e que não precisaria se cristalizar em um único lugar. Apesar disso, relata como é difícil,

angustiante e solitário conseguir segurar uma bandeira e, mais difícil ainda ter coragem para mudá-la. Essas falas nos indicam como a ansiedade e a angústia vividas por Sebastião não decorrem de um processo só vivido por ele, um mundo “interno privado”, super particular e não partilhado com outros! E mais, não decorrem de uma experiência singular e particular só sua; mas de processos heteronormativos e cisheteronormativos que dão a falsa impressão que é um problema vivido por ele e só dele.

Segundo Foucault (2012) a referência para os países ocidentais nórdicos é que o ser humano é, constitutivamente e naturalmente, binário. Existe um regime binário instituído socialmente a partir de concepções dualistas em que o sexo tem poder de ditar quem somos nós, a partir de uma padrão universal que prescreve uma ordem. Nesse sentido, Louro (2008), explicita que ser homem e ser mulher se constituem em processos culturais e sociais:

A construção dos gêneros e das sexualidades dá-se através de inúmeras aprendizagens e práticas, insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais. É um processo minucioso, sutil, sempre inacabado. Família, escola, igreja, instituições legais e médicas mantêm-se, por certo, como instâncias importantes nesse processo constitutivo. (p.18)

Zanello et al. (2015) explicita que os estereótipos, estruturados na lógica binária, do que seria um “homem” e o que seria uma “mulher” privilegiam determinados padrões emocionais e comportamentais desenvolvidos dentro da lógica cisheteronormativa. O ideal valorizado para um sujeito ser considerado um homem de verdade segue uma “lógica fálica, de virilidade, que se firma em duas vias: pelo exercício ativo de sua sexualidade (“pegador”), mas também pelos aspectos relacionados à produtividade laboral: demonstrar e deixar claro que tem um padrão viril dominante” (Zanello et al, 2015, p. 239).

Baére e Zanello (2020), explicitam que existe uma hierarquia das masculinidades, em que a masculinidade hegemônica - homem branco, cisgênero, heterossexual, sexualmente ativo, produtivo e próspero- encontra-se no topo, seria O Homem!, com maiúsculo. Mesmo com as variações de raça, classe, idade, etnia ou orientação sexual, ser homem é sinônimo de não ser como as mulheres; assim, a “antifeminilidade encontra-se no fulcro dos conceitos históricos e atuais de masculinidade” (Baére & Zanello, 2020, p.2).

Ao longo do processo, Sebastião evidenciou que tem dificuldade com o sexo, apesar de ter interesse no romance, no afeto, na intimidade e no beijo. Acredita que se *sabota* nos relacionamentos diante do medo do sexo (enquanto penetração), pois precisa se sentir confortável

e criar intimidade; ou seja, o cliente não se encaixa na ideia de “*fast food do mundo gay*”, que reproduz o padrão heteronormativo de “homem pegador” e o gay “afeminado” ou com vestimentas ditas femininas seria sempre passivo, a “mulherzinha” na relação sexual. Ele explicitava para seu ex namorado que sua libido não era alta, pois mesmo na auto estimulação não sentia prazer, sempre se perguntando se existia algo de errado com ele. Hoje em dia Sebastião está se relacionando com outro homem e coloca que está sentindo muito prazer e vontade de fazer sexo, pensando nisso o dia todo, por estar como *ativo* na relação, penetrando ao invés de ser penetrado, prática que evidenciou nos atendimentos que não gostava.

Como visto, a afirmação de ser um homem de verdade se dá a partir de um constante e compulsório desempenho sexual, em que o papel de penetrador torna-se símbolo da virilidade sexual ativa, opondo-se a qualquer prazer e experiência anal; impossibilitando experimentar prazer anal com outra possibilidade de prática sexual. Assim, como coloca Baére e Zanello (2020), a penetrabilidade destitui o homem de seu lugar social de macho, desqualificando a experiência de ser penetrado, por relacionar-se ao papel passivo destinado, histórica e culturalmente às mulheres. Importante ressaltar que a subversão do dispositivo da sexualidade não necessariamente subverte os dispositivos de gênero; no entanto, dá a eles configurações específicas:

“de um lado, mesmo que muitos sujeitos se autodeclarem gays e lésbicas, existe um rol de performances normativas que os aproxima dos heterossexuais [...]. No caso dos homens, uma vez que as virilidades (sexual e laborativa) lhes garantem a preservação identitária, existe um permanente esforço para assegurá-las, o que costuma acarretar no adoecimento psíquico de muitos sujeitos quando isso não é possível” (Baére & Zanello, 2020, p. 3).

Outro ponto importante que emergiu nos encontros é a questão da exposição. Desde os primeiros atendimentos Sebastião evidencia que não gosta de se expor, e que, apesar de se sentir muito bem e gostar de fazer, a psicoterapia é um dos lugares onde ele mais se sente exposto. Essa exposição é um dos principais motivos que, ao nosso ver, causa sua ansiedade. Ao ser perguntado se ele sabia como esse receio surgiu, ele conta que quando estava no início de seu processo de compartilhar com pessoas próximas sua sexualidade, a primeira pessoa que ele contou - uma amiga muito próxima-, depois de uma briga, postou no status do whatsapp uma foto dele com a frase “*O heterossexual da turma*”, o que fez ele se sentir muito exposto.

Sebastião carrega essa questão com muito pesar e sofrimento, é nítido como esse sentimento de ser exposto e se expor marca todos os seus relacionamentos, uma vez que exposição-ansiedade-vulnerabilidade sempre aparecem atrelados, pois ser uma pessoa LGBTQIA⁺ é experimentar uma vida de exposição à violências, invisibilidades e negações. Esse fator transgride o

âmbito dos relacionamentos afetivos e sexuais, uma vez que, mesmo alegando que se sente bem e que quer continuar os atendimentos, Sebastião coloca que sempre fica ansioso antes e depois do encontro psicoterapêutico, ocasionando, inclusive, dores de cabeça e febre, pois sente que vai se expor, tem medo de não ter o que falar e da psicoterapeuta e co-terapeuta não gostarem dele. Esse medo mais uma vez indica o processo que estamos analisando que é a cisheteronormatividade, que está de tal forma apropriada nas mais diferentes instâncias sociais - e o processo psicoterapêutico e a/os terapeutas não estão fora de todo esse processo sócio histórico e cultural- que o medo é de não ser acolhido e compreendido mas de ser julgado como expressão de alguma patologia.

Manejo clínico

Seria possível avaliarmos que Sebastião é uma pessoa ansiosa, procurando dentro de seu corpo ou no escopo de sua história pessoal as causas para esses sintomas; mas, não chegaríamos na totalidade da questão. O manejo clínico foi ouvir Sebastião, na medida em que ele nos conta que sente que deveria ser algo, se definir como algo, que o que ele está sendo no momento não está bom e que não é suficiente; inclusive, em um atendimento a psicoterapeuta questiona, em tom de brincadeira, se o que seria suficiente era um homem rico heterossexual e ele responde que sim. É nesse momento que se precisa olhar para além das aparências e entender que, em nossa sociedade, o unico ser que é bom o suficiente seria o homem cisgênero, héterossexual, branco, da classe média, magro, sem deficiência e cristão. Qualquer outro ser, nesse contexto, é sistematicamente oprimido subjetiva (colocado como inferior, incapaz e não merecedor de afeto e direitos), e objetivamente (excluído de espaços de lazer, trabalho, estudo, saúde e violentado).

Sebastião viveu um momento muito violento e marcante ao ter sua sexualidade exposta contra sua vontade, de maneira com que invadiram seu espaço e ridicularizaram seus aspectos mais íntimos. O ponto de enfoque é de que faz sentido o cliente se sentir da maneira com que ele se sente, uma vez que são as relações sociais, tanto de seus amigos, família, parceiros, quanto de chefes, professores, ou mesmo de mídias, que produzem tais sentimentos. Ele se sente deslocado e sem lugar porque é esse o espaço destinado àqueles que rompem com a lógica patriarcal e cisheteronormativa.

Ele está buscando se conhecer e se permitir expressar de maneiras novas, enfrentando seus mecanismos de proteção, como por exemplo o medo, restringir-se a espaços delimitados evitando exposições que gerem a ansiedade , e ao mesmo tempo se permitindo sentir e ser, como

pintar as unhas, buscar outra relação afetiva sexual menos ‘abusiva’ . Mas, se ele precisou desenvolver processos de proteção , é porque de alguma forma ele foi agredido, e isso não deve ser naturalizado. Isso porque tais agressões não são fatos isolados ou individuais, mas sim estruturas sociais que separam os corpos considerados dignos daqueles que não são, e Sebastião sente no corpo as consequências de estar no segundo grupo.

Culpabilizá-lo, medicalizá-lo, ou mesmo individualizar seus sintomas, seria mais uma vez repetir as violências patriarcais e cisheteronormativas; o manejo se detém na compreensão sobre tais questões para conseguir enfrentá-las de forma efetiva. Nesse sentido, buscamos traçar o encontro, em conjunto com o cliente, entendendo como ele se relaciona com o mundo para ofertar, a partir do processo de reflexão, deslocamento crítico. Assim, entende-se o fenômeno na relação das contradições entre experiência singular, mediações e totalidades sociais. Para isso, o atendimento se conduz a partir do pertencimento, legitimando os sentimentos de Sebastião e construindo possibilidades para que as relações de não-lugar imposto à Sebastião, se enfraqueçam.

Não é fácil expor as contradições e violências naturalizadas pois machuca, mas é também libertador, pois, além do cliente entender que a culpa não é dele, que ele não é incapaz, nem fraco por se sentir da maneira que ele sente, ele também percebe que tentar se enquadrar na norma vigente é uma batalha perdida, pois significa negar seus processos e desejos. A construção caminha na direção de compreender que ansiedade e o medo sentidos são expressões de vivências inseridas na dinâmica cisheteronormativa e cisheterossexual da nossa sociedade e das instituições que a perpetuam. Romper com o ciclo implica inserir-se em redes que estão criando novas possibilidades de ser. É um trabalho individual e coletivo ao mesmo tempo, daí o processo dialético de produzir sínteses frente a essas contradições.

Considerações Finais

Para construirmos uma psicologia crítica e comprometida com a realidade social é necessário que a apreensão dos fenômenos busque sua processualidade e totalidade, entendendo-os como sínteses de multideterminações constituídas no processo histórico, que se formam e transformam nas contradições inerentes de qualquer relação entre os homens. Para isso, não se pode captar a realidade se limitando às primeiras expressões do fenômeno; ela só se revelará pelo desvelamento de suas mediações e de suas contradições internas fundamentais, a partir da explicitação dos nexos entre as dimensões singular-particular-universal.

Com fundamento em Lukács (1978), Pasqualini e Martins (2015) explicitam que a dialética singular - particular - universal é a única forma de apreendemos a realidade e totalidade do fenômeno, uma vez que a manifestação imediata, acessível à contemplação viva (singularidade), está no plano da aparência do fenômeno e essa dimensão não é suficiente por si só. A superação da dimensão singular do fenômeno “implica revelar as relações dinâmico-causais a ele subjacentes, captando as múltiplas mediações que o determinam e constituem” (Pasqualini & Martins, 2015, p.364).

Isso significa que todo fenômeno singular contém em si determinações universais, e a principal tarefa das terapeutas, e pesquisadoras, é se aprofundar em como a universalidade se expressa e se concretiza na diversidade de expressões singulares do fenômeno; ou seja, singularidade e universalidade são inseparáveis: “O universal se opõe à variabilidade sensória das expressões singulares do fenômeno, mas contém em si toda a riqueza [...] do individual, não apenas como possibilidade, mas como necessidade de sua própria expansão, de seu desenvolvimento” (Pasqualini & Martins, 2015, p.365). Torna-se explícito, assim, que o universal e o singular não existem por si mesmos, somente na relação entre as singularidades com o universal.

Essa contínua tensão entre singular-universal se expressa a partir da mediação da particularidade, que são as especificidades de uma realidade social pelas quais a singularidade se constitui. Em suma,

(a) a expressão singular do fenômeno é irrepetível e revela sua imediaticidade e definibilidades específicas; (b) em sua expressão universal, se revelam as conexões internas e as leis gerais do movimento e evolução do fenômeno; (c) a universalidade se materializa na expressão singular do fenômeno pela mediação da particularidade, razão pela qual afirmamos que o particular condiciona o modo de ser do singular. (Pasqualini & Martins, 2015, p. 366)

Sebastião, como um jovem, branco, da classe trabalhadora, vivencia a LGBTQIA⁺fobia proveniente da cisheteronormatividade que constitui a sociedade capitalista de uma maneira específica, que vai significando sua singularidade a partir da angústia, medo e exposição. Entretanto, a expressão da cisheteronormatividade não é direta e se camufla em um processo individual e problema pessoal. Segundo Louro (2008) é necessário nos atentarmos que, no interior dessa cultura dominante, a norma se expressa por meio de recomendações repetidas e observadas cotidianamente, que servem de referência a todos. Por isso ela consegue constituir as camadas mais subjetivas, sendo capaz de naturalizar-se, e, ao naturalizar esse processo coletivo, que é apropriado desde o nascimento, a ansiedade aparece como sendo uma patologia singular, e não uma vivência intensa no corpo assim como a cisheteronormatividade.

A ansiedade foi constituída como exclusiva do campo da saúde mental, dominado, ainda hoje, pelo modelo biomédico, depositando na pessoa a responsabilidade individual de ser doente e, conseqüentemente, de se curar. Nessa perspectiva dominante, não se propõe um olhar para o sofrimento a partir de uma construção crítica de que determinada vivência violenta é decorrência de uma conexão entre os marcadores sociais, as opressões que esses marcadores legitimam e como o corpo experiencia isso. Mas, é necessário inserirmos o indivíduo no sistema econômico, político e cultural que ele vive, pois somente assim entenderemos sua singularidade.

Zanello (et al, 2015) teoriza que as questões geradoras de sofrimento psíquico tem sua base nos estereótipos de gênero, masculinidade e cisheteronormatividade, uma vez que o sistema de atenção à saúde mental, seja serviços do SUS ou atendimentos clínicos particulares, pode reforçar os papéis sociais e estigmatizar as condutas desviantes ao modelo patriarcal e cisheteronormativo, tornando, assim, invisíveis as questões de gênero e da sexualidade existentes no sofrimento psíquico. A ansiedade proveniente da cisheteronormatividade aparece sendo uma questão particular, mas é universal e se expressa no processo coletivo. Sebastião sofre, mas esse sofrimento não é dele; por isso é necessário o fortalecimento do grupo, do coletivo e das redes para se perceber a constituição da ansiedade.

Percebe-se assim, que a LGBTQIA+fobia, inerente à cisheteronormatividade, é a produtora de sofrimento e ansiedade. A Psicologia patologizante das abordagens, a cisheteronormatividade e a LGBTQIA+fobia dificultam que as psicólogas construam um saber crítico para receber o/as clientes e usuário/as do serviço compreendendo que esses sujeitos não são necessariamente heterossexuais e cisgênero, ou seja, essa tríade não permite que as profissionais sexualizem a experiência da identidade e desnaturalizem os sentimentos e emoções a partir de formas de sofrimento. Para se construir efetivamente uma psicologia de combate à LGBTQIA+fobia é necessário que essa discussão se aprofunde e se estruture a partir de uma percepção crítica; somente assim possibilitaremos que o espaço de escuta e reflexão não se torne mais um ambiente de violência, opressão, deslegitimação e invisibilização.

Referências

- Amarante, P. (2007). *Saúde mental e atenção psicossocial*. SciELO-Editora FIOCRUZ.
- Baére, F. D., & Zanello, V. (2020). Suicídio e Masculinidades: Uma Análise por meio do gênero e das sexualidades. *Psicologia em estudo*, 25.
- Bock, A. M. B. (2001). A psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*, 15-35.
- Braga, I. F., Dos Santos, M. A., Farias, M. S., Ferriani, M. D. G. C., & Silva, M. A. I. (2018). As múltiplas faces e máscaras da heteronormatividade:: violências contra adolescentes e jovens homossexuais brasileiros. *Salud & Sociedad*, 9(1), 052-067.
- Brambilla, B. B; Kahhale, E. M; Montrezol, J. R & Rocha, R. V. S. (2021). "A clínica entranhada": tecituras de uma clínica socio-histórica em Psicologia. In Silva, Anne Heracléia de Brito e, Costa, Lucidelva Marques da & Carvalho, Poliana de Oliveira (orgs.) *Políticas e práticas de atenção social aos adoecimentos da vida contemporânea: diálogos e reflexões em pesquisas*. <https://publicacoes.even3.com.br/book/politicas-e-praticas-de-atencao-social-aos-adoecimentos-da-vida-contemporanea-dialogos-e-reflexoes-em-pesquisa-314135>
- Canguilhem, G. (2009). *O normal e o Patológico*. Forense Universitária. (Trabalho original publicado em 1943)
- Cohen, C. J. (1997). Punks, Bulldaggers, and Welfare Queens: The Radical Potential of Queer Politics?. In: *GLQ - A Journal of lesbian & gay studies*, Vol. 3. Canada: Overseas Publishers Association
- Correia, B. R. A., & Pereira, C. F. (2015) Está a heterossexualidade para a homossexualidade assim como a natureza está para a cultura? O homossexual como o outro. *Anais XI CONAGES*. Realize Editora. www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/10626
- Dalgallarrondo, P. (2018). *Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais*. Artmed Editora.
- Foucault, M. (2012). *História da sexualidade I.- A vontade de saber*. Paz & Terra.
- Francisco, L. C. F. D. L., Barros, A. C., Pacheco, M. D. S., Nardi, A. E., & Alves, V. D. M. (2020). Ansiedade em minorias sexuais e de gênero: uma revisão integrativa. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 69, 48-56.
- Grimm, R. É. (2017). Heteronormatividade e transfobia: sobre a invisibilidade trans lésbica. *Sapa Profana*. <https://sapaprofana.wordpress.com/2017/02/01/heteronormatividade-e-transfobia-sobre-a-invisibilidade-trans-lesbica/>
- Jesus, J. G. (2017) *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989#:~:text=Identidade%20de%20g%C3%AAnero%20e%20orienta%C3%A7%C3%A3o,tanto%20quanto%20as%20pessoas%20cisc%C3%AAnero.&text=Modo%20de%20agir%20em%20determinadas,%C3%A0s%20pessoas%20desde%20o%20nascimento.
- Kahhale, E. M. S. P., & Montrezol, J. R. (2019). Práxis clínica:: a psicoterapia como movimento dialético ante a desigualdade sociossexual. *Psicologia em Revista*, 25(2), 924-941. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2019v25n2p924-941>
- Kahhale, E. M. S. P., da Costa, C. M. A., & Montrezol, J. R. (2020). A clínica psicológica: da tradição alienante à potência sócio-histórica do sujeito. *Revista Psicologia Política*, 20(49), 702-718. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v20n49/v20n49a18.pdf>
- Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962 (1962, 27 de agosto). Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Presidência da República. planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4119.htm
- Louro, G. L. (2008). Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Pro-posições*, 19, 17-23.
- Louro, G. L. (2009) Heteronormatividade e Homofobia. In: R.D. Junqueira (org.). *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação, Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO.
- Lukács, G. (1978). As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. *Temas de ciências humanas*, v. 4, p. 1-18.
- Mattos, A. R., & Cidade, M. L. R. (2016). Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo. *Revista Periódicus*, 1(5), 132-153.

- Montreozol, J., & Kahhale, E. (2019). A Clínica na Psicologia Sócio-Histórica: uma abordagem dialética. *Psicologia Sócio-Histórica e Desigualdade Social: do pensamento à práxis*. Editora da Imprensa Universitária. https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1249/o/gisele_toassa-EBOOK.pdf.
- Montreozol, J. R & Kahhale, E,M.S.P. (2017) . Identidade sexual: metamorfose-emancipação a partir do materialismo histórico-dialético *In* A.A.S. de Oliveira, (org.) - *Psicologia Socio-Histórica e o Contexto de Desigualdade Psicossocial:teoria, método e pesquisas*. (pp.45-67) Ed. da UFAL
- Nascimento, L. (2021). *Transfeminismo (Feminismos Plurais)*. Editora Jandaíra.
- Pasqualini, J. C., & Martins, L. M. (2015). Dialética singular-particular-universal: implicações do método materialista dialético para a psicologia. *Psicologia & Sociedade*, 27, 362-371.
- Rosa, E. B. P. R. (2020). Cisheteronormatividade como instituição total. *Cadernos PET-Filosofia*, 18(2).
- Silva, A. K. L. S. D. (2013). Diversidade sexual e de gênero: a construção do sujeito social. *Revista do NUFEN*, 5(1), 12-25.
- Zanello, V., Fiuza, G., & Costa, H. S. (2015). Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. *Fractal: Revista de Psicologia*, 27, 238-246.
- Zanello, V. & Andrade, A. P. M. (2014). Saúde mental e gênero: diálogos, práticas e interdisciplinaridade. Editora Appris Ltda.

Sobre as autoras

- ¹ **Luisa Brandão Costa**. Graduada em Psicologia na Faculdade de Ciências Humanas e Saúde. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Participa do PIBIC/PUCSP. <https://orcid.org/0000-0001-9255-2328>. luisabrandao750@gmail.com.
- ² **Júlia Pagano Costa**. Mestranda do Programa de Pos Graduacao em Psicologia Clínica. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Bolsista CAPES. <https://orcid.org/0000-0002-3129-9005>. p.a.g.a.n.o23@gmail.com.
- ³ **Edna M. S. Peters Kahhale**. Professora Associada Faculdade de Ciências Humanas e Saúde. Programa de Pos Graduacao em Psicologia Clínica. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. <https://orcid.org/0000-0002-8711-2931>. ednakahhale@pucsp.br.
- ⁴ **Beatriz Borges Brambilla**. Professora Assistente Mestre Faculdade de Ciências Humanas e Saúde. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. <https://orcid.org/0000-0001-9157-8593>. bbbrambilla@pucsp.br.

Recebido em: 18/12/2021

Aceito em: 26/04/2022

Publicado em: 15/04/2023

**Representações de si, representatividade para as outras:
Autorrepresentações de mulheres lésbicas sobre a lesbianidade**

Maria Célia Araujo Tomé¹
Sibélius Cefas Pereira²

Resumo

O artigo apresenta os resultados parciais de uma pesquisa realizada no ano de 2020, na qual se objetivou conhecer as representações sociais de mulheres lésbicas sobre a lesbianidade. O estudo, de caráter qualitativo e orientado pelas produções teóricas do lesbofeminismo e pela Teoria das Representações Sociais, produziu seus dados a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas com oito mulheres que se auto-designam como lésbicas. Os dados foram submetidos à Análise de Conteúdo na perspectiva de Bardin, possibilitando a organização das informações em categorias temáticas. Os resultados articulam-se em torno de três dimensões específicas: individual, social e política, a partir das quais emergiram, em cada, duas categorias temáticas. Nesta exposição, focaliza-se na dimensão individual e suas respectivas categorias: a) o processo de autopercepção como lésbica e b) teorizações sobre a lesbianidade.

Palavras-chave: lesbianidade; representações sociais; mulheres.

**Representations about yourself, representativeness for others:
self-representations of lesbian about lesbianity**

Abstract

The article presents the partial results of a research accomplished in 2020, in which the objective was to know the social representations of lesbians about the lesbianity. This qualitative study was guided by the lebofeminist theory and the Theory of Social Representations. The data was produced from the semi-structured interviews were fulfilled with eight lesbians. The data were subjected to Content Analysis from Bardin, and the informations was organized into thematic categories. The results was articulated around three specific dimensions: individual, social and political, from which emerged, in each, two thematics categories. This discussion focuses on the individual dimension and their respective categories: a) the process of self-perception as lesbian and b) theories about lesbianity.

Keywords: lesbianity; social Representations; women.

¹ Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), Campus Poços de Caldas

² Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), Campus Poços de Caldas

Introdução

A sexualidade, ao representar uma dimensão humana constituída por diversos elementos, como práticas, linguagem, desejo, modos de pensar e agir etc., insere-se em uma conflituosa arena de interesses, seja no aspecto simbólico como no político. Pesquisas, em especial nas Ciências Humanas, buscaram, ao longo do tempo, adentrar este campo marcado por disputas narrativas cujas bases ancoram-se, predominantemente, em uma perspectiva universalmente biológica do ser humano, ou seja, atribuindo-lhe explicações exclusivamente a partir de sua anatomia e de suas características genéticas (Navarro-Swain, 2006).

Estas mesmas Ciências, dentre elas a Psicologia, foram de grande importância na formulação e disseminação de discursos sobre a homossexualidade e a lesbianidade, muitas vezes partindo dos mesmos pressupostos arraigados e difundidos pelas Ciências Biológicas (Borges, 2008). A partir do século XIX, percebe-se a estruturação de um jogo de legitimação entre moral, lei e ciência, em que esta última se ocupa da formulação das bases para a construção do que seria considerado “normal”. Assim, surge na medicina a categoria “homossexual”, um personagem a ser investigado a partir do qual se caracteriza a homossexualidade em termos médicos, psiquiátricos e psicológicos (Foucault, 1999).

Neste contexto, instaura-se na sociedade ocidental moderna a categorização dos sujeitos que, de perversos a invertidos, passam a ser classificados patologicamente e, portanto, controlados, distribuídos por uma rede de prazeres-poderes articulada e difundida, em especial, pelas instituições psiquiátricas, escolares e pela família (Foucault, 1999). Neste interim, o sexo e a sexualidade adquirem marcações hierarquizadas, elaboradas e reproduzidas a partir de um discurso da verdade (Selem, 2007), atribuindo à genitália a distinção máxima, que estabelece e pré-determina o humano em feminino e masculino (Navarro-Swain, 2006).

A lesbianidade, termo aqui utilizado em referência aos processos de subjetivação relativos à orientação sexual e/ou identidade política de mulheres que se relacionam afetivo-sexualmente exclusivamente com mulheres e que se autoatribuem como lésbicas (Toledo, 2008), compartilha da lógica de categorização para fins de patologização citada anteriormente. Em virtude disto, é necessário pontuar que definições estigmatizantes marcam a construção histórica desta categoria, de modo que atribuições ancoradas no machismo e na “[...] hipervaloração dada à crença em uma

‘natural diferença anatômica’ subsumida pelo falo, tenham contribuído para esse tipo de interpretações” (Toledo, 2008, p. 134).

Observando-se um cenário marcado por extremos índices de violência como o do Brasil, que em 2016 registrou uma média diária de 13 mulheres assassinadas e outras 135 estupradas (Cerqueira et al., 2018), além do contexto lgbtfóbico³ no qual, no ano de 2018, uma pessoa LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais) foi assassinada a cada 20 horas, conforme apontado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB, 2019), demonstra-se a urgência e importância em se abordar a questão das mulheres lésbicas. Reconhecendo-se as especificidades concretas que atravessam estas existências por serem mulheres e não heterossexuais, os respectivos dados apresentam uma grave situação de vulnerabilidade ao sofrimento psíquico, físico e social que ameaça a realidade das lésbicas brasileiras.

Como apontam Peres, Soares e Dias (2018), em seu pioneiro e minucioso trabalho acerca do assassinato de mulheres lésbicas, o Dossiê sobre lesbocídio no Brasil, entre os anos de 2014 e 2016, estima-se uma média de 17,6 casos de assassinatos de lésbicas por ano. O termo “lesbocídio” é proposto pelas autoras como uma reivindicação, tendo-se em vista a escassez de dados provenientes do Estado, em especial referente às inúmeras violências e opressões sofridas por lésbicas.

Deste modo, lesbocídio é definido “como morte de lésbicas por motivo de lesbofobia ou ódio, repulsa e discriminação contra a existência lésbica” (Peres, Soares & Dias, 2018, p. 19). Aqui, valida-se de uma segunda reivindicação, qual seja pela legitimação do termo lesbofobia: “[...] um tipo específico de violência sofrida por lésbicas [...] pouco discutida, sobretudo fora dos espaços de luta por Direitos Humanos e Justiça Social protagonizados pelos movimentos feministas e LGBT” (Silva, 2016, p. 78). Segundo a autora, o termo lesbofobia surgiu nos anos 1990 em referência a violências direcionadas às lésbicas, mas, ainda hoje, trata-se de um vocábulo inexistente nos dicionários e pouco referenciado em bases de dados disponíveis nos meios digitais.

Em nossa cultura, por diversas vezes utiliza-se “homofobia” como um termo genérico, estendido ao que se deveria ser compreendido como lesbofobia. Isto decorre tanto por haver maior número de estudos sobre a homossexualidade masculina se comparados aos de mulheres lésbicas, como pelo fato de que muitos dos trabalhos que abordam a lesbianidade o fazem

³ Termo utilizado em referência à violência sistêmica que afeta lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

considerando-a enquanto uma categoria “homossexual” ou de “pessoas homossexuais”, ignorando-se as especificidades inerentes às lésbicas (Lorenzo, 2012).

Partindo-se de uma perspectiva da lesbofobia enquanto uma construção cultural, vale-se da seguinte compreensão, conforme elucidada por Silva (2016):

A lesbofobia é mecanismo político de opressão, dominação e subordinação das lésbicas cujo núcleo central é o sexismo, que articula o machismo, a misoginia e a homofobia [...] a lesbofobia implica uma especificidade concreta, pois nós lésbicas sofremos dupla discriminação, opressão e subordinação por sermos socialmente reconhecidas como mulheres não heterossexuais (p. 81).

Pensando-se no cenário apresentado, este artigo busca analisar as representações sociais sobre a lesbianidade produzidas por oito mulheres lésbicas. Tomando-se como aporte teórico a Teoria das Representações Sociais, uma proposta formulada no âmbito da Psicologia Social e que trabalha com os conhecimentos produzidos e compartilhados no senso comum (Jodelet, 2001; Moscovici, 2007), articulando-a às produções de teóricas do pensamento feminista e lesbofeminista, este texto apresenta parte dos resultados obtidos em uma pesquisa mais ampla. No trabalho que originou os dados discutidos aqui, objetivou-se conhecer as representações sociais de mulheres lésbicas sobre a lesbianidade, buscando-se identificar as representações e significados atribuídos à lesbianidade através dos discursos de mulheres lésbicas; compreender o papel da família e da sociedade no processo de produção das representações sobre a lesbianidade; e analisar as influências do feminismo na construção destas representações.

Este estudo justifica-se pela identificação da escassez do tratamento do tema no contexto acadêmico, a qual pode ser percebida como um reflexo da invisibilidade lésbica cotidiana. Em um levantamento bibliográfico realizado por Ziller e Barretos (2020), as autoras constataram os seguintes números: “Considerando apenas resultados em português, a busca pelo termo sexualidade no Portal Periódicos retorna 5.442 artigos; o termo gay, 1.907 artigos; homossexualidade, 955; LGBT, 587; teoria *queer*, 452; travesti, 272; lésbica, 254; travestilidade, 57” (Ziller & Barretos, 2020, p. 7).

Diante do apontado pelas autoras, é necessário reconhecer que, de fato, há poucos estudos sobre as lesbianidades se comparados a outras pesquisas referentes à sexualidade humana ou à homossexualidade masculina. Desta maneira, como afirma a historiadora Tania Navarro-Swain (2000) “o que a História não diz não existiu” (p.13), investigar os sentidos atribuídos por lésbicas às suas lesbianidades, mais do que favorecer a produção teórica sobre o tema, esta pesquisa visa

contribuir para a visibilização dessas existências, historicamente apagadas, distorcidas e incompreendidas, destituídas do poder de fala e do reconhecimento enquanto categoria política.

Método

A pesquisa da qual se origina este artigo foi realizada no âmbito do Programa de Bolsas de Iniciação Científica, Tecnológica e Inovação (PROBIC) da PUC Minas *campus* Poços de Caldas – MG, no ano de 2020. Realizou-se uma revisão da literatura da produção científica sobre o tema, em especial, em Teses e Dissertações disponíveis no Banco de Teses & Dissertações da CAPES⁴. Este estudo caracteriza-se como investigação qualitativa, do tipo descritivo.

Assumindo-se que o trajeto percorrido na busca pela compreensão da representação deve considerar a produção subjetiva das/os sujeitas/os sobre a realidade, de modo que a linguagem desponta como um importante instrumento de visualização e expressão de tais representações utilizou-se, nesta investigação, entrevistas semiestruturadas como técnica para a coleta de dados. Esta escolha demonstrou-se adequada aos objetivos propostos, tendo em vista a especificidade deste recurso em propiciar um “processo de negociação de sentidos entre o/a pesquisador/a e o/a entrevistado/a, pois na sua processualidade mantém, transforma e desafia os posicionamentos que vão ocorrendo durante a sua produção” (Aragaki et al., 2014, p. 59).

Contextualiza-se a necessidade de realização das entrevistas na modalidade virtual. Diante da situação de pandemia do novo coronavírus no ano de 2020, o recurso tecnológico mostrou-se necessário e apropriado. Assim, as entrevistas foram realizadas através do *Google Meet*, uma aplicação virtual gratuita e acessível, disponibilizada para instalação em computadores e celulares, possibilitando que as conversas ocorressem de forma síncrona.

As oito entrevistas, realizadas individualmente, ocorreram entre os meses de setembro e outubro do ano de 2020 e duraram, em média, 45 minutos. O roteiro semiestruturado continha questões que abarcavam desde o processo de autopercepção como mulher lésbica, passando-se pelas concepções compartilhadas pela família e pela sociedade segundo a visão das participantes da pesquisa, até o tema do feminismo como possível influência para a produção de representações acerca da lesbianidade.

⁴ Disponível em: <http://bancodeteses.capes.gov.br>

Ressalta-se, ainda, a valorização da postura ética no decorrer do processo de pesquisa. Desde a submissão ao Comitê de Ética da Universidade e sua posterior aprovação, a elaboração do Termo de Consentimento a ser assinado pelas participantes, até a atenção dada à proteção das informações que possibilitassem a identificação das sujeitas deste estudo, o compromisso ético permeou as várias etapas da pesquisa. Os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido foram enviados às entrevistadas, que receberam todas as informações sobre o preenchimento e envio do documento assinado, de modo que todas digitalizaram e enviaram os Termos devidamente preenchidos aos pesquisadores.

2.1 Caracterização das entrevistadas

Tabela 1.

Dados das Participantes da Pesquisa

Nome ⁵	Idade	Ocupação	Pessoas com quem mora	Autoatribuição étnico-racial
Adriana	24	Estudante	Colegas de faculdade	Branca
Angela	23	Estudante	Pais	Branca
Bethânia	26	Estudante	Avó	Branca
Bia	21	Estudante	Colega de faculdade	Branca
Cássia	36	Geógrafa e professora	Sobrinho	Amarela/Parda
Leci	34	Bióloga e pesquisadora	Mãe	Branca
Sandra	30	Contadora	Sozinha	Negra e Mestiça
Zélia	36	Contadora	Esposa e filha	Branca

Nota. Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Participaram desta investigação oito mulheres, com idades entre 21 e 36 anos, que se autodesignam como lésbicas. Seis residiam em uma mesma cidade de tamanho médio localizada ao sul de Minas Gerais, uma em uma cidade de pequeno porte do mesmo estado, e uma na capital de São Paulo. Em relação a autoatribuição étnico-racial, a pergunta foi realizada de forma aberta e espontânea a todas as participantes, das quais seis se atribuíram como brancas, uma como Amarela/Parda e uma como Negra e Mestiça. Não foram realizadas questões sobre a atribuição de identidade de gênero.

⁵ Para garantir o anonimato das entrevistadas, foram utilizados nomes fictícios, escolhidos a critério dos pesquisadores.

2.2 Procedimentos da análise dos dados

A seguir da realização e transcrição integral das entrevistas, realizou-se a leitura e revisão do material coletado a fim de se cumprir com os objetivos propostos. A partir disto, as informações recolhidas foram submetidas à Análise de Conteúdo, uma proposta que se refere a “técnicas de pesquisa que permitem tornar replicáveis e válidas inferências sobre dados de um determinado contexto, por meio de procedimentos especializados e científicos” (Minayo, 2014, p. 303).

O desenvolvimento de uma análise de conteúdo determina a execução de algumas etapas que possibilitam à/ao pesquisadora/or definir e classificar as unidades de sentido de modo a desvendar novas significações, a fim de conferir legitimidade à composição da pesquisa. Assim, conforme a proposição de Bardin (2011), a análise de conteúdo constitui-se em três etapas fundamentais, sendo estas: a pré-análise; a exploração do material; e o tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A primeira fase é dedicada à organização das etapas de análise, com o objetivo de “tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso de desenvolvimento das operações sucessivas em um plano de análise” (Bardin, 2011, p. 123). Assim, nesta etapa, realizou-se uma leitura exaustiva do conteúdo produzido pelas participantes, procedimento definido pela autora supracitada como “leitura flutuante”, a partir da qual se estabeleceu uma primeira aproximação com o texto.

Em seguida, efetuou-se a escolha dos documentos, retomando-se os objetivos da pesquisa para a seleção dos conteúdos significativos ao cumprimento daqueles. Neste momento, estipulou-se o *corpus* do estudo, ou seja, o “conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos” (Bardin, 2011, p. 126).

Após este momento, delimitou-se as unidades de codificação ou de registro, em que “executam-se certos recortes a nível semântico, por exemplo, o ‘tema’, enquanto que outros são feitos a um nível aparentemente linguístico, como a ‘palavra’ ou a ‘frase’” (Bardin, 2011, p. 134).

Na pesquisa, optou-se pela utilização de uma análise temática que, conforme apontado pela autora, enquadra-se como uma categoria semântica. Enquanto unidade de registro, o tema corresponde a uma regra de recorte (do sentido e não da forma) que não é fornecida uma vez por todas, visto que o recorte não parte de manifestações formais reguladas, mas é dependente do

nível de análise. O tema é a unidade de significação que se sobrepõe ao texto analisado a partir de certos critérios relacionados à teoria que serve de base à leitura (Bardin, 2011).

A partir de tais procedimentos, realizou-se a exploração do material, segunda etapa do processo, dedicada à operação de codificação, compreendida pelo recorte (escolha das unidades), enumeração (determinação das regras de contagem) e classificação (escolha das categorias). Nesta etapa, agregaram-se as unidades de registro, estabelecendo-se as categorias que emergiram das falas das interlocutoras.

Finalmente, na terceira fase, em que se trabalhou com os resultados obtidos e a interpretação destes, os dados brutos puderam ser tratados de maneira significativa. Seguindo-se o procedimento de análise temática, inicialmente, os conteúdos foram agregados de acordo com três temas referentes a dimensões específicas da constituição subjetiva e social das lésbicas participantes.

Desta maneira, os resultados foram articulados em torno de três eixos temáticos, assim denominados: dimensão individual, dimensão social e dimensão política. Em cada um destes eixos emergiram duas categorias temáticas, respectivamente: a) o processo de autopercepção como lésbica e b) teorizações sobre a lesbianidade; c) repercussões do contexto familiar e d) implicações sociais da lesbianidade; e) o feminismo como possibilidade de compreensão e de transformação e f) um instrumento de luta das mulheres.

No presente artigo, focaliza-se no primeiro eixo temático, qual seja o da Dimensão Individual, em que foram trabalhadas as categorias O processo de autopercepção como lésbica e Teorizações sobre a lesbianidade, e suas respectivas subcategorias (**Tabela 2**).

Tabela 2.

Categorias Temáticas e Subcategorias da Dimensão Social

Eixo temático	Categorias Temáticas	Subcategorias
Dimensão Individual	O processo de autopercepção como lésbica	A identificação da diferença O reconhecimento da diferença como parte de si A aceitação da diferença
	Teorizações sobre a lesbianidade	Da condição inata à concepção de processo Do rótulo à representatividade

Nota. Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

3 Análise e Discussão dos Resultados

Nesta discussão, adota-se como Dimensão Individual os conteúdos que se referem às perspectivas próprias das participantes do estudo. Ressalta-se que situar as categorias temáticas em torno de diferentes dimensões constitutivas destas mulheres visa, especificamente, fornecer possibilidades de compreensão acerca dos diferentes elementos que constituem a experiência com a lesbianidade das mulheres lésbicas que participaram desta investigação.

Concebendo-se as representações sociais enquanto um sistema de interpretação, permeado de elementos que se formam a partir de trocas efetivas entre o desenvolvimento individual e coletivo (Jodelet, 2001), a presença dos aspectos subjetivos, constitutivos da individualidade, constam ativamente no processo de produção das representações. Desta maneira, ainda que inseridas nos mais distintos contextos culturais e atravessadas por diferenças raciais, sociais e econômicas, imersas em um sistema de pensamento mais amplo, representar-se como lésbica assim como representar a lesbianidade referem-se a um ato de pensamento protagonizado pelas próprias mulheres aqui entrevistadas.

Focalizando-se nos conteúdos agrupados em torno das concepções sobre a lesbianidade produzidas por estas sujeitas, emergiram-se duas categorias temáticas: o processo de autopercepção como lésbica e teorias sobre a lesbianidade, às quais se associaram subcategorias, conforme o exposto a seguir.

3.1 O processo de autopercepção como lésbica

Segundo os relatos, a autopercepção como mulher lésbica trata-se de um processo difícil, confuso e imerso em uma ampla rede de significados que atribuem algum sentido ao “diferente”. Todas as oito entrevistadas utilizaram o termo “diferente” ao designarem um sentimento que, para a maioria delas, sempre existiu. Diante da recorrente utilização do termo, bem como do seu potencial representativo, ou seja, por ter sido utilizado por todas as participantes, utilizou-se a forma substantiva da palavra – diferença – para nomear as três subcategorias articuladas ao processo de autopercepção como lésbica.

Válido observar também que, ao se referirem ao início do percebimento de que poderiam ser lésbicas, a lesbianidade não foi nomeada. Isto é, ao reviverem suas infâncias e/ou adolescências, rememorando suas primeiras percepções frente à lesbianidade, as participantes

buscaram em outros substantivos, como “coisa” ou “sensação”, os recursos necessários para simbolizarem aquilo que ainda não compreendiam.

Enquanto um processo, a elaboração de si mesma como lésbica, conforme trazido pelas mulheres que participaram deste estudo, pode ser pensado em três momentos ou fases distintas, aqui definidas nas três subcategorias desta primeira categoria temática. A identificação da diferença, primeira subcategoria, refere-se ao momento da descoberta da existência de uma sexualidade que foge à norma, sendo considerada, portanto, diferente, estranha, anormal, errada, impactante.

As primeiras conotações destas mulheres ao identificarem a existência da diferença variam, em um mesmo espectro de significações e atribuições, da total falta de compreensão diante do estranho percebido até o mais alto estágio de desconforto e confusão, culminando, em grande parte, em profundo sofrimento psíquico. Como relataram, as qualificações de estranha e diferente tratam-se de designações que as acompanham desde muito cedo, assim como a incompreensão diante de um sentimento desconhecido que se instala independentemente da maturidade ou inocência: “[...] a vida toda eu sempre fui muito **diferente**. Na escola todo mundo gostava de fulano, mas a Sandra gostava da sicrana” (Sandra, 30 anos, grifo nosso). “[...] eu devia ter uns oito anos, que eu lembro certinho que tinha uma menina que eu achava ela muito bonita... aí eu falei assim: “**estranho!** Não tá **normal**” (Bia, 21 anos, grifo nosso). “[...] eu sempre me senti **diferente**. Quando a gente é pequena, a gente não sabe no quê, a gente só não se enquadra” (Angela, 23 anos, grifo nosso).

[...] foram sinais inocentes assim... muito cedo, sabe? Eu me lembro de olhar uma fita, daquelas fitas de música [...] e ficar apaixonada por uma mulher da novela, tá ligada? [...] só que lógico que era uma paixão assim que eu não sabia explicar (Leci, 34 anos).

Afinal, ao que se deve a representação do que, nas palavras das entrevistadas, denomina-se diferente? Para responder a esta indagação, necessita-se traçar um caminho oposto, tomando-se como ponto de partida aquilo que é tido como igual, para então retomar-se a linha de pensamento que busca lançar alguma objetividade àquilo que faz com que sentimentos, pensamentos e desejos sejam considerados tão avessos ao que se tem enquanto norma posta na sociedade.

Segundo Rich (2010), quem teorizou sobre a “heterossexualidade compulsória”, esta consiste em um sistema, socialmente instituído, que normatiza e naturaliza a noção de que todas

peçoas são heterossexuais, sendo a heterossexualidade a única expressão aceita dentro dos padrões de normalidade frente à sexualidade. Neste caso, o considerado “normal” refere-se a uma atração natural e invariável pelo sexo oposto, na busca de uma complementariedade afetivo-sexual, indicando, além da finalidade máxima da procriação, a oposição de papéis sociais e sexuais entre mulheres e homens ao se concretizar, compulsoriamente, dentro da instituição do casamento.

Aqui, cabe uma distinção traçada por Mezzari (2017) entre a heterossexualidade compulsória e a heteronormatividade, termos muitas vezes abordados como sinônimos. Para a autora, enquanto a primeira “faz menção a uma norma que força a heterossexualidade para todas as pessoas, a heteronormatividade se refere a imposição de uma forma de organizar nossas vidas pautada pelo modelo heterossexual” (p. 26). Desta forma, percebe-se que tudo o que fuja à norma, ao padrão, às expectativas de uma sociedade fundada pelas imposições da heterossexualidade compulsória, conseqüentemente, é tido como estranho, diferente, fora da normalidade e incompreensível.

Inseridas em um ambiente heterossexual, onde tudo o que se percebe ao redor é direcionado a uma sexualidade específica, justifica-se a nomeação de “diferença” ao que estas mulheres começaram a perceber sobre si mesmas. A diferença não é assimilada pelas entrevistadas apenas como aquilo que não é igual, mas como algo que atormenta, que gera confusões, que causa isolamento e sofrimento.

A partir deste primeiro momento, após a identificação da diferença, passa-se, então, ao reconhecimento da diferença como parte de si, segunda subcategoria discutida aqui.

Para as mulheres entrevistadas neste estudo, este segundo momento do processo de autopercepção foi permeado pela necessidade de compreensão daquilo que se passava consigo. Como algumas relataram, a homossexualidade não apenas passava longe de ser uma possibilidade de vivência da sexualidade como era um tema inexistente em suas vidas cotidianas. Como pode-se perceber nos seguintes trechos: “Na minha realidade não existia homossexualidade [...] ninguém era gay. Eu não conhecia essa realidade” (Bethânia, 26 anos). “[...] não existiam informações acerca do tema para eu entender que o que eu estava passando era natural, sabe?” (Cássia, 36 anos).

Conforme afirma Jodelet, “sempre necessitamos saber o que temos a ver com o mundo que nos cerca” (Jodelet, 2001, p. 17), de modo que, a partir da percepção de algum evento que fuja à normalidade ou às convenções socialmente estabelecidas, as pessoas partem em busca de referenciais que permitam o estabelecimento de um sentido. Assim, a falta de informações sobre a lesbianidade e homossexualidade é apontada pelas entrevistadas como um fator adverso no processo de reconhecimento de si como lésbica.

Devido à inexistência, no cotidiano, de conteúdos que as auxiliassem neste processo, estas mulheres partem em busca de referências fora de seus ciclos sociais. Para duas participantes, a internet é realçada como uma importante aliada neste processo: “[...] até eu descobrir, por conta própria, provavelmente na internet” (Bethânia, 26 anos). “O que me salvou foi a internet [...] quando eu fiz 12 anos, meu pai colocou internet em casa e eu comecei a pesquisar mais, e tudo mais... fui entrando em bate-papo de início” (Sandra, 30 anos).

Conforme o exposto, os meios de comunicação eletrônicos possibilitaram um contato virtual com aquilo que não existia como materialidade nos relacionamentos interpessoais vividos presencialmente. No processo de reconhecimento, faz necessário visualizar aquele modelo com o qual se reconhece.

Na experiência de Leci, o estabelecimento deste contato, que possibilitou uma proximidade maior com aquele “diferente” identificado em si, ao invés da internet, se deu através de um grupo de colegas:

[...] eu conheci uma galera, e nessa galera tinha um casal de mulheres, que já eram libertas, já andavam de mãozinha dada na rua, estavam se lixando para os olhares tortos e agiam como um casal deve agir, né, normalmente, assim como um hétero reage na rua. E eu fiquei muito maravilhada com aquilo, fiquei: “nossa, que legal! Fera! Parece que eu quero também” (Leci, 34 anos).

Interessante observar nestes últimos trechos que, após todas as sensações de inquietação, incompreensão e estranhamento, vivenciadas na primeira fase do processo de autopercepção, estas mulheres abriram-se para a descoberta de uma nova possibilidade. Ressalta-se, como apontado por elas, que essa abertura ocorreu gradualmente, a custas de abstenções e muitos questionamentos.

Enquanto o primeiro momento foi vivenciado de modo muito restritivo, isto é, limitado a diálogos internos e dúvidas que, muitas vezes, estas mulheres não conseguiam, não podiam ou

não haviam recursos emocionais para conseguirem exteriorizá-las, nesta segunda fase já existe uma projeção para o externo. Tanto o impulso em buscar por conteúdos relacionados à lesbianidade na internet como o encantamento ao se deparar com um casal lésbico que vive o seu relacionamento livremente, ambos refletem um deslocamento no reconhecimento da própria sexualidade, que parte do interior dos próprios pensamentos rumo ao encontro, no ambiente social, daquilo que se busca entender.

Desta maneira, um grande questionamento rompe com as rígidas estruturas do regime heterossexual compulsório e atinge em cheio um dos principais objetivos deste sistema, dedicado à imposição da heterossexualidade como norma e prática obrigatória. Trata-se de uma importante estratégia da heterossexualidade, tornada compulsória através de artifícios culturais, que deslizam e impregnam-se pelos meios educacionais, formais e informais (Navarro-Swain, 2010), denominada por Rich (2010) de “ideologia do amor heterossexual”.

Tal ideologia reveste-se de uma série de artifícios utilizados como convencimento e reiteração do relacionamento heterossexual como um ideal, transmitidos, incessantemente, através “[...] dos contos de fada, na televisão, nas propagandas, canções populares, nas cerimônias nupciais” (Navarro-Swain, 2010, p. 48). Corroborar-se ao apresentado pelas autoras o que foi relatado pelas mulheres deste estudo, cuja metade das participantes afirmaram terem vivenciado relacionamentos heterossexuais em suas vidas. Como se segue: “[...] eu fui casada com um homem, casei com 16 anos, eu engravidei e acabei casando” (Zélia, 36 anos). “Eu já tinha namorado homem fazia muito tempo... por não conhecer nada, né? Fiquei com um mocinho na festa, daí fiquei namorando ele” (Bethânia, 26 anos). “[...] porque até então, eu namorava um garoto, e eu nunca tinha falado pra ninguém dessa minha vontade de conhecer uma menina, né, nunca!” (Leci, 34 anos).

[...] eu acabei caindo em um relacionamento heterossexual, que foi muito bom pra saber o que eu não queria, mas eu li um texto sobre heterossexualidade compulsória [...] e eu falei: “gente! Será que é isso aí? Será que é por isso?” (Angela, 23 anos).

Conforme apontado nos fragmentos, pode-se perceber a experiência em relacionamentos heterossexuais por duas perspectivas: a primeira, representada nos dois relatos iniciais, refere-se à participação em uma relação heterossexual anterior à percepção de si como lésbica, como se houvesse uma ruptura espaço-temporal entre a concepção de si como uma mulher que vivenciou um relacionamento heterossexual e o autorreconhecimento como lésbica. Já a segunda

perspectiva, analisada por meio dos dois últimos trechos, refere-se ao processo de elaboração de si como lésbica em meio a uma relação heterossexual, sugerindo a vivência desta experiência como um estímulo ao questionamento da própria sexualidade.

Reafirma-se, portanto, que o processo de reconhecimento de si atravessa o outro, seja o outro que se rejeita, ou a outra que passa a ser vista como um potencial centro a serem direcionados afeto e desejo. Assim, o primeiro contato afetivo-sexual com uma outra mulher trata-se de uma experiência decisiva na trajetória das participantes deste estudo. A investida a qual se propõem estas mulheres após um longo período de introversão, reflexões e amadurecimento acerca da sexualidade, representa um ato de permissão aos próprios desejos, como pode-se observar: “[...] foi quando eu me permiti entender... quando eu beijei uma menina pela primeira vez e, desde então, nunca mais fiquei com homem! Foi uma quebra total assim” (Bia, 21 anos).

E aí eu fiquei meio que a fim de uma amiga e aí tudo isso foi... me levou a questionar a minha heterossexualidade, até que ponto eu era hétero mesmo e tudo mais. Aí depois que eu terminei, eu fiquei com uma menina e eu vi que era aquilo lá mesmo (Angela, 23 anos).

Eu sempre tive atração por mulheres, mas achava que não era algo... sei lá... tipo, achava mulher bonita, gente boa, não era a mais. Acho que foi a partir da primeira vez que eu fiquei com uma menina mesmo que eu me percebi como lésbica (Adriana, 24 anos).

Através destes fragmentos, a “quebra”, como nomeada por Bia, vai muito além de uma ruptura no âmbito das relações, como trouxe Angela, ao dizer de uma decorrência de seus questionamentos acerca da heterossexualidade. Estas interrupções significam o encerramento de uma existência forjada pelas coerções estabelecidas pela heterossexualidade compulsoriamente posta, que opera sempre no sentido de impor às mulheres a negação de sua sexualidade, a restrição de suas vontades e o direcionamento de sua admiração aos homens.

Ainda como efeito de um sistema impositivo dos desejos e das práticas sexuais, heterossexualmente orientadas, a fase do reconhecimento da diferença em si, ou seja, do autorreconhecimento como lésbica, é atravessada também por cargas de sofrimento psíquico. Como verifica-se nestas duas falas: “Quando eu me reconheci, que eu me permiti reconhecer que eu era lésbica, eu estava numa crise de depressão muito forte, então, foi assim. Três anos da minha vida, ensino médio que foi completamente perdido, completamente conturbado” (Bia, 21 anos).

[...] eu casada ainda, entendeu? Eu não conseguia ver ele como parte de mim [...] era muito complicado! A gente se dava bem, mas era tipo, mais uma amizade mesmo. E aí, como eu fui

provocando muito vômito [...] comecei a ter esofagite, comecei a ter um monte de coisa (Zélia, 36 anos).

Como aponta Toledo (2008), o processo de percepção como mulher lésbica pode ser atravessado por uma dificuldade de reconhecimento como pertencente a uma história, bem como pelo temor da exclusão social e familiar. Segundo a autora, estes sentimentos conduzem estas mulheres a uma posição:

[...] de vulnerabilidade ao sofrimento físico e psíquico, bem como lhes dificultaria o acesso a direitos, logo, de serem cidadãs, além de influenciar em outros aspectos relevantes de sua vida afetivo-sexual, tais como: os cuidados de si/do outro, o encontro de parcerias, sua relação com o prazer, o amor, o trabalho e outros aspectos importantes de sua socialização primária (a família) e secundária (o campo social) (p. 32).

A seguir, aborda-se a terceira subcategoria deste eixo temático, a aceitação da diferença. Após identificar a existência da homossexualidade/lesbianidade, até certo ponto, rompendo-se com concepções estereotipadas e reconhecendo a possibilidade de perceber a si mesma como lésbica, a aceitação de si, nesta pesquisa, trata-se do terceiro momento deste processo de autopercepção.

As qualificações das participantes do estudo frente à aceitação remetem-se à exigência de uma determinação para o rompimento de padrões. Ante a possibilidade de assumir-se como lésbica, muitos medos marcaram a trajetória destas mulheres, o que reafirma a atitude de aceitação de si mesmas como um ato de coragem: “depois que eu fui pra faculdade que eu fui criar coragem para assumir, assim, pra tentar, entendeu? Aí daí pra frente eu falei: “nossa! Então entendi!” Eu queria voltar eu mesma pequenininha e falar: “ah! Você é sapatão!” (Bethânia, 26 anos).

[...] foi quando eu, tipo, chutei o pau da barraca mesmo e vi que não, gente, eu preciso viver a minha vida, eu preciso viver... não quero mais isso pra mim. E tanto que, depois que eu me assumi, acabou o meu problema com bulimia (Zélia, 36 anos).

Conforme a enunciação de Zélia, a decisão pela assunção da lesbianidade é associada ao processo de cura de um transtorno alimentar. Além disso, a aceitação abre caminhos para a compreensão de si, para o autocuidado e amor próprio, como apontado pela outra interlocutora: “[...] e eu assumi, comecei a gostar de mim mesma desse jeito” (Bethânia, 26 anos).

Entretanto, as maiores dificuldades no processo de aceitação, após vivenciarem as duas fases elencadas nas subcategorias debatidas anteriormente (identificação e reconhecimento),

revelam-se através dos medos trazidos pelas participantes. De certo modo, a decisão de assumir, aqui representado pelas mulheres como contar para a família sobre a própria sexualidade e vivenciar a lesbianidade abertamente perante a sociedade, permeia a etapa da aceitação de si. Afinal, há a necessidade de legitimação das pessoas que estão ao redor, de modo que a aceitação de si acaba por sofrer interferências do olhar e da aprovação do outro. E é exatamente neste aspecto que estas mulheres se deparam com o medo: “Eu morria de medo! Tinha medo de perder os amigos, de família... porque até então, todas as histórias que chegavam até mim [...] era assim que eles falavam: ‘o cara virou gay e foi expulso de casa’” (Leci, 36 anos).

Eu não me abria e isso acontece com quase todo mundo: pessoas, adolescentes, jovens, adultos que não se abrem, que não saem do armário é por medo, não é por vergonha por achar que tá errado. É por medo de morrer! [...] era medo de ser violentada, eu tive amigas que apanharam por ser lésbicas (Cássia, 36 anos).

Diante do exposto até aqui, tem-se que a autopercepção como lésbica diz respeito a um processo complexo e singular. Cada mulher vive as fases, aqui categorizadas como identificação, reconhecimento e aceitação, ao seu modo e ao seu tempo. Ademais, a atribuição de “fases” diz respeito à articulação da análise realizada a partir dos dados coletados especificamente neste estudo.

Ressalta-se que, em hipótese alguma, toma-se como objetivo uma busca pela universalização dos temas tratados aqui, nem mesmo pretende-se definir a existência destas “fases” como elementos invariáveis na vivência lésbica. Tendo-se em vista os objetivos propostos no estudo, qual seja o de conhecer as representações sociais sobre a lesbianidade e, por decorrência, buscar compreender o que há de comum nas falas destas mulheres, ressalta-se que a vivência da lesbianidade trata-se de uma experiência única e repleta de especificidades que atribuem autenticidade e um caráter singular a cada uma das vozes aqui recuperadas.

3.2 Teorizações sobre a lesbianidade

Conforme discutido no tópico anterior, observa-se que as construções presentes no imaginário constitutivo da realidade social referente à figura da mulher lésbica fluem diretamente no processo de autopercepção da lesbianidade. Partindo-se de uma perspectiva de construção histórica da categoria lésbica que, reconhecido o papel de transgressão do padrão heterossexual, institui-se em meio à atribuições deste grupo enquanto um problema social (Borges, 2008), permeando-o de definições estereotipadas e estigmatizantes (Toledo, 2008), tem-se que o produto

das concepções elaboradas no senso comum acerca da representação da mulher lésbica acaba por entrar no universo de significações destas próprias sujeitas.

Ao passo que as representações sociais se constituem a partir da atividade e relação estabelecida entre as/os sujeitas/os com o objeto mundo (Guareschi & Jovchelovitch, 1999), as imagens, valores e opiniões referentes a determinado objeto fundam-se em verdades. As teorias e explicações, criadas, organizadas e compartilhadas no cotidiano, passam a ter a atribuição de “conhecimentos práticos constituídos a partir das relações sociais e, simultaneamente, ser o quadro de referência que permite dar sentido ao mundo e às ferramentas que instrumentalizam a comunicação” (Spink, 2013, p. 13).

Assim, articulou-se nesta categoria temática os conteúdos relativos às explicações dadas pelas participantes do estudo às suas lesbianidades. Assumindo-se a lesbianidade como categoria indicativa dos “processos de subjetivação relativos à orientação sexual e política, sexual e de gênero de mulheres com relações/práticas homoeróticas que se autoatribuem o nome lésbica ou similar [...] e sentem-se subjetivamente neste ‘lugar’” (Toledo, 2008, p. 11), as teorias elaboradas em torno desta vivência e produzidas pelas próprias mulheres que se situam neste lugar referem-se a um ponto fundamental desta investigação.

Desde atribuições que associam a sexualidade de mulheres lésbicas à noção de condição inata até aquelas que lançam sobre a lesbianidade uma abordagem processual, ou seja, considerando-a enquanto processo, as teorizações trazidas pelas entrevistadas são diversas. Assim, da condição inata à concepção de processo trata-se da primeira subcategoria desta categoria temática, em torno da qual articulam-se as visões, posições e argumentos expressos pelas sujeitas desta investigação acerca de uma determinada elaboração para a lesbianidade.

A partir do final do século XIX, as teorias científicas alinhadas ao pensamento da época, incluindo as noções que defendiam uma base anatômica para a explicação da homossexualidade, outrora disseminadas pela Igreja Católica, debruçaram-se em “delinear as fronteiras sobre as quais os homossexuais e as lésbicas iriam se definir, criando uma nova disciplina: a sexologia” (Borges, 2008, p. 31). A partir da sexologia, ocorreu um deslocamento da visão de homossexualidade que, anteriormente considerada como pecado e crime, passou a ser qualificada como patologia (Russo, 2011).

Já no século XX, por volta dos anos 1970, observa-se um embate teórico e prático ao redor do tema da homossexualidade, entre os construtos que abordam a temática a partir de perspectivas essencialistas e aqueles que partem de uma visão construcionista (Borges, 2008). Enquanto que os primeiros aplicam ao estudo da homossexualidade métodos e técnicas análogos aos aplicados ao reino animal, ressaltando-se, essencialmente, a biologia enquanto um determinante dos aspectos da sexualidade (Miranda & Alencar, 2016), a posição do construcionismo busca considerar o papel da sociedade na modelação e representação das condutas sexuais (Lessa, 2007).

Tal diversidade de concepções ainda influencia as tentativas de explicação da homossexualidade nos dias atuais, embora se perceba uma tendência de assunção do pensamento com base em uma abordagem essencialista, conforme enfatiza Toledo (2008):

As tentativas de explicação das homossexualidades têm sido tema recorrente no universo científico e no senso comum: quantidades desajustadas de hormônios, tamanhos anormais dos cérebros ou glândulas, formas corporais, relações familiares desestruturadas são alguns dos referentes das “teorias” formuladas, todos sem comprovação totalmente válida ou fidedigna. Para as lesbianidades, as referências são sempre masculinas, acreditando-se que *o motivo* de uma mulher se relacionar com outra seja devido a uma “falha” na experiência afetivo-sexual com homens, que, além de simplista, é extremamente machista (p. 193).

Diante do exposto, destacam-se algumas colocações retiradas das entrevistas: “Ser lésbica é uma dádiva da vida, adorei descobrir, tenho o maior prazer do mundo, sabe? Defendo a vida, porque também sou eu, eu nasci assim, ué” (Leci, 34 anos). “É uma condição que vem conosco [...] e a atração por mulheres não é física, é todo um contexto. São seres incríveis” (Zélia, 36 anos).

Eu não acho que é uma questão de escolha, eu acho que a gente nasce com... cada um tem o seu desejo íntimo, né, e cada um tem a sua consciência, seus gostos, e cada um gosta de uma coisa [...] eu, sendo lésbica, não é uma opção pra mim [...] mas, se eu pudesse escolher, entendeu, você acha que eu ia escolher sofrer? Entendeu... escolher ser julgada na rua... (Bethânia, 26 anos).

Hoje, ser lésbica, eu tento representar, sabe? Mas não é representar num papel de... de repente alguém falar: “nossa, mas você quer influenciar”, não! Não existe influência, ninguém influencia o outro a ser gay, ninguém influencia ninguém na sua orientação sexual (Cássia, 36 anos).

Segundo os fragmentos recuperados, percebe-se uma atribuição da lesbianidade ao campo da condição. “A gente nasce com”, “nasci assim” e “é uma condição que vem conosco” sugerem uma referência a uma ordem pré-estabelecida. Ainda que não exista nas explicações acima elaboradas uma indicação direta aos aspectos biológicos, como o estabelecimento de relação entre questões hormonais ou estruturas anatômicas (Toledo, 2008) e nem a uma suposta

“justificativa” para a lesbianidade, os trechos demonstram uma atribuição ao ser lésbica reportando-se a um conceito de inatismo.

No depoimento recuperado da entrevista com Cássia, a interlocutora enfatiza a impossibilidade de que exista qualquer influência na questão da orientação sexual. Tal argumento contesta uma concepção corrente no senso comum: a de que a homossexualidade possa ser determinada através do convívio social com pessoas homossexuais. Em outro momento da entrevista, Cássia faz uma menção direta à consideração de sua lesbianidade enquanto um processo:

Ser lésbica foi o processo de entender no momento em que ninguém entendia, no momento em que ninguém queria ser, no momento em que mesmo quem era, não tinha pra quem recorrer, no momento que não tinha ninguém que me representasse. Como isso teria feito diferença... (Cássia, 36 anos).

Interessante observar a relação entre uma ideia lançada por Cássia, neste último trecho, e algo que a mesma abordou no fragmento recuperado anteriormente: a questão da representatividade. Nota-se que o seu processo de autocompreensão como lésbica se deu em um momento em que não havia o que, no primeiro trecho, ela identificou como representatividade. No presente, ao reconhecer que a existência de uma mulher que a representasse enquanto lésbica “teria feito diferença”, ela passa a fazer esta diferença ao modo que faz da sua existência um empenho em representar.

Neste jogo temporal contido nas vivências do passado e do presente, revisitar simbolicamente os lugares outrora ocupados pela figura lésbica, transformando-os em ação concreta, atribuindo-lhes contornos, formas e representação na vida atual, ilustra-se, evidentemente, em uma ideia de processo. Em meio a processos, inúmeras transformações ocorrem. Definições, normas e crenças cristalizadas deixam de fazer sentido, exigindo-se novas elucidações e explicações reestruturadas, emergindo-se um novo universo de representações.

Assim, interpõem-se à significação da lesbianidade a atribuição de valores e o estabelecimento de afeto entre mulheres: “Ser lésbica [...] é onde eu me encontro, é onde eu... eu sinto atração por mulheres, eu gosto do contato, eu gosto de estar com mulheres... é tipo, atração mesmo” (Adriana, 24 anos).

Eu acho bonito, eu acho a coisa mais linda de se ver um casal homossexual. Pra mim, ali tem muito mais pureza, eu não sei explicar o porquê. Talvez porque eu seja também, talvez porque eu sinta, eu não sei... (Sandra, 30 anos).

Eu estive em um relacionamento heterossexual, não se compara a nenhuma outra coisa, sabe? O carinho que a gente tem uma com a outra, a atenção, tudo... tudo é melhor [...] foi melhor não só o beijo, não só o toque, mas, sei lá, acho que existe uma compreensão entre mulheres que, talvez por uma masculinidade tóxica, o patriarcado aí é outra questão, que eles não têm ou não são ensinados a ter, e a gente tem... esse carinho, essa coisa toda, esse acolhimento... é muito diferente (Angela, 23 anos).

A lesbianidade, portanto, permeia o encontro consigo mesma, constituindo-se em uma atração pela outra precedida pelo afeto por si mesma. O vislumbre de uma pureza e genuinidade em torno dos casais lésbicos constitui-se em uma projeção da sinceridade e autenticidade inerentes ao ser, sendo enquanto lésbica.

Para Angela, que vivenciou uma relação heterossexual, reside nas comparações conferidas entre os relacionamentos lésbico e heterossexual um amparo à atribuição de sentidos à própria lesbianidade. A presença da/o outra/o, aqui, torna-se basilar, tendo-se em vista que “[...] a produção da significação e da diferença só é possível em relação às fronteiras de um mundo de outros” (Farr, 1999, p. 82).

Independentemente de uma filiação a determinados conjuntos de pensamento que se propõem a lançar hipóteses explicativas em torno de uma suposta “origem” para a lesbianidade, as sujeitas deste estudo apresentam outra importante reflexão cabível à análise das teorias elaboradas em torno da temática, que se refere à questão dos rótulos. Identificando-se uma diversidade de pensamentos lançados diante deste tema, congregou-se tais conteúdos em torno da segunda subcategoria trabalhada neste tópico, assim designada Do rótulo à representatividade.

O nome “lésbica”, pra mim, ele tem que ser falado com orgulho, com carinho, com respeito e sem esse tabu de... tem gente que fala até baixinho, né: “sou lésbica”. Então, depende muito do contexto, entende? Eu, por mim, eu gritaria, colocava na testa: “eu sou lésbica, me deixa em paz” (Leci, 34 anos).

Neste trecho, bem como no que se segue: “É uma mistura de sentimentos. Porque é muito bom você amar alguém e ter isso correspondido, mas é um puta pé no saco você ter que lidar com preconceito” (Bia, 21 anos), percebe-se ambivalências a respeito dos significados atribuídos à vivência enquanto mulher lésbica. Enquanto que, para Bia, a mistura de sentimentos consiste em um conflito entre a liberdade de viver uma relação correspondida com outra mulher e a necessidade de arcar com os preconceitos decorrentes do posicionar-se como lésbica na

sociedade, Leci localiza a ambiguidade inerente à sua significação em torno da nomeação “lésbica” e sua inscrição nos diferentes contextos.

O que é ser lésbica... é que assim, as pessoas colocaram esse rótulo, né, não adianta a gente tentar fugir disso... eu tento. O que é ser lésbica? Pra mim, é só um termo. É o significado de uma relação entre duas mulheres. É uma mulher que sente atração por outra mulher. Pra mim, é só isso (Sandra, 30 anos).

A menina gosta de mulher, mas se um dia ela quiser namorar um homem por ser uma pessoa, tudo bem. Mas aí, por conta de todo mundo conhecer ela como lésbica, vai ser um assunto tipo: “Ó! Mas ela não era lésbica? Está namorando um garoto [...]”. Esse rótulo me incomoda só nesse sentido, das pessoas definirem a outra [...] então ela tem que ser aquilo pro resto da vida, se ela decidir um dia mudar, ela não pode, porque ela carrega o rótulo de ser lésbica. Isso me incomoda um pouco (Leci, 34 anos).

No depoimento de Sandra, destaca-se a colocação de “lésbica”, enquanto um termo que se encerra no rótulo. Como uma atribuição externa, imposta, estritamente formulada para designar a relação afetiva-sexual entre duas mulheres, a participante demonstra não ter interesse em aceitá-la para si, de modo a “tentar fugir disso”. Tal fuga não se remete a uma tentativa da entrevistada em não reconhecer para si ou para a sociedade a sua sexualidade. Como afirma em outro trecho: “Eu sou lésbica, eu namoro e minha família toda sabe, a rua inteira sabe, o mundo todo sabe, eu não me importo com isso” (Sandra, 30 anos).

Desta maneira, a fuga de Sandra constitui-se em uma evitação do rótulo, e não daquilo o que ele representa. De modo semelhante à rejeição de Sandra, Leci demonstra incômodo diante de um aspecto do rótulo: seu potencial em ser carregado pelas/os sujeitas/os que o recebem. O ponto criticado pela participante refere-se ao rótulo enquanto uma atribuição fixa e imutável das/os sujeitas/os, impondo identidades estáticas, as quais passam a definir grupos a partir de um dado marco referencial.

Nesta mesma linha, as duas participantes posicionam-se, em outros momentos das entrevistas: “Eu gosto de mulher e tudo o mais, mas eu não vivo a minha vida em função disso, como se isso fosse um problema, como se isso fosse uma coisa que eu deveria provar para todos” (Sandra, 30 anos).

[...] não é nem que eu não curta rótulos, porque é um rótulo, não é? Querendo ou não, chega a ser um rótulo. E a gente é muito amplo pra colocar isso. Eu gosto de mulheres e o termo está aí, ele existe, até porque o ser humano, ele vive de classificar coisas, não é? Precisa nomear as coisas pra entender, pra estudar e pra conseguir separar uma coisa da outra [...] mas a gente coloca muito termo pra tudo, né? E eu não me rotulo, mas não por ser contra o nome, é justamente por ser contra esses conflitos que geram (Leci, 34 anos).

Esses conflitos aos quais Leci se refere, bem como a consideração de Sandra de “não viver a vida em função disso”, correspondem à necessidade de não serem definidas apenas a partir de suas lesbianidades. Existe algo além de serem lésbicas que a categoria em si não abrange. Trata-se, portanto, de uma rejeição à consideração de si mesmas enquanto um “tipo”, que, pelo que as participantes demonstraram, delimita e restringe.

Diante disto, faz necessário pensar na representação de uma identidade a partir daquilo que uma determinada categoria simboliza. De acordo com Toledo (2008), ao refletir sobre a emergência, no século XX, de uma “identidade homossexual”, existe uma relevância deste processo na visibilização das homossexualidades, de modo que, através de uma identificação, as/os sujeitas/os e grupos teriam a oportunidade de perceberem-se e reconhecerem-se.

Assim, a compreensão das homossexualidades, atualmente, permeia a representação individual ou coletiva “[...] enquanto pertencente a uma forma de subjetivação referenciada pelo desejo sexual, e como uma dentre múltiplas formas de vivência das sexualidades, conjugalidade, círculo social, formação familiar, do sistema jurídico-político etc.” (Toledo, 2008, p. 48). Portanto, aproxima-se desta definição a ideia da homossexualidade como uma identidade, um elo em comum que liga a todas as pessoas que se percebem como homossexuais. No entanto, ressalta-se que a conceituação de identidade exige um aprofundamento teórico e epistemológico que não foi amplamente explorado no presente estudo.

Conforme exposto por Leci, a nomeação e classificação de objetos trata-se de uma atividade humana, necessária à apreensão do mundo ao redor. No caso da nomeação “lésbica”, Navarro-Swain (2000) problematiza:

O espaço vivido do lesbianismo se reduz na proporção do medo, da sujeição, da vergonha, do ser diferente, da repressão implícita e explícita que aponta e nomeia para melhor excluir. Lésbica: a palavra designa e constrói ao mesmo tempo um campo de representações negativas (p. 57).

Entretanto, faz-se necessário lançar sobre esta questão e, mais especificamente, sobre a nomeação “lésbica”, o uso político deste termo. Conforme elucida Borges (2008), “a palavra lésbica é reivindicada pelo movimento lésbico-feminista não como uma preferência, mas no sentido coletivo e político dessas práticas” (Borges, 2008, p. 49). Trata-se, por um lado, de uma ruptura com as concepções binárias que nomeiam as práticas humanas a partir dos referenciais de feminilidade ou de masculinidade e, desta maneira, impõem-se sobre as/os sujeitas/os

homossexuais de modo a reproduzir a mesma lógica polarizada aplicada por aquelas/es que subvertem as configurações heterossexuais, através da identificação homossexual feminino ou homossexual masculino (Toledo, 2008).

Por outro lado, a contestação pela categoria lésbica evidencia a negação das concepções hegemônicas que estabelecem o que significa mulher e o que significa homem. Nestes termos, a identificação em torno da categoria lésbica, segundo Silva (2016):

[...] não se limita a uma diversidade sexual, mas a uma posição política, reconhecer-se e autodeclarar-se lésbica é questão política, ato de solidariedade que ajuda a transformar o estigma que marca a sexualidade não heterossexual em orgulho, fomentando, assim, a construção de uma sociedade não binária onde as diferenças não sejam transformadas em desigualdades (p. 97).

Partindo-se desta perspectiva, duas entrevistadas atribuíram à lesbianidade o potencial de representação. Tornarem-se representatividade para estas mulheres significa, mais que uma atribuição da lesbianidade para si mesmas, um sentido coletivo, de suporte e abertura de possibilidades para a transformação da realidade social.

[...] mas, também é muito bom, porque eu às vezes sinto que com o pouco de, não sei nem se é visibilidade, mas o pouco de poder que eu tenho pra falar sobre isso, e a vida de uma pessoa que eu consigo mudar ou deixar mais fácil quando ela está se reconhecendo como LGBT, pra mim já vale muito à pena (Bia, 21 anos).

Representar significa que eu tenho um grupo de pessoas que de repente passaram pelo que eu passei, me veem numa situação, e falam: 'legal'... o ser humano é muito disso, né, de exemplo... de olhar no outro e achar forças parecidas pra poder seguir um caminho, né... então, eu vejo muito mais eu ser lésbica, hoje, como uma representatividade (Cássia, 36 anos).

Conforme estes depoimentos apontam, o sentido da lesbianidade transforma-se em representatividade, possibilidade de reconhecer em si a capacidade de mostrar algo a alguém com o objetivo de melhorar a realidade desta pessoa ou grupo. Após o processo de autopercepção como lésbica e todas as dificuldades inerentes a esse período de suas vidas, conforme abordado na primeira categoria temática, a produção de teorias e explicações sobre a lesbianidade também se constitui em movimento, transformação, abandono de percepções antigas para a atribuição de novos sentidos.

4 Considerações Finais

Neste artigo, apresentou-se parte dos resultados obtidos em uma pesquisa na qual se buscou conhecer as representações sociais de mulheres lésbicas sobre a lesbianidade. Mais especificamente, focalizou-se no processo de autopercepção como lésbica e nas teorizações sobre

a lesbianidade, duas categorias temáticas emergentes das conversas realizadas com as oito mulheres lésbicas que participaram desta investigação.

Ao longo deste percurso, buscou-se debruçar sobre as autorrepresentações de mulheres lésbicas sobre a lesbianidade, representando-se enquanto sendo. Para trabalhar com esta temática, elegeu-se a Teoria das Representações Sociais, considerada uma forma de conhecimento e sistema de representação sobre o mundo, creditando-se a esta não apenas um modo de saber prático, mas um recurso teórico potente na articulação entre conhecimento e significação.

Afinal, reconhecer-se como mulher lésbica atravessa um universo representacional constituído de imagens, valores, normas e crenças arraigadas no meio social e cultural, que reproduzem mecanismos de opressão interpostos na produção de noções que se propõem fixas, tal como o conceito de sujeito universal masculino, a partir do qual se consolidam construtos binários, como homem/mulher, masculino/feminino, heterossexual/homossexual, etc. Neste interim, recorreu-se às perspectivas do lesbofeminismo, de modo geral, e do feminismo, de modo mais restrito, vislumbrando-se nas produções de teóricas e ativistas uma ampla possibilidade de questionamento aos modelos postos, reconhecendo-se o potencial de subversão não apenas na problematização, mas também na proposição, buscando-se romper com os ditames das “verdades universais”.

Torna-se de grande importância evidenciar que o lugar dos sujeitos, que se constituem enquanto produtos e produtores das representações, envolve as dimensões subjetiva e social da realidade vivenciada, de modo que estes processos se encontram inscritos em contextos específicos, onde é possível interagir e existir. Deste modo, realça-se a multiplicidade de elementos que estruturam as representações sobre a vivência lésbica.

As dimensões individual, social e política, denominadas na pesquisa da qual este escrito é derivado como as três categorias norteadoras do processo de análise do material coletado, demonstram elementos específicos do processo de produção da autorrepresentação lésbica, destacando-se que não houve pretensões em buscar generalizações, tampouco explicações ou “causas” para a lesbianidade. Trataram-se de categorias temáticas articuladas entre si, tendo-se como base os objetivos específicos propostos, que auxiliaram na organização do conteúdo, e que não podem ser fragmentadas ou analisadas isoladamente.

Frente à dimensão individual, eixo temático do qual se ocupou este artigo, observa-se que a autopercepção como lésbica envolve um processo, conforme amplamente apontado pelas entrevistadas, conflituoso e envolto em uma rede de significados que extrapolam a própria produção subjetiva sobre a realidade. De modo semelhante, as teorizações sobre a lesbianidade lançadas pelas participantes indicam que diferentes concepções atravessam o processo de significar, nomear e representar a si mesma como lésbica.

Embora tais representações possuam um núcleo comum a respeito do que seja a existência lésbica, como no que se refere à dimensão do afeto, da parceria, do encontro, do desejo e prazer entre mulheres, os significados e valores atribuídos à lesbianidade precedem às próprias experiências individuais, de modo que as representações da lesbianidade envolvem uma contínua negociação de sentidos, processo tanto individual como intersubjetivo. A seguir das possibilidades de compreensão acerca das autorrepresentações trabalhadas nesta exposição, evidencia-se a lesbianidade enquanto construção, processo e vivência que provocam rupturas na ordem heterossexual instituída, ao passo que a existência lésbica deve ser percebida a partir de um efeito político, o qual se expressa, entre outras dimensões simbólicas e materiais, na recusa do acesso masculino aos corpos lésbicos.

Um tema importante levantado pelas lésbicas entrevistadas neste estudo foi a representatividade, categoria enfatizada como uma potente estratégia de fortalecimento e visibilização daquelas que se percebem exercendo uma sexualidade fora dos padrões heterossexuais. É importante destacar que não foram identificados estudos específicos acerca da representatividade tomando-se como base a Teoria Representações Sociais. Assim, este artigo também aponta para a necessidade de aprofundamento da temática à luz da referida Teoria.

Por fim, reconhecendo-se o potencial subversivo revelado pela experiência da lesbianidade, deve-se atentar para o fato de que a heterossexualidade, compulsoriamente instituída e imposta como possibilidade única de vivência da sexualidade, cria, sustenta e repercute estratégias para a contenção e negação da existência de mulheres que a subvertem. Assim sendo, este trabalho desponta como forma explícita de resistência ao instituído, de modo que, ao colocar pauta a lesbianidade, há uma ruptura com a invisibilidade presente no contexto acadêmico e refletida em diferentes esferas do espaço público, social e político.

Referências

- Alfarache Lorenzo, A. (2012). La construcción cultural de la lesbofobia: una aproximación desde la antropología. In: J. Munoz Rubio (Org.), *Homofobia: laberinto de la ignorancia* (2 ed., pp. 125-146). Editora UNAM.
- Aragaki, S. S., Lima, M. L. C., Pereira, C. C. Q. & Nascimento, V. L, V. (2014). Entrevistas: negociando sentidos e coproduzindo versões da realidade. In: M. J. P. Spink (Org.), *A produção da informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas* (pp. 57-72). Edelstein.
- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. L. A. Reto & A. Pinheiro (Trad.). Edições 70.
- Borges, L. S. (2008). *Repertórios sobre lesbianidade na novela Senhora do Destino: possibilidades de legitimação e transgressão* [Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17258>
- Cerqueira, D., Lima, R. S., Bueno, S., Neme, C., Ferreira, H., Coelho, D., Alves, P. P., Pinheiro, M., Astolfi, R., & Marques, D. (2018) *Atlas da Violência 2018*. Rio de Janeiro: Ipea. https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf
- Farr, R. M. (1999). Representações sociais: a teoria e sua história. In: P. Guareschi & S. Jovchelovitch (Orgs.), *Textos em Representações Sociais*. (5 ed, pp. 31-59). Vozes.
- Foucault, M. (1999). *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Graal.
- Grupo Gay da Bahia. (2019). *Relatório 2018: Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil*. Salvador: GGB. <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2019/01/relat%C3%B3rio-de-crimes-contra-lgbt-brasil-2018-grupo-gay-da-bahia.pdf>
- Guareschi, P. & Jochelovitch, S. (1999). Introdução. In: P. Guareschi & S. Jovchelovitch (Orgs.), *Textos em Representações Sociais* (5 ed, pp. 17-25). Vozes.
- Jodelet, D. (2001). Representações Sociais: um domínio em expansão. In: D. Jodelet (Org.), *As Representações Sociais* (pp. 17-44). Editora UERJ.
- Lessa, P. (2007). *Lesbianas em movimento: a criação de subjetividades (Brasil 1976-2006)*. [Tese de Doutorado, Universidade de Brasília]. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/3411>
- Mezzari, D. C. (2017). *Amar é ter uma ética afetiva, é ter esse cuidado com o outro: narrativas sobre amores e lesbianidades*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista]. <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/150335>
- Minayo, M. C. (2014). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. (14 ed). Hucitec.
- Miranda, M. & Alencar, R. (2016). Do essencialismo ao desconstrutivismo: um breve balanço das pesquisas brasileiras sobre homossexualidade e suas intersecções com as categorias de corpo e gênero. *Estudos de sociologia*, 1(22), 183-222. <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235702>
- Moscovici, S. (2007). *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. (5 ed., pp. 7-109). P. Guareschi (Trad.). Vozes.
- Navarro-Swain, T. (2000) *O que é lesbianismo?*. Brasiliense.
- Navarro-Swain, T. (2006). Entre a vida e a morte, o sexo. *Labrys, estudos feministas*, 12(10). <http://www.labrys.net.br/labrys10/livre/anahita.htm>
- Navarro-Swain, T. (2010). Desfazendo o "natural": a heterossexualidade compulsória e continuum lesbiano. *Bagoas - Estudos Gays: Gêneros E Sexualidades*, 4(05). <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2310>

- Peres, M. C. C., Soares, S. F., & Dias, M. C. (2018). *Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017*. Livros Ilimitados. <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/fontes-e-pesquisas/wp-content/uploads/sites/3/2018/04/Dossi%C3%AA-sobre-lesboc%C3%ADdio-no-Brasil.pdf>
- Rich, A. (2010). Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas - Estudos Gays: Gêneros E Sexualidades*, 4(05). <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309>
- Russo, J. A. (2011). O campo da sexologia e seus efeitos sobre a política sexual. In: S. Corrêa & R. Parkes (Orgs.), *Sexualidade e Política na América Latina: histórias, interseções e paradoxos*. (pp. 174-187). ABIA.
- Selem, M. C. O. (2007). *A Liga Brasileira de Lésbicas: produção de sentidos na construção do sujeito político lésbica* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília]. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/2397>
- Silva, Z. P. (2016). *"Sapatão não é bagunça": estudo das organizações lésbicas da Bahia*. (Tese de Doutorado, Universidade do Estado da Bahia). <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/24026>.
- Spink, M. J. P. (2013). *Psicologia Social e Saúde: práticas, saberes e sentidos* (9 ed., pp. 9-18). Vozes.
- Toledo, L. G. (2008). *Estigmas e estereótipos sobre as lesbianidades e suas influências nas narrativas de histórias de vida de lésbicas residentes em uma cidade do interior paulista*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista]. <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/97601>
- Ziller, J. & Barretos, D. (2020). Lésbicas também transam: disputas sobre a visibilidade das lesbianidades no Instagram. *Anais do XXIX Encontro Anual da Compós*. <https://proceedings.science/compos-2020/papers/lesbicas-tambem-transam--disputas-sobre-a-visibilidade-das-lesbianidades-no-instagram>.

Sobre os autores

¹ **Maria Célia Araujo Tomé**. Graduanda em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), Campus Poços de Caldas. <https://orcid.org/0000-0003-2227-1189>. mariaceato@gmail.com.

² **Sibélius Cefas Pereira**. Membro do Núcleo Docente Estruturante do curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), Campus Poços de Caldas. Doutor em Ciência da Religião pela UFJF, Mestre em Linguística pela UNICAMP, graduado em Teologia e Letras. <https://orcid.org/0000-0002-2207-7813>. sibelius@pucpcaldas.br.

Recebido em: 14/12/2021

Aceito em: 11/08/2022

Publicado em: 15/04/2023